

RELATÓRIO GERENCIAL
3º TRIMESTRE DE 2015

Brasília-DF, novembro de 2015



APRESENTAÇÃO

Este Relatório Gerencial é referente ao **3º trimestre de 2015** e consolida, também, as informações do exercício. Foi elaborado pela Diretoria Executiva com dados produzidos pelas áreas administrativas organizacionais da Fundação São Francisco de Seguridade Social subordinadas diretamente a cada diretoria. O objetivo é dar pleno conhecimento aos Conselhos Deliberativo e Fiscal sobre as atividades desenvolvidas em cada período bem como dos resultados acumulados alcançados no trimestre, comparando-os com períodos de tempos próprios.

A importância dos relatórios gerenciais trimestrais está em possibilitar aos Conselhos um acompanhamento periódico das atividades e resultados produzidos pela gestão da entidade e dos Planos de Benefícios. Visa fornecer subsídios para conhecimento e avaliação da gestão, dos riscos assumidos e dos resultados alcançados vis-à-vis o que foi planejado e comparativamente a trimestres iguais de exercícios anteriores.

1. COMPORTAMENTO ECONÔMICO E VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS.

1.1 ASPECTOS GERAIS DE MERCADO:

1.1.1 Cenário Econômico

O que era ruim ficou pior. Encerrado o 3º trimestre de 2015, a economia brasileira deparou-se ainda com indicadores desfavoráveis e com uma população extremamente pessimista em relação à recuperação do país no médio prazo.

Na economia doméstica, o Banco Central, em sua última reunião no trimestre, manteve a Taxa Básica de Juros da Economia-Selic em 14,25% ao ano, sem viés, contra 11,00% no mesmo período de 2014, com perspectivas de mantê-la alta nos próximos meses, apesar do enfraquecimento da atividade econômica, aumento do desemprego, alta do câmbio e elevação nos índices de inflação.

O Brasil experimentou no terceiro trimestre do ano um cenário político extremamente desfavorável ao governo da Presidente Dilma Rousseff, ratificado pelos resultados da última pesquisa de avaliação do seu governo. No dia 30 de setembro de 2015, em pesquisa encomendada pela CNI, a popularidade da Presidente se manteve estável desde o levantamento divulgado em julho. Assim, em abril, os que consideravam o governo Dilma ótimo ou bom eram de 12%. Em julho, 9%. E, em setembro, são 10%. Os que avaliavam o governo como regular eram 23%. Depois, 21%, índice que se manteve. Os que consideravam o governo ruim ou péssimo eram 64%. Depois, 68%. E em setembro, 69%. Politicamente, o Governo central encerrou o período considerado enfraquecido e com baixo índice de confiança, tornando-se cada vez mais difícil e complicada a aprovação do ajuste fiscal preconizado pela equipe econômica junto ao Congresso Nacional.

Somando-se as dificuldades políticas do governo federal, no dia 09 de setembro de 2015, o Brasil perdeu o grau de investimento na classificação de crédito pela Agência de Classificação de Risco Standard and Poor's (S&P). A nota do país foi rebaixada de "BBB-" para "BB+", com perspectiva negativa. O rebaixamento do rating do Brasil para a categoria "especulativa" acontece menos de 50 dias após a agência ter mudado a perspectiva para negativa. A Agência ressalta que a coesão política do Congresso está em risco e vê menos apoio do Congresso Nacional para aprovar as medidas de ajuste fiscal.

Tudo isso foi resultado do projeto de orçamento de 2016 enviado ao Congresso pelo Governo, com estimativa de um déficit primário de R\$ 30,0 bilhões, ou seja, 0,5% do PIB, seguido do anúncio para a população de uma rodada de alta de tributos para recuperação do déficit, com proposta de retorno da CPMF. Assim, o país encerrou o terceiro trimestre de 2015 com indicadores bastante comprometidos, gerando, inclusive, deterioração das expectativas até o final do ano: **Juros altos; Inflação alta; desvalorização do real frente à moeda americana; enfraquecimento da economia e projeção do PIB negativo em 2,70% para 2015.**

Neste contexto, observa-se que, na economia brasileira, o cenário segue bastante adverso e complicado para a administração do Governo Central. O cenário macroeconômico registrado no encerramento do 3º trimestre de 2015, ainda é desfavorável para o mercado financeiro e de capitais, mantendo-se bastante volátil e desconfortável para os gestores de recursos de terceiros.

1.1.2 DESTAQUES INTERNACIONAIS

- **Nos Estados Unidos:** “Os dados de emprego foram mais fracos, mas indicadores de consumo mostram crescimento consistente. O relatório de emprego de setembro foi mais fraco do que esperado. A economia americana registrou a abertura de 142 mil vagas de trabalho em setembro, e frustrou as expectativas que eram de geração de 201 mil vagas. Esse resultado foi acompanhado da revisão de 59 mil vagas nos dois meses anteriores, o que resultou no recuo da média móvel de três de geração de vagas de 243 mil, em julho, para 167 mil, em setembro. Apesar da menor geração de vagas, a taxa de desemprego ficou estável em 5,1%, pois houve recuo da procura por trabalho, o que resultou na saída de 350 mil pessoas do mercado de trabalho. Os salários também frustraram e registraram alta de 2,2% na comparação anual, abaixo da expectativa de alta de 2,4%. O aspecto positivo do relatório de emprego foi a queda do desemprego de longo prazo, que passou de 10,3%, em agosto, para 10,0%, em setembro, devido à diminuição das pessoas em emprego em tempo parcial, que é considerado emprego de menor qualidade. Portanto, o relatório do mercado de trabalho americano relativo ao mês de setembro, enfraquece a probabilidade de alta de juros no curto prazo”. **Fonte: BRAM - Informe Econômico - 02.10.2015.**
- **Na China:** “A confiança da indústria registrou recuperação em setembro, mas os lucros recuaram acima do esperado. O PMI da indústria subiu levemente na margem e atingiu 49,8 pontos em setembro, sendo o segundo mês consecutivo abaixo de 50 pontos. Entre os componentes, a produção e as novas ordens subiram, respectivamente, 0,6 e 0,5 pontos, enquanto, as novas ordens de exportação subiram 0,2 pontos. Os efeitos das políticas de estímulo do governo se manifestaram na alta do PMI das grandes empresas, que subiram para 51,1 pontos, enquanto, as médias e pequenas empresas registraram quedas no PMI, respectivamente, para 48,5 e 46,8 pontos. Essa diferença de comportamento deve-se aos efeitos dos estímulos de gastos governamentais que tem sido mais voltado para gastos de infraestrutura, que envolvem empresas estatais de grande porte. Apesar dessa recuperação da confiança, os lucros totais da indústria recuaram 8,8%, na comparação anual, em agosto, sendo o pior resultado desde dezembro de 2014, quando os lucros recuaram 8,0%, na mesma base de comparação. Essa queda da lucratividade das empresas deverá pressionar o governo chinês a buscar novas medidas de estímulo, o que deverá implicar em novas reduções de taxas de juros e compulsórios associados a aumentos de gastos públicos”. **Fonte: BRAM - Informe Econômico - 02.10.2015.**
- **Na Zona do Euro:** “A queda dos preços da energia resultou em deflação dos preços em setembro e o PMI reforça o crescimento da produção em patamar elevado. O CPI de setembro registrou deflação de 0,1% na comparação anual, ficando abaixo do consenso de estabilidade dos preços. Os preços de energia recuaram 8,9% na comparação anual, e foram a principal pressão deflacionária para o índice. Essa concentração da deflação nos itens de energia fica clara no comportamento da inflação excluindo energia, que registrou inflação de 1,4%, na comparação anual. O núcleo de inflação também tem sido menos afetado pela dinâmica dos preços de energia e registrou alta de 0,9% em termos anuais. Apesar dessa resiliência da medida de núcleo da inflação, a deflação do CPI cheio elevou a probabilidade do Banco Central Europeu estender o prazo e aumentar o valor das compras mensais de ativos (QE) para eliminar as chances de deflação mais prolongada na Zona do Euro. Com relação à confiança, o PMI da indústria registrou leve recuo de 0,3 pontos e atingiu 52,0 pontos em setembro, mas encerrou o trimestre em patamar elevado. Entre os países, o PMI da Alemanha, Espanha e Itália registraram queda, e o PMI da França registrou alta 2,3 pontos e atingiu 50,6 pontos, mas não foi o suficiente para compensar a queda dos demais. Entre os componentes do PMI, a produção e o emprego tiveram retrações. Apesar da queda de setembro, o patamar do PMI do terceiro trimestre indica que o PIB da Zona do Euro deverá crescer 0,4%, na margem, nesse período, o que manteria o crescimento no mesmo nível do segundo trimestre”. **Fonte: BRAM - Informe Econômico - 02.10.2015.**

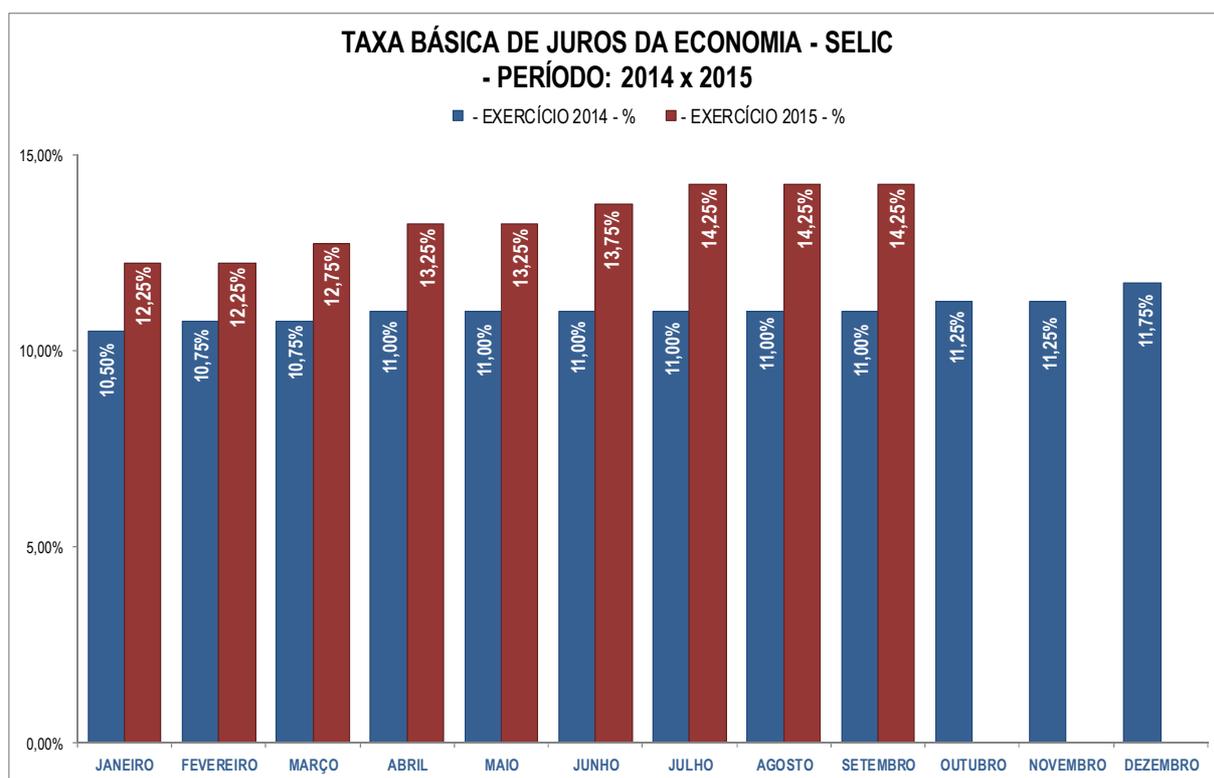
1.2 COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS INTERNAS

1.2.1 Taxa Básica de Juros da Economia – SELIC

Encerrado o terceiro trimestre de 2015, na última reunião do Copom realizada nos dias 1 e 2 de setembro de 2015, o Comitê decidiu por unanimidade manter a **Taxa Básica de Juros da Economia – Selic** em 14,25% ao ano, sem viés, pela primeira vez desde outubro de 2014, contra 11,00% ao ano registrado no mesmo período de 2014. Indicando, assim, que a evolução recente do balanço de riscos não altera muito o panorama de inflação pressionada no curto prazo pelo reajuste de tarifas e pela alta do dólar, mas contrabalançando pela queda dos índices de preços em virtude da rápida desaceleração econômica e do aumento do desemprego.

A Autoridade Monetária, por meio do seu Presidente (Alexandre Tombini), reconheceu que a perda pelo Brasil do Grau de Investimento no dia 09.09.2015 indicada pela Agência de Classificação de Risco Standard & Poor's torna a situação do país mais desafiadora. Por isso, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE do Senado Federal – **“reforçou a necessidade de prosseguir com determinação e perseverança o processo de ajuste e de fortalecimento da resiliência da economia”**.

- Gráfico 1 -

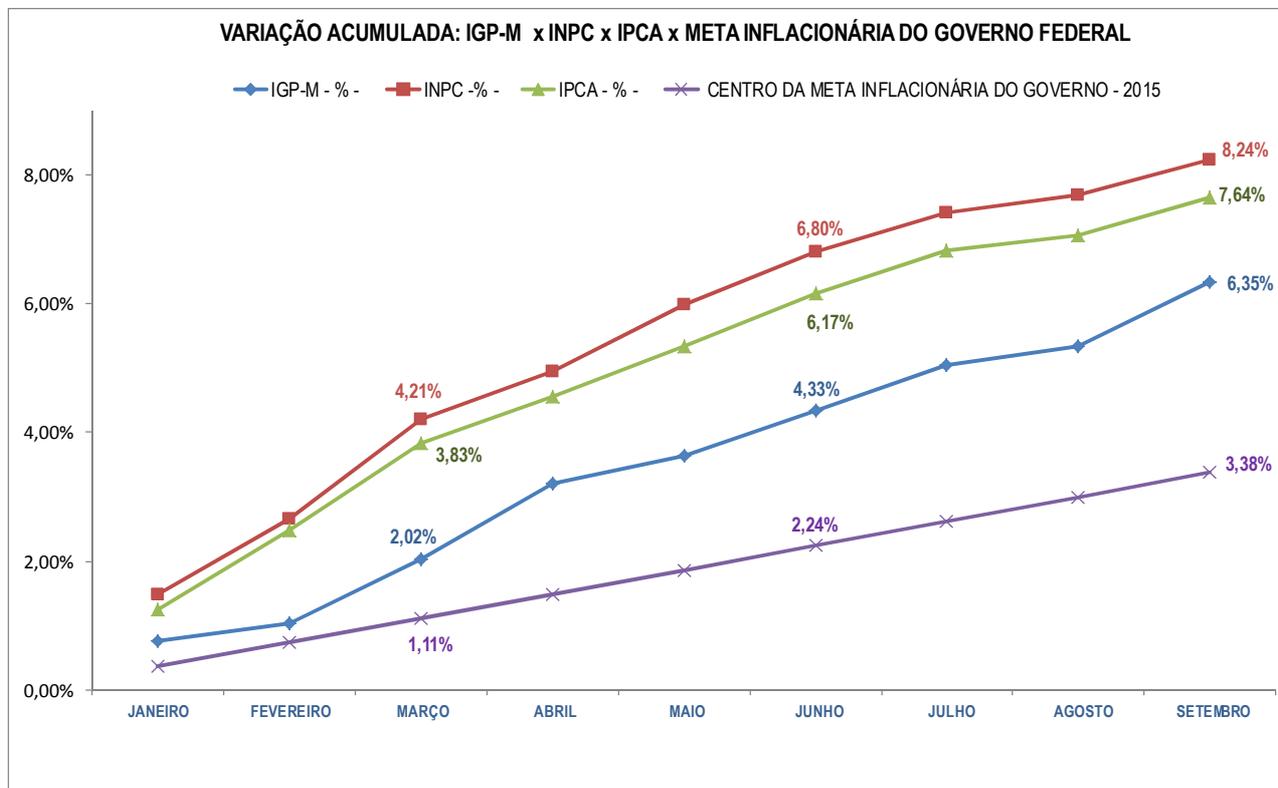


1.2.2 Taxas de Inflação

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (índice oficial de inflação do Governo Federal) registrou no 3º trimestre de 2015 uma variação de 2,36%, contra 2,26% registrado no 2º trimestre. Assim, os preços encerraram os primeiros nove meses do ano com uma alta acumulada de 7,64%, muito acima da inflação registrada no mesmo período de 2014, quando o IPCA alcançou 4,61%. Nos últimos doze meses o índice acumula alta de 9,49%, a maior taxa desde dezembro de 2003, quando a taxa ficou em 9,30%, portanto, superior o centro da meta de 4,50%, bem como ao teto da meta de 6,50% a.a. estipulada pelo Governo. O resultado encontra-se em linha com as previsões do mercado financeiro, conforme

apontavam os “Boletins Focus” publicados no decorrer do período. De acordo com o relatório Focus, a inflação deve perder força a partir de 2016. As expectativas apontam para 2015 uma inflação de 9,29% e 5,50% para 2016.

- Gráfico 2 -



Chama-se a atenção ao fato do descolamento entre as variações dos índices INPC (utilizado para ajustar os valores das aposentadorias) e o IPCA (utilizado na apuração dos valores das NTN-B), estar em patamares médios maiores que os observados até 2014. Em estudo anteriormente apresentado pela área de finanças, era possível identificar que a variação anual do IPCA acrescido de 0,10% seria suficiente para, na média, atingir a variação do INPC. Entretanto, ainda naquele estudo, os testes de hipóteses indicavam que a correlação estaria válida enquanto os índices estivessem com variações próximas de 5,5% a.a. Ocorre, entretanto, como se observa no gráfico acima, que as variações médias dos dois índices estão acima desse patamar, e mais, até o encerramento deste trimestre, seria necessário exigir que se acrescesse a variação do IPCA 0,60%, para empatar com a variação do INPC.

Frisar a importância desse dado se torna vital, pois, implica que a permanecer como se encontra a defasagem dos índices para o encerramento do ano, dos juros reais produzidos pelas NTN-B, 0,60%, será consumido pela diferença entre os índices.

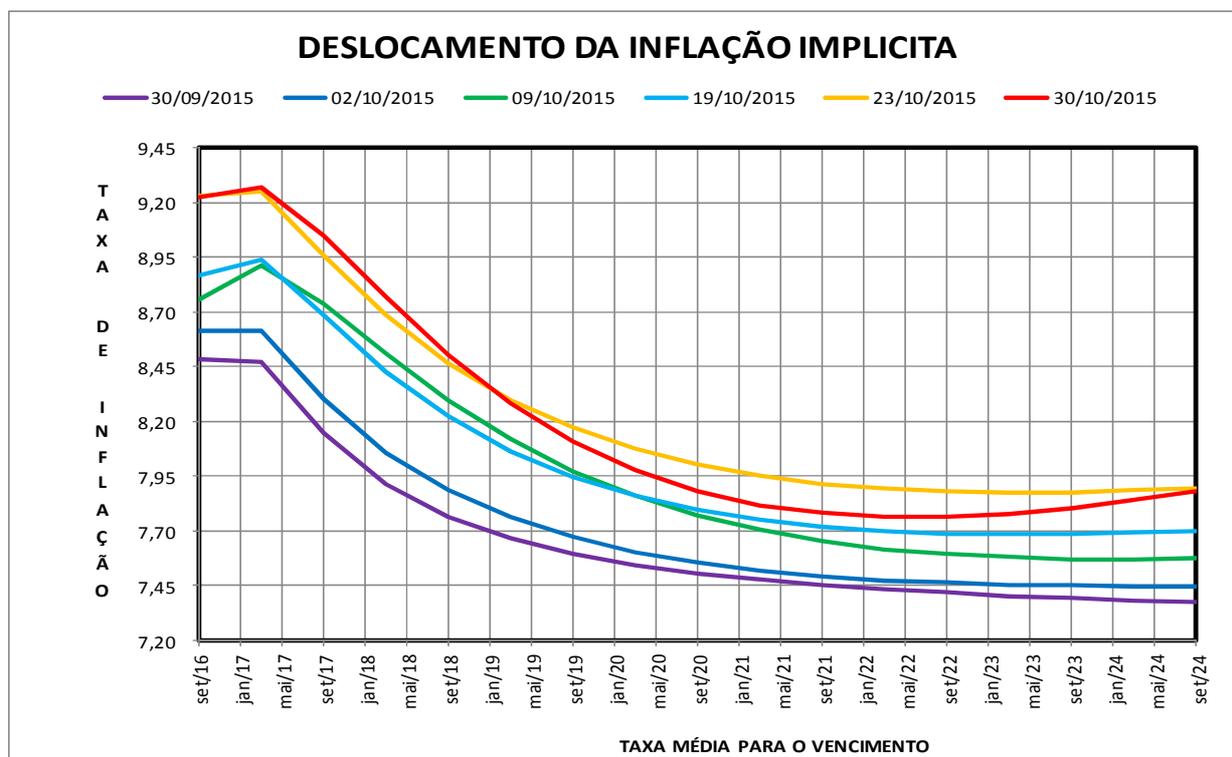
O momento exige reflexões em relação ao comportamento futuro da inflação, pois, essa variável define o “Fator de Capacidade” a ser empregado na projeção do fluxo atuarial e, este, orientará o estudo de ALM e Política de Investimento a ser implementada para o plano BD.

É importante rememorar-se que no ano de 2014, orientando a elaboração do orçamento, a entidade optou por utilizar a inflação implícita refletida nos contratos de juros futuros negociados na BM&F. Em que pese ser do conhecimento geral que essa taxa pode ser alguma coisa maior que a efetivamente observada, carregada que é pelo spread de risco, ficou constatado que a mesma não refletiu a inflação do ano de 2015, porém, ficou mais próximo do que aquela prevista no cenário divulgado pelo boletim Focus, do

Banco Central do Brasil. Diante dessa constatação, e verificando as alterações apresentadas nas projeções ao longo do mês de outubro, apontada no gráfico a seguir, é entendimento da Diretoria de Finanças que se adote a mesma fonte, no sentido de: - 1) orientar a elaboração do orçamento de 2016; 2) utilizar-se os dados para avaliar a formação do Fator de Capacidade e estudos de ALM. Em complemento, somente para manter em mente, há que se fazer ajustes, tendo em vista a apuração da inflação média para toda a vida do plano BD. Dessa forma, considerar-se-á que o período compreendido entre o último dado disponível da inflação implícita até a extinção da massa, seja utilizada a inflação média anual de 5,5% ao ano.

Antecipando o quanto está sendo difícil a obtenção da inflação projetada, apresenta-se o deslocamento havido ao longo do mês de outubro, quando a média projetada para todo o período divulgado pela ANBIMA (8 anos), a inflação implícita variou entre 7,67% a.a. e 8,21% a.a.

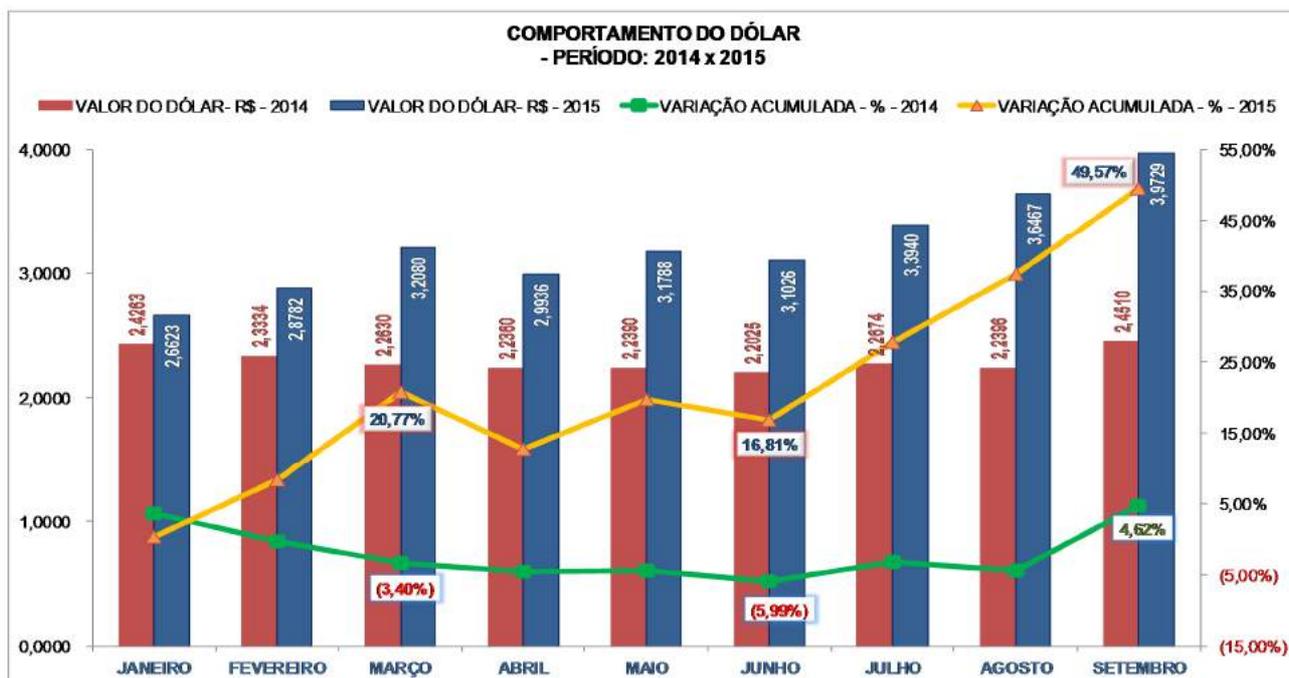
- Gráfico 3 -



1.2.3 Taxa de Câmbio

O preço do dólar (ptax) no mercado brasileiro fechou o 3º trimestre de 2015 valendo R\$ 3,9729 contra R\$ 2,6562 em dezembro de 2014, com uma valorização no exercício de 49,57%, frente a valorização de 4,62% no mesmo período de 2014, acusando uma abrupta depreciação do real. As oscilações ocorridas no dólar no Brasil seguiram as conjunturas internacionais, quando a moeda americana se valorizou frente a praticamente todas as demais. Neste contexto, a tendência do preço da moeda americana é claramente de alta e, no terceiro trimestre de 2015 não foi diferente, a moeda americana continuou promovendo forte pressão sobre a inflação, aliada a vários fatores: (i) baixo crescimento do PIB brasileiro anunciada pelo Governo, que estima uma queda de 2,7% em 2015; (ii) a contínua deterioração do cenário político e (iii) expectativas de alta dos juros nos Estados Unidos ainda em 2015, motivado pelo risco de contágio da desaceleração global sobre a economia americana.

- Gráfico 4 -



1.2.4 Indicadores Econômicos Financeiros – 2015

- Quadro 1 -

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - 2015											
ATIVOS DE MERCADO	ACUMULADO 2014	VARIÇÕES NOMINAIS - 2015									NOMINAL NO ANO
		jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15	ago/15	set/15	
IBOVESPA	(2,91%)	(6,20%)	9,97%	(0,84%)	9,93%	(6,17%)	0,61%	(4,17%)	(8,33%)	(3,36%)	(9,88%)
IBrX-50	(2,65%)	(5,45%)	9,81%	(0,88%)	9,66%	(6,05%)	0,64%	(3,75%)	(7,98%)	(3,25%)	(8,56%)
US\$ (PTAX) %	13,38%	0,23%	8,11%	11,46%	(6,68%)	6,19%	(2,40%)	9,39%	7,45%	8,95%	49,58%
CDI	10,82%	0,93%	0,82%	1,04%	0,95%	0,98%	1,06%	1,18%	1,11%	1,11%	9,56%
TAXA SELIC	10,91%	0,93%	0,82%	1,04%	0,95%	0,99%	1,07%	1,18%	1,11%	1,11%	9,59%
POUPANÇA	7,15%	0,59%	0,59%	0,63%	0,61%	0,62%	0,68%	0,73%	0,69%	0,69%	5,99%
ÍNDICES DE INFLAÇÃO		VARIÇÕES NOMINAIS - 2015									NOMINAL ANO
		jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15	ago/15	set/15	
IGP-M (FGV)	3,67%	0,76%	0,27%	0,98%	1,17%	0,41%	0,67%	0,69%	0,28%	0,95%	6,35%
IGP-DI (FGV)	3,78%	0,67%	0,53%	1,21%	0,92%	0,40%	0,68%	0,58%	0,40%	1,42%	7,01%
INPC (IBGE)	6,23%	1,48%	1,16%	1,51%	0,71%	0,99%	0,77%	0,58%	0,25%	0,51%	8,24%
IPC-SP (FIPE)	5,21%	1,05%	1,06%	1,07%	1,10%	0,62%	0,47%	0,85%	0,56%	0,66%	7,69%
IPCA (IBGE)	6,41%	1,24%	1,22%	1,32%	0,71%	0,74%	0,79%	0,62%	0,22%	0,54%	7,64%
META ATUARIAL	12,18%	1,07%	1,93%	1,61%	1,96%	1,16%	1,44%	1,22%	1,03%	0,70%	12,80%
REFERÊNCIA (*)	12,07%	1,93%	1,61%	1,96%	1,16%	1,44%	1,22%	1,03%	0,70%	0,96%	12,67%
DOLAR PTAX (VENDA) US\$	-	2,6623	2,8782	3,2080	2,9936	3,1788	3,1026	3,3940	3,6467	3,9729	0,00%

(*) REFERÊNCIA: INPC (sem defasagem) + 5,50% a.a.

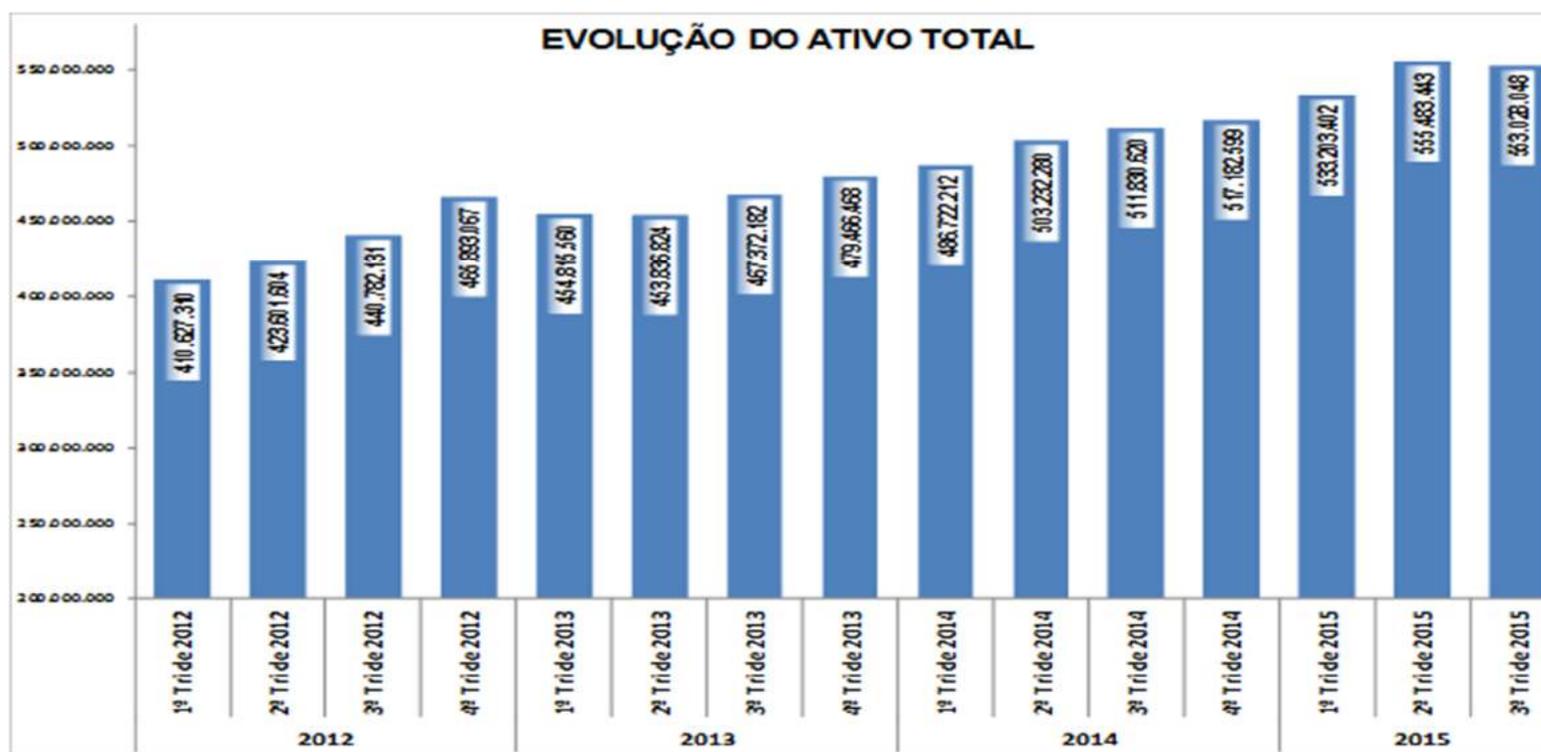
Chama-se a atenção para o quadro no que concerne aos indicadores do mercado bursátil, tendo em vista que lá em 2014, fez-se a opção pelo IBrX 50 como *benchmark* para os investimentos de Renda Variável nos planos administrados pela entidade. O indicador mostra-se mais adequado para carteiras de longo prazo, e seu desempenho é melhor que a carteira do IBOVESPA, haja vista que as variações do primeiro são melhores que a do segundo uma vez que o primeiro apura números negativos menores.

1.2.5 Ativo Total sob Gestão da SÃO FRANCISCO

1.2.5.1 Evolução

Encerrado o 3º trimestre de 2015, o Ativo Total (Planos I, II e PGA) atingiu o montante de R\$ 553,03 milhões, registrando um crescimento de 8,05% em relação ao ativo total verificado no 3º trimestre de 2014, acumulando no decorrer de 2015 um crescimento de 6,93%.

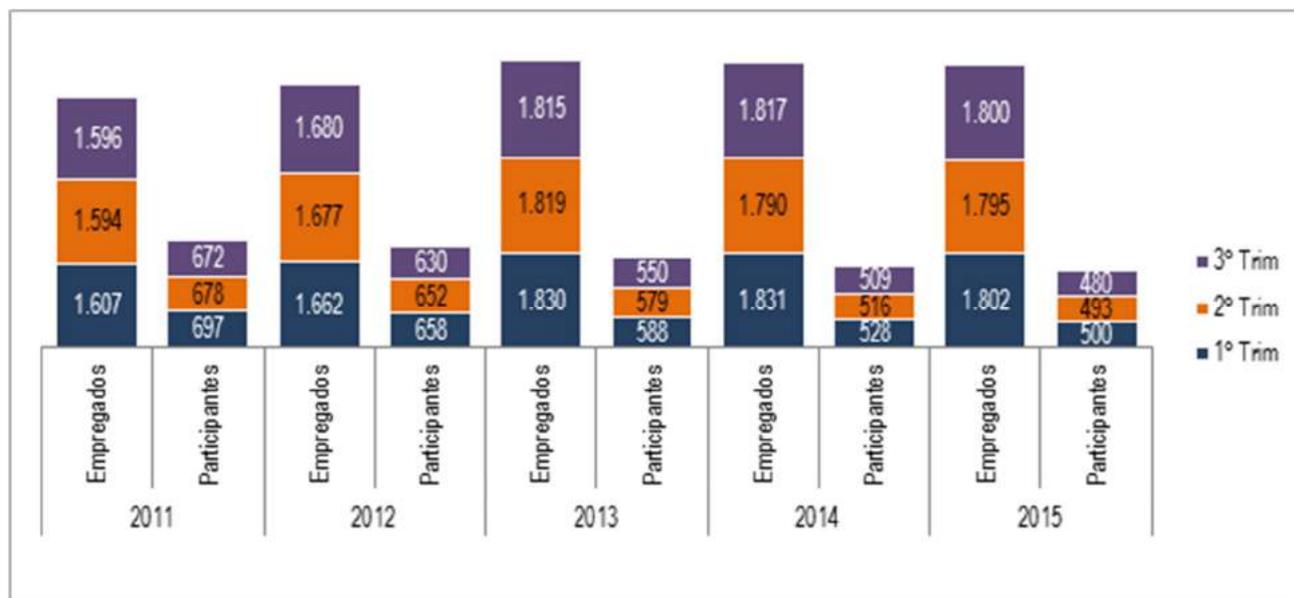
- Gráfico 5 -



2. PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD

2.1 PREVIDENCIAL

Gráfico 1 – Social – Empregados X Participantes



A redução do número de participantes se deve, principalmente, a desligamentos do Plano, por requerimento de participantes. No último trimestre, 13 participantes ativos requereram o cancelamento de inscrição do plano.

Gráfico 2 – Segregação por Sexo – Participantes Ativos

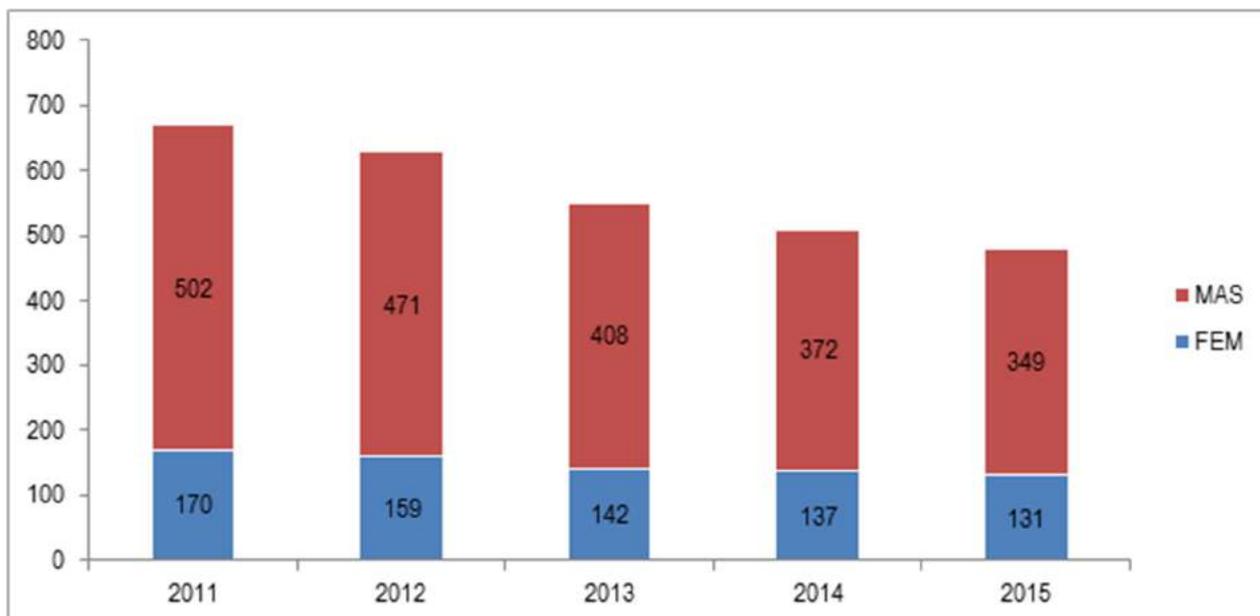


Gráfico 3 – Assistidos e Pensionistas

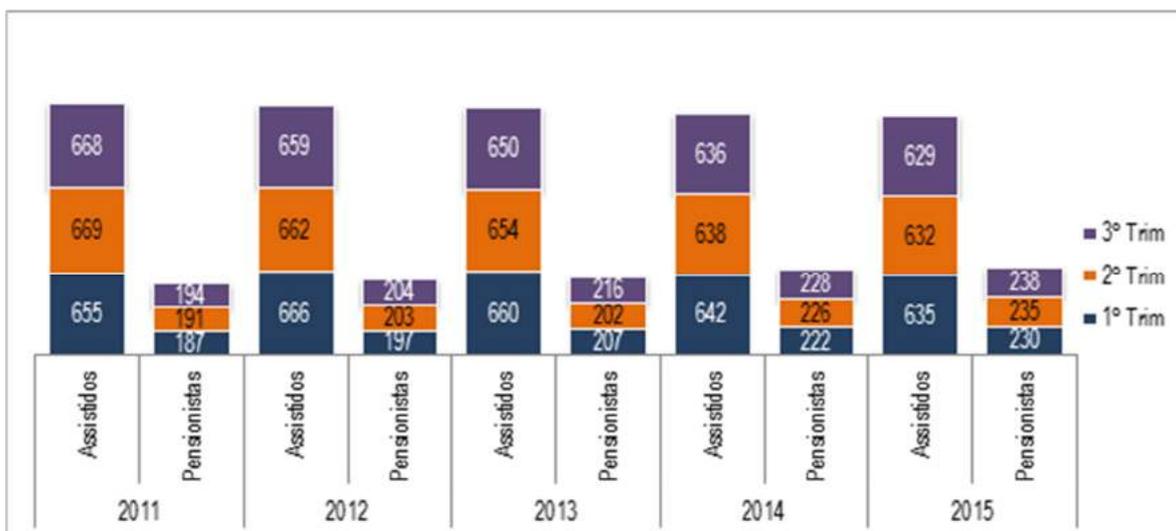
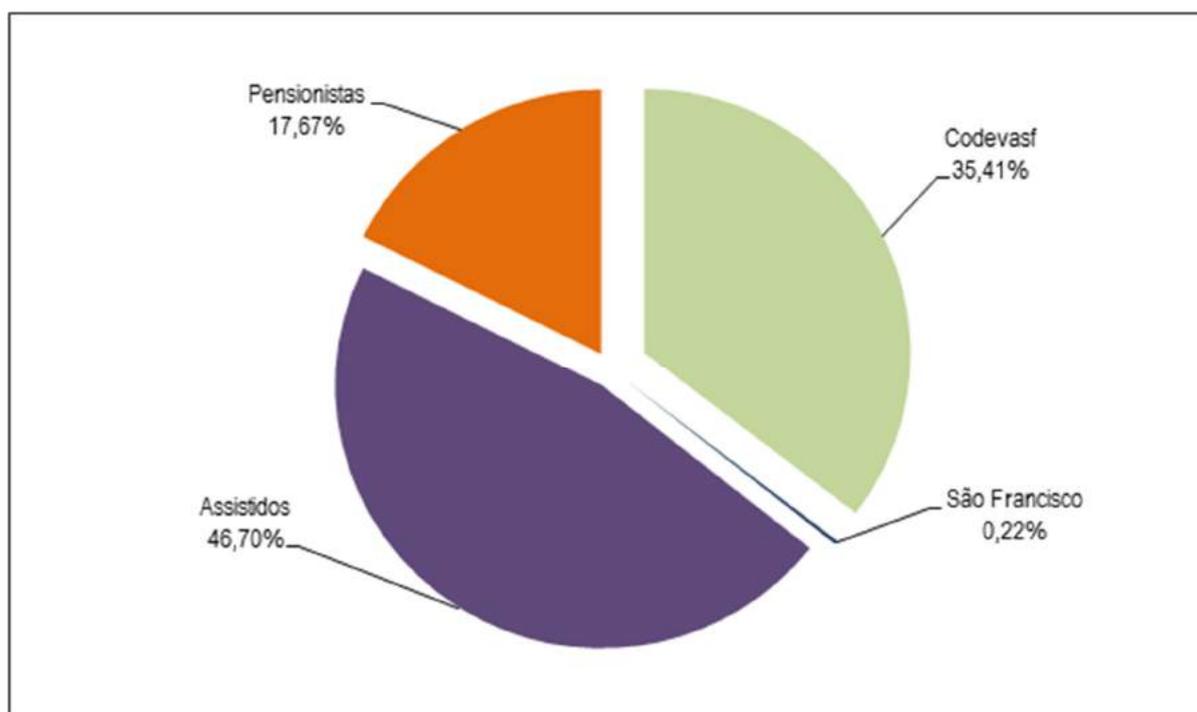
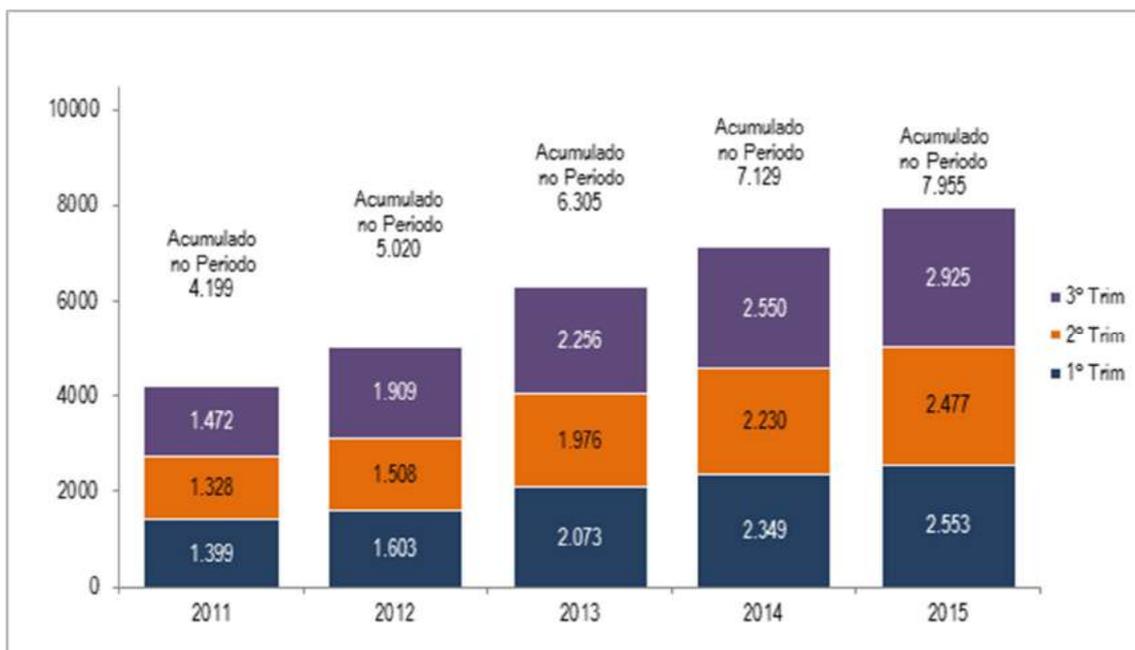


Gráfico 4 – Percentual por Grupo de Filiados em Relação ao Total



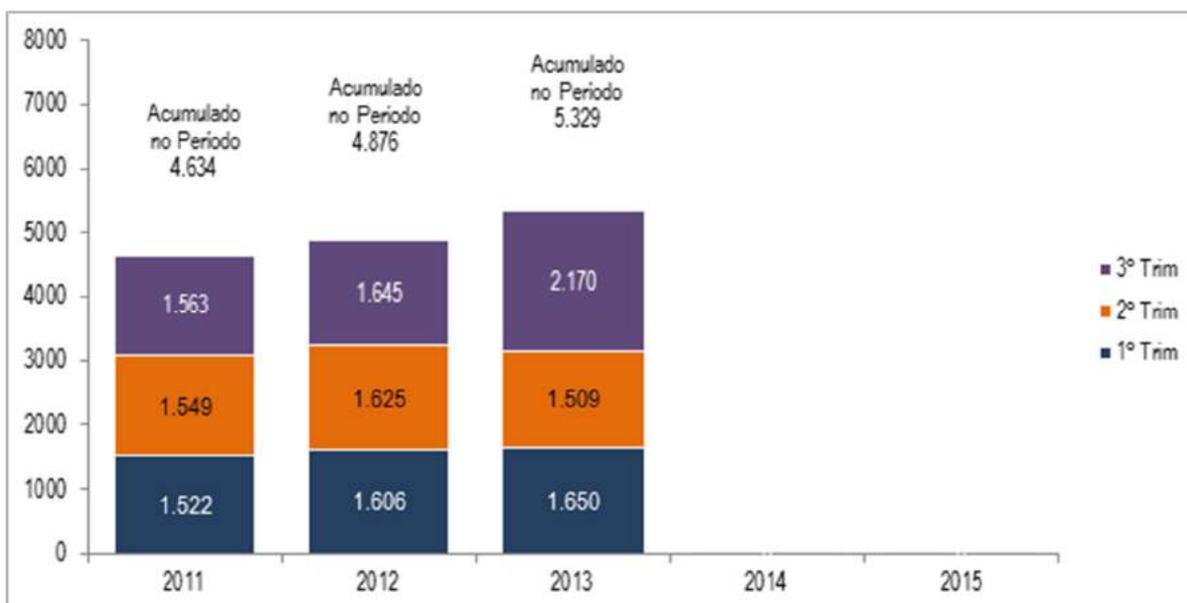
2.1.1 Receitas Previdenciárias

Gráfico 5 – Contribuições Patronais Totais – Em Mil Reais



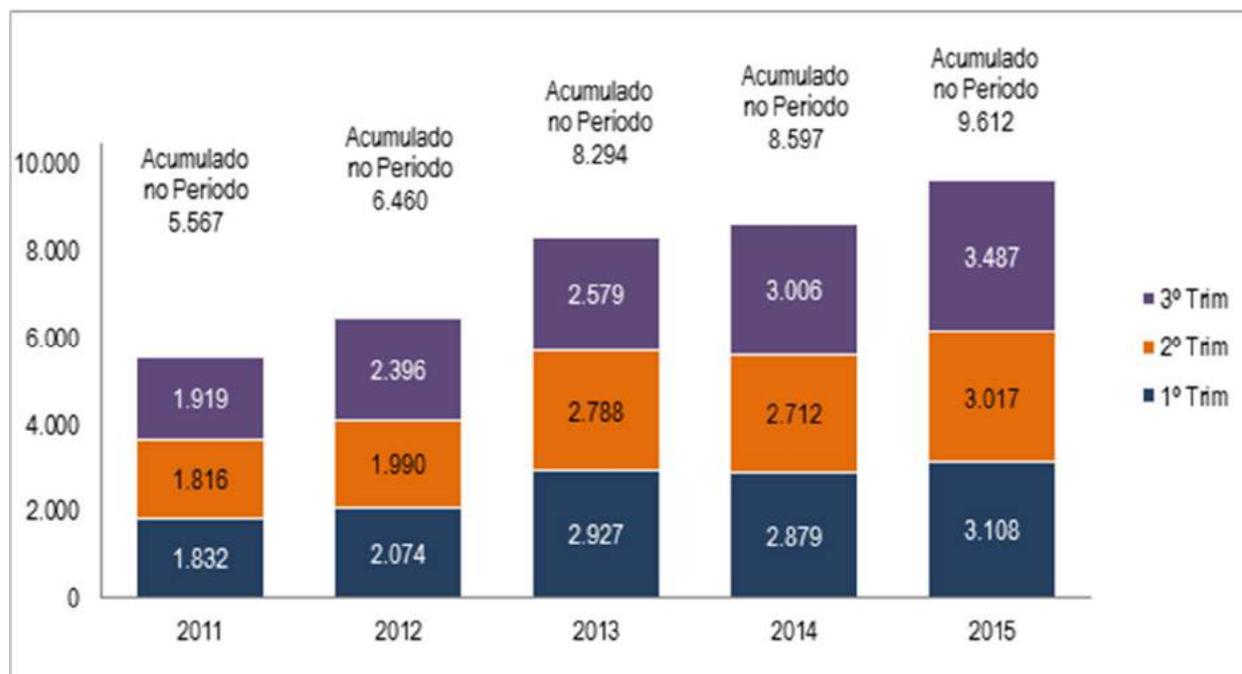
A diferença de contribuição a maior ocorrida no 3º trimestre em comparação ao trimestre anterior deve-se, principalmente, ao reajuste salarial pago no mês de agosto, retroativo a maio, pela patrocinadora Codevasf a seus empregados.

Gráfico 6 – Contribuições Patronais Extraordinárias Contratadas (Tempo de Serviço Passado) – Em Mil Reais



Em dezembro de 2013 foi paga a última parcela referente à Reserva a Amortizar para cobertura de serviço passado, dos participantes fundadores, firmado entre a Codevasf e a SÃO FRANCISCO.

Gráfico 7 – Contribuições Totais de Participantes Ativos – Em Mil Reais



A diferença de contribuição a maior ocorrida no 3º trimestre em comparação ao trimestre anterior deve-se, principalmente, ao reajuste salarial pago no mês de agosto, retroativo a maio, pela patrocinadora Codevasf a seus empregados.

Gráfico 8 – Contribuições de Participantes Assistidos – Em Mil Reais

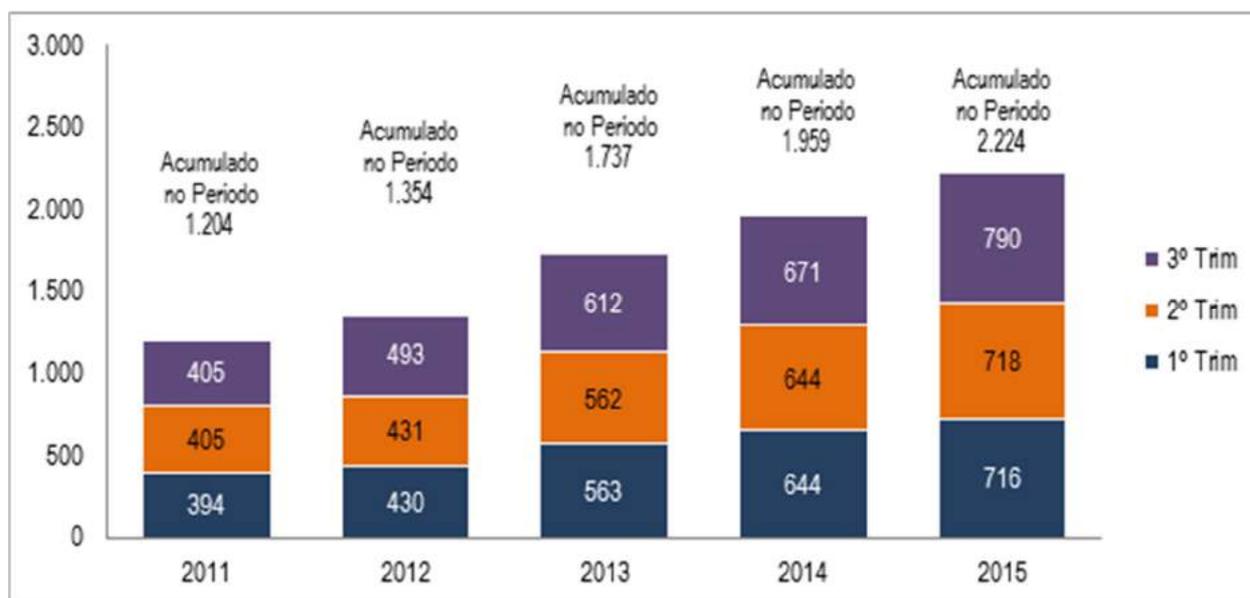
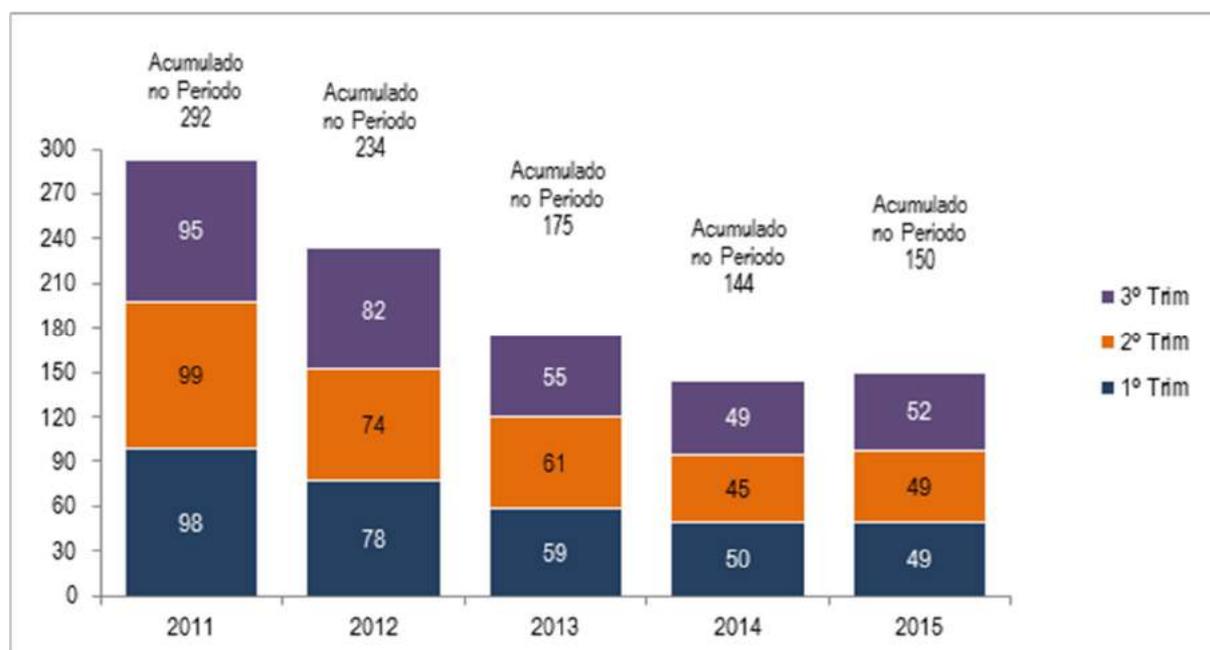
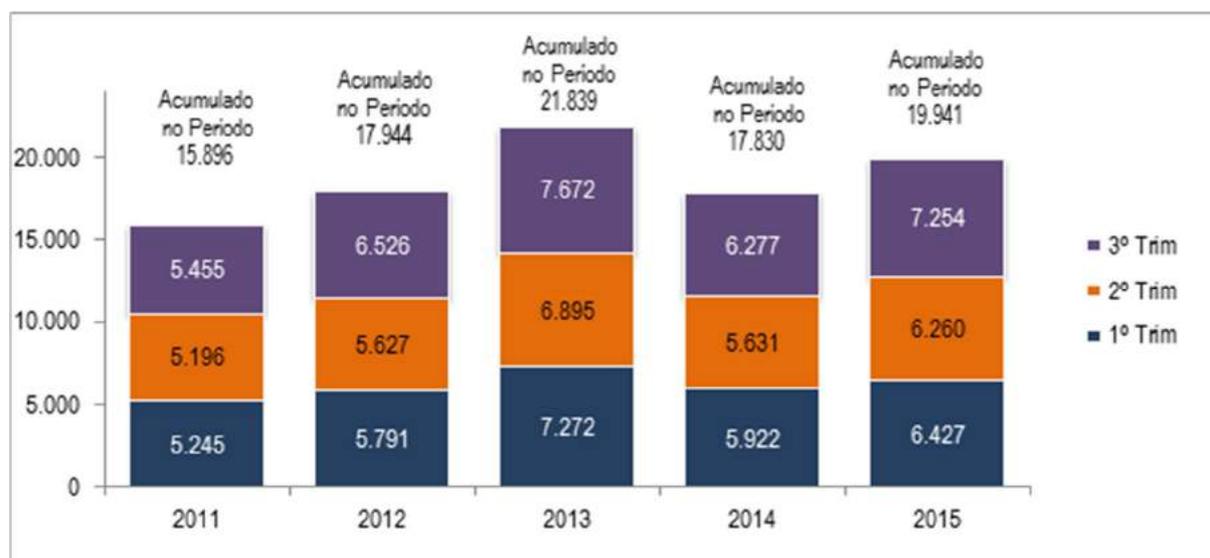


Gráfico 9 – Outras Contribuições – Em Mil Reais



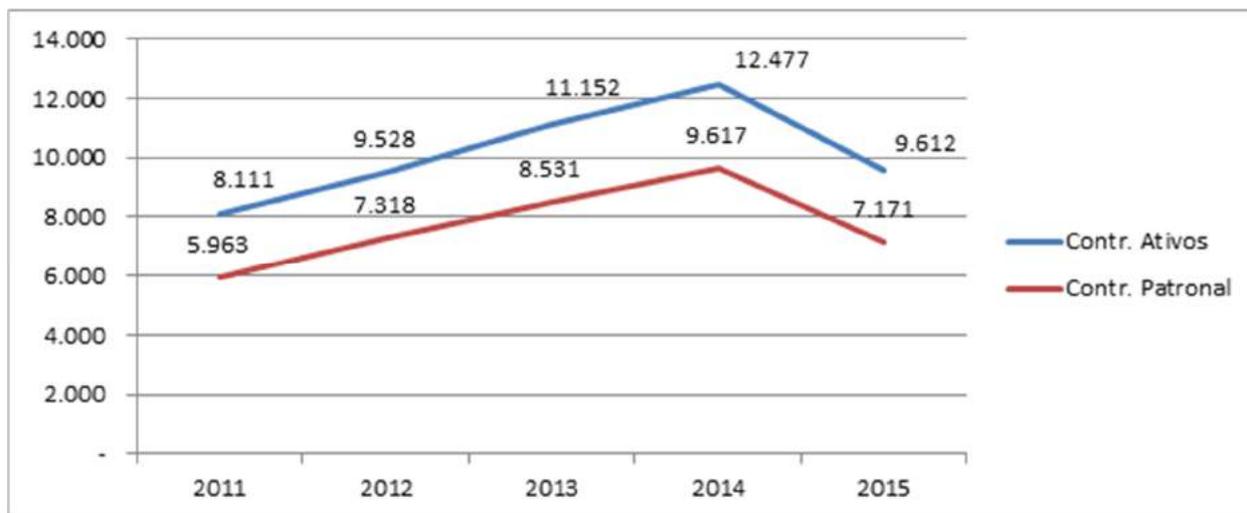
Os valores de *outras contribuições* correspondem às parcelas de joia atuarial e autopatrocinados.

Gráfico 10 – Evolução das Receitas Previdenciárias – Em Mil Reais



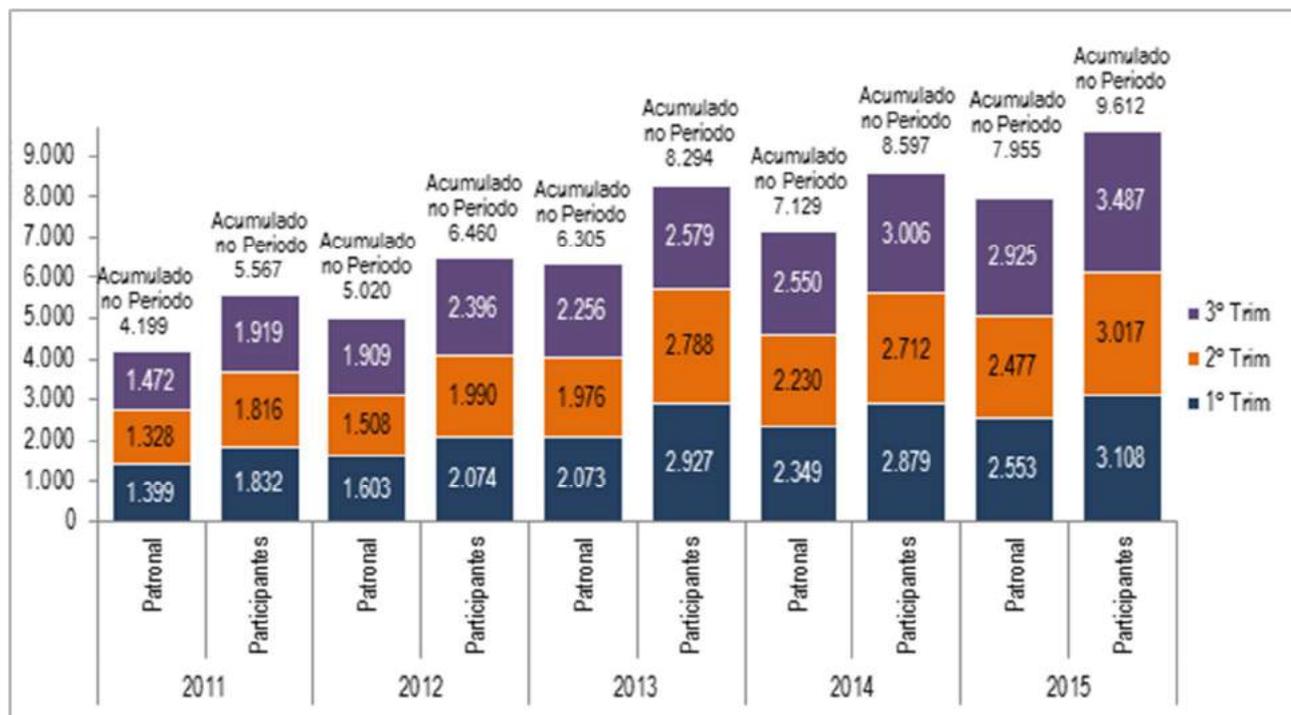
A partir de 2014 não há a parcela referente à Reserva a Amortizar para cobertura de serviço passado, dos participantes fundadores, firmado entre a Codevasf e a SÃO FRANCISCO. A diferença de contribuição a maior ocorrida no 3º trimestre em comparação ao trimestre anterior deve-se, principalmente, ao reajuste salarial pago no mês de agosto, retroativo a maio, pela patrocinadora Codevasf a seus empregados.

Gráfico 11 – Comparativo das Contribuições Normais Participantes Ativos X Patrocinadora – Valores Acumulados – Em Mil Reais



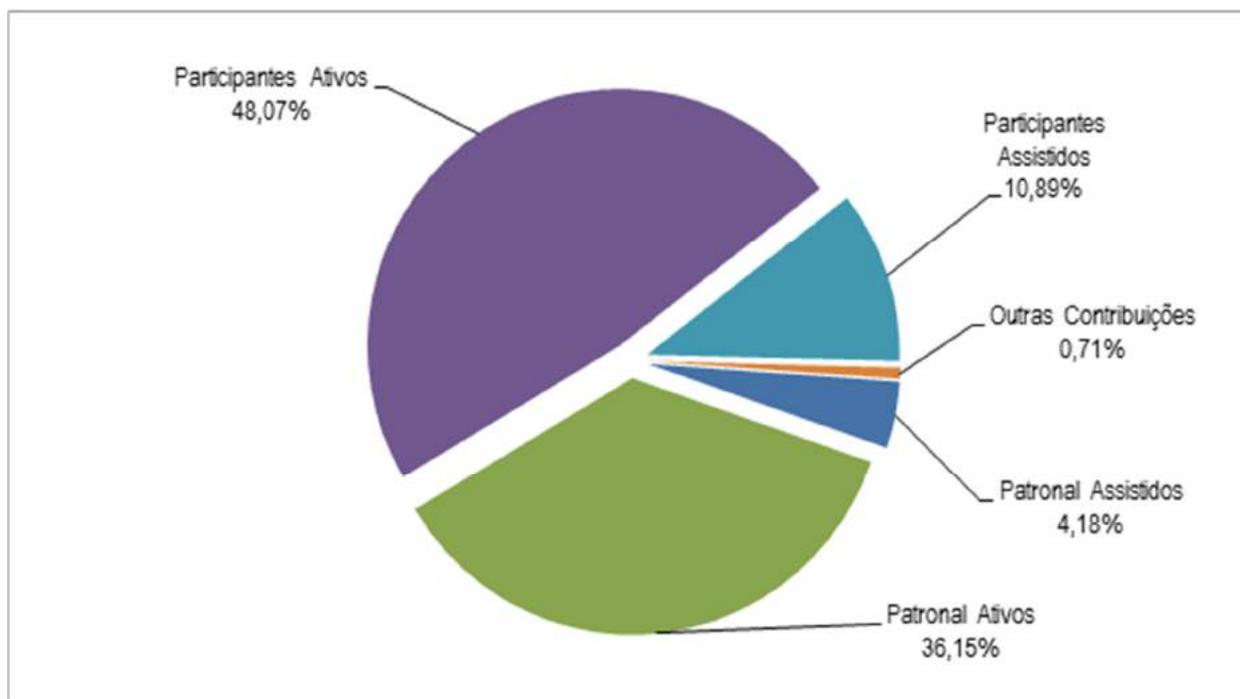
Observa-se que, em percentuais médios aproximados, as contribuições patronais e dos participantes equivalem a 43% e 57% da contribuição total, respectivamente.

Gráfico 12 – Comparativo da Contribuição Patronal X Participantes – Em Mil Reais



A diferença de contribuição a maior ocorrida no 3º trimestre em comparação ao trimestre anterior deve-se, principalmente, ao reajuste salarial pago no mês de agosto, retroativo a maio, pela patrocinadora Codevasf a seus empregados.

Gráfico 13 – Composição das Receitas Previdenciárias



2.1.2 Despesas Previdenciárias

Gráfico 1 – Despesas Previdenciárias por Tipo de Benefício

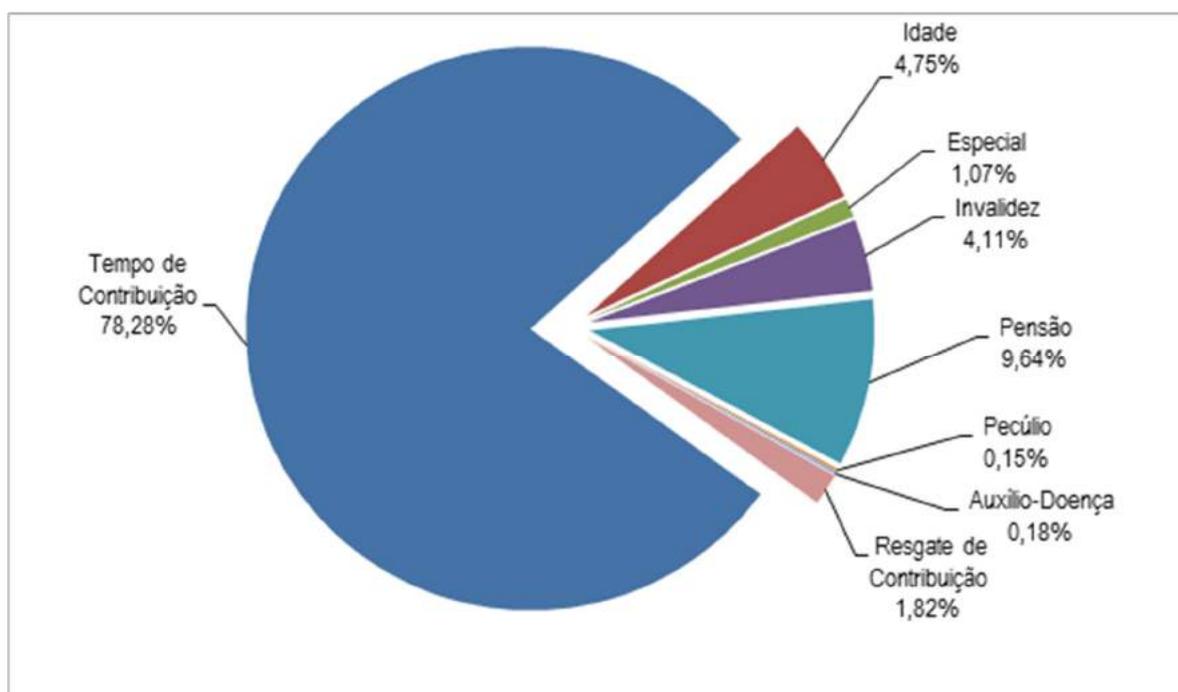


Gráfico 2 – Evolução das Despesas Previdenciárias – Em Mil Reais

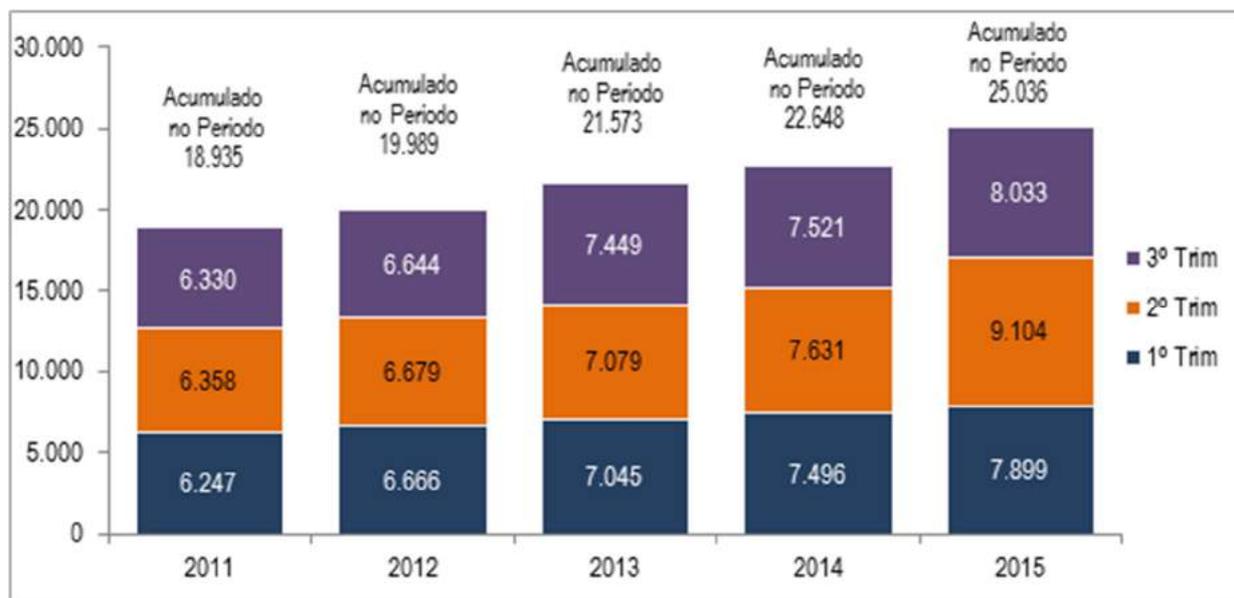
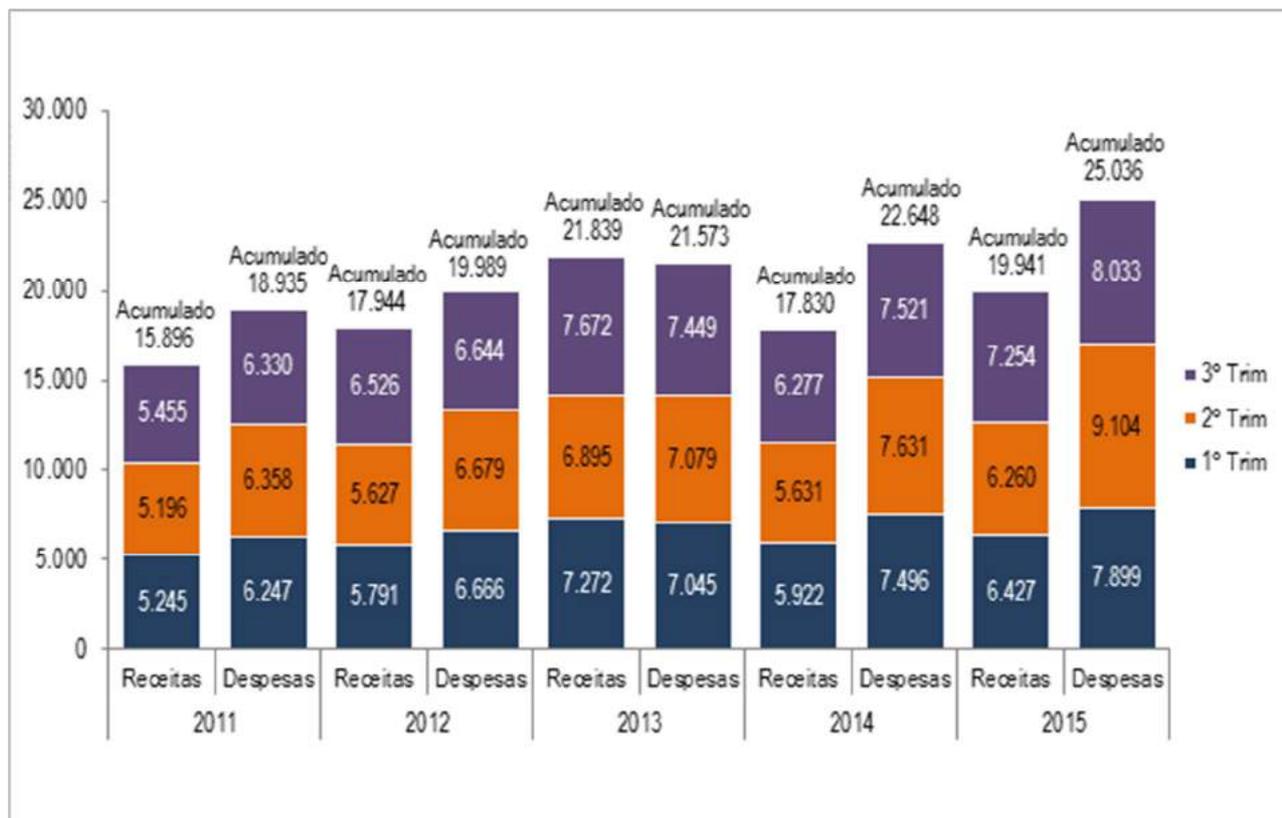


Gráfico 3 – Receitas X Despesas Previdenciárias – Em Mil Reais



2.2 ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

2.2.1 Enquadramento – Política

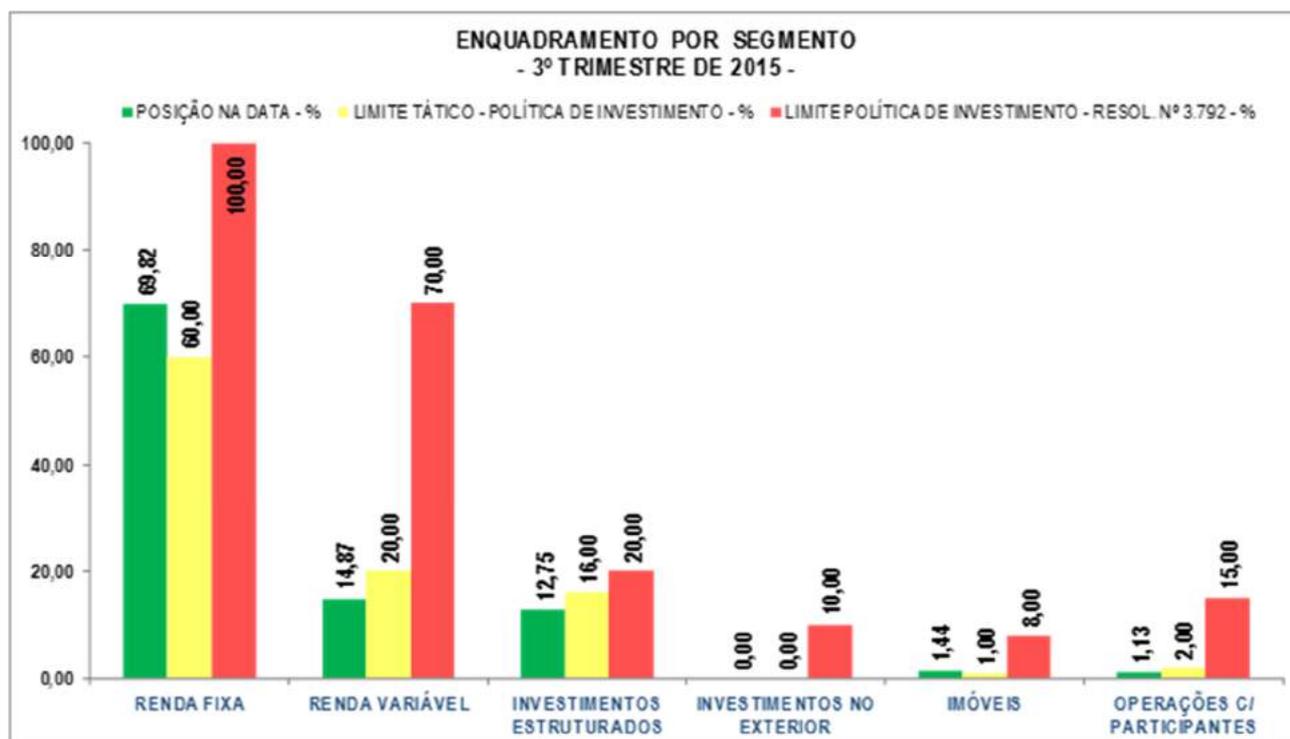
A estrutura de investimento do Plano, considerando as alocações nos Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Investimentos no Exterior, Imóveis e Operações com Participantes, encontrava-se no encerramento do **3º Trimestre de 2015** em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2015/2019, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Seu valor total de R\$ 510.855.226,76 contra R\$ 486.314.215,08 em dezembro de 2014, registra um crescimento nominal no período de 5,05%.

- Quadro 2 -

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2014 X 2015 - PLANO DE BENEFÍCIOS I - BD							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	31.12.2014 (R\$)	% DE ALOCAÇÃO (RESOL. N° 3.792)	30.09.2015 (R\$)	% DE ALOCAÇÃO (RESOL. N° 3.792)	LIMITES TÁTICOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTO	LIMITE LEGAL RESOLUÇÃO N° 3.792 - CNM	LIMITE SUPERIOR POLÍTICA DE INVESTIMENTO
					MÁXIMO - %	MÁXIMO - %	MÁXIMO - %
RENDA FIXA	322.400.286,93	66,29	356.662.922,70	69,82	60,00	100,00	100,00
RENDA VARIÁVEL	82.994.587,11	17,07	75.955.546,82	14,87	20,00	70,00	70,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	66.859.899,17	13,75	65.129.093,04	12,75	16,00	20,00	20,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	1,00
IMÓVEIS	7.366.150,48	1,51	7.348.629,14	1,44	1,00	8,00	2,00
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	6.693.591,39	1,38	5.759.035,06	1,13	2,00	15,00	5,00
TOTAL PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	486.314.215,08	100,00	510.855.226,76	100,00	-	-	-
(+) Disponível - Conta 11	38.332,90		21.411,39				
(-) Exigível de Investimentos	-233.325,19	5,05% ↑	-254.102,57				
TOTAL DO ATIVO DE INVESTIMENTO	486.119.222,79		510.622.535,58				

- Gráfico 6 -



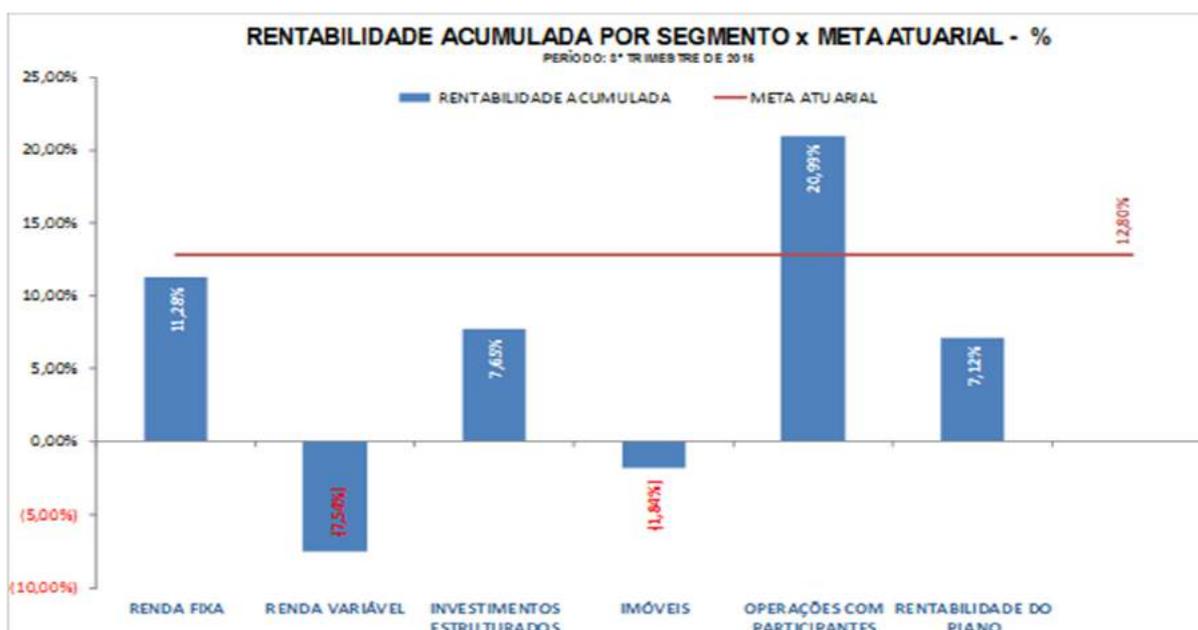
2.2.2 Rentabilidade

A rentabilidade nominal do Plano de Benefícios I – BD, no 3º trimestre de 2015 foi de -0,39% contra 4,26% registrada no 2º trimestre de 2015 esse resultado acumula no ano um desempenho positivo de 7,12% que descontada da Meta Atuarial de 12,80% registra desempenho negativo de 5,67%. A **Renda Fixa** no ano apresenta rentabilidade de 11,28%, também inferior a meta. O principal motivo, em que pese haver contribuição ocasionada pela alta dos juros que provoca a redução dos preços das NTN's precificadas para negociação, reside no descasamento entre o INPC e IPCA – atentar para as explicações apresentadas na avaliação da inflação constante da parte introdutória do relatório. A carteira de **Renda Variável** com rentabilidade no ano de -7,54%, ante o desempenho da Bolsa de Valores com variação negativa de 8,56% medido pelo índice **IBRX-50**, se mostra melhor que o índice de referência, mas, não é auspicioso se comparada à necessidade atuarial. Nos **Investimentos Estruturados** o resultado anual de 7,65% positivo se deve a reavaliação dos ativos integrantes do fundo Ático – Geração de Energia, mas, abaixo da meta. O Segmento de **Imóveis** apresenta rentabilidade de -1,84% no ano, lembrando-se da reavaliação procedida em 2014. O Segmento de **Operações com Participantes** a rentabilidade acumulada atingiu 20,90%, superando a meta em 8,10%.

- Quadro 3 -

RENTABILIDADE DO PLANO I - BD				
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	RENTABILIDADE - 3º TRIMESTRE 2015			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,59%	1,98%	11,28%	13,71%
RENDA VARIÁVEL	(1,97%)	(10,49%)	(7,54%)	(14,92%)
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	(0,28%)	0,35%	7,65%	7,98%
IMÓVEIS	(0,03%)	0,02%	(1,84%)	51,18%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,78%	5,97%	20,99%	29,30%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,10%	(0,39%)	7,12%	7,59%
META ATUARIAL	1,44%	2,98%	12,80%	15,92%
DIVERGÊNCIA	(1,34%)	(3,37%)	(5,68%)	(8,33%)

- Gráfico 7 -



2.2.3 Detalhamento por Segmento

2.2.3.1 Renda Fixa

Nesse segmento estão alocados 69,82% do total dos Ativos de Investimentos:

Quadro 4 – Alocação de Recursos

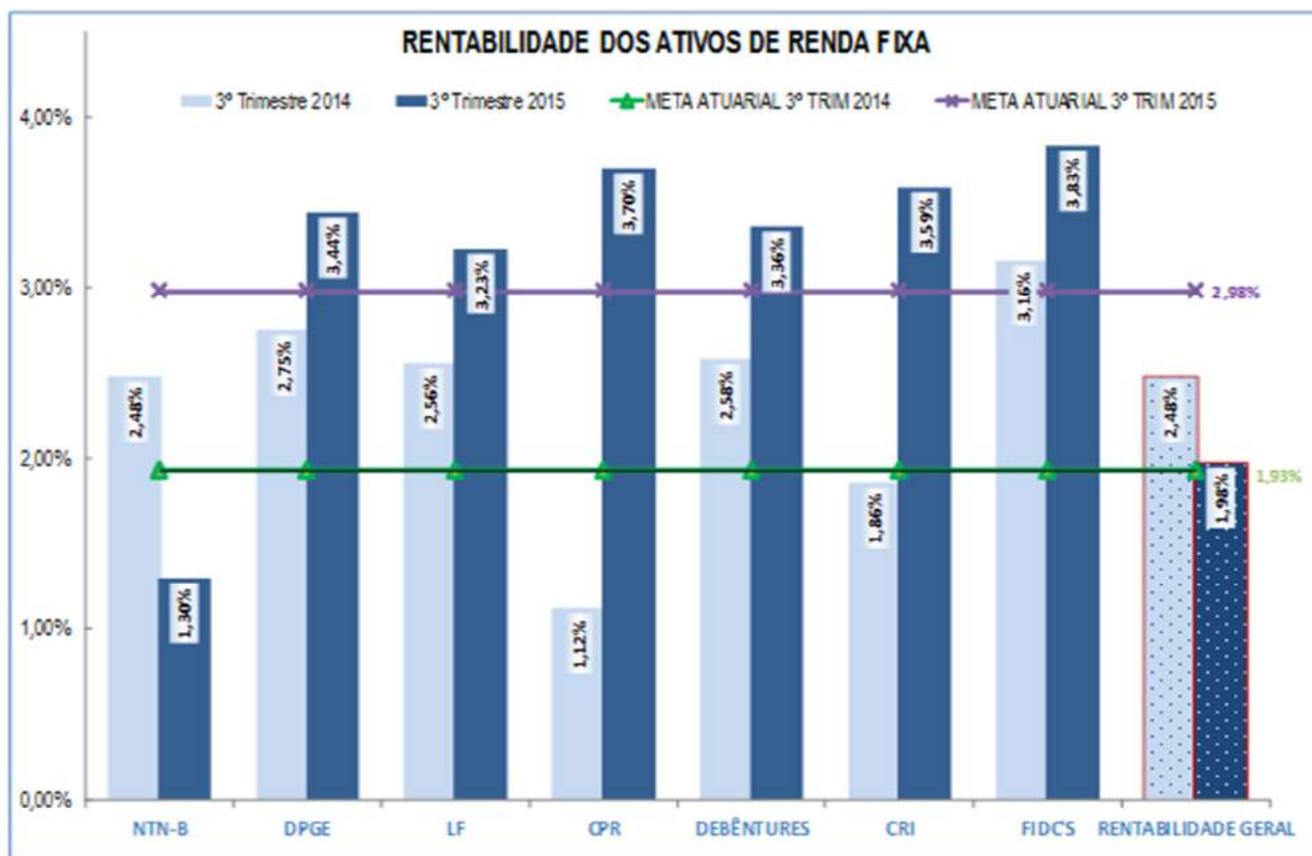
ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCÇÃO SEGMENTO	TOTAL			jul/15	ago/15	set/15	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
													S/CDI e IbrX-50	S/META
Art. 18	RENDA FIXA	356.662.922,70	100,00%	69,82%	9,6		1,04%	0,34%	0,59%	1,98%	11,28%	13,71%	1,72%	-1,52%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	252.344.313,56	70,75%	49,40%	12,4		0,88%	0,01%	0,41%	1,30%	10,20%	12,62%	0,64%	-2,60%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	252.344.313,56	70,75%	49,40%	12,4	Soberano	0,88%	0,01%	0,41%	1,30%	10,20%	12,62%	0,64%	-2,60%
III	Emissão ou Coobrigação de Instituições Autorizadas pelo BACEN	66.736.324,46	18,71%	13,06%	1,0		1,38%	0,95%	1,01%	3,38%	13,66%	17,85%	4,10%	0,86%
	DPGE	43.100.336,26	12,08%	8,44%	0,7	-	1,40%	0,99%	1,01%	3,44%	13,94%	18,21%	4,38%	1,14%
	Baixo Risco de Credito													
	BANCO BIC S/A	14.129.877,94	3,96%	2,77%	0,6	AA- (LFRating)	1,42%	0,99%	1,07%	3,52%	14,13%	18,54%	4,57%	1,33%
	BANCO BMG S/A	3.641.457,03	1,02%	0,71%	1,2	A- (Fitch)	1,38%	0,93%	1,15%	3,50%	14,21%	18,35%	4,65%	1,41%
	BANCO FICSA S/A	8.792.961,92	2,47%	1,72%	0,5	BBB (LFRating)	1,36%	0,97%	1,13%	3,50%	14,17%	18,61%	4,62%	1,38%
	BANCO SCHAHIN S/A	8.732.829,17	2,45%	1,71%	0,5	A2 (Moody's)	1,51%	1,13%	1,00%	3,68%	14,40%	18,71%	4,84%	1,60%
	DACASA FINANCEIRA	7.803.210,20	2,19%	1,53%	1,1	-	1,28%	0,88%	0,97%	3,16%	13,04%	17,00%	3,49%	0,25%
	OMNI S/A (*)	0,00	0,00%	0,00%	0,0	A- (Austin)	1,40%	0,97%	-0,03%	2,35%	12,75%	17,01%	3,20%	-0,04%
	LF	23.635.988,20	6,63%	4,63%	1,3		1,33%	0,87%	1,00%	3,23%	13,22%	17,30%	3,67%	0,42%
	Baixo Risco de Credito													
	BANCO SAFRA	17.637.263,47	4,95%	3,45%	1,0	AAA (S&P)	1,33%	0,84%	1,05%	3,25%	13,39%	17,58%	3,83%	0,59%
	BDMG	5.998.724,73	1,68%	1,17%	2,0	AAA (S&P)	1,33%	0,97%	0,86%	3,19%	12,94%	16,70%	3,39%	0,15%
V	Emissão de Companhias Abertas	16.239.449,86	4,55%	3,18%	5,6		1,35%	1,01%	0,96%	3,36%	13,50%	17,52%	3,95%	0,70%
	DEBENTURES	16.239.449,86	4,55%	3,18%	5,6	-	1,35%	1,01%	0,96%	3,36%	13,50%	17,52%	3,95%	0,70%
	Médio Risco de Credito													
	CEMIG - GT	6.607.912,36	1,85%	1,29%	4,5	Aa2 (Moody's)	1,26%	0,93%	0,88%	3,10%	12,65%	16,36%	3,10%	-0,14%
	CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETE	9.631.537,50	2,70%	1,89%	6,4	Aa2 (Moody's)	1,41%	1,07%	1,02%	3,54%	14,09%	18,32%	4,53%	1,29%
VII	Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadoras	13.067.844,86	3,66%	2,56%	4,6		1,31%	1,21%	1,03%	3,59%	11,94%	15,61%	2,38%	-0,86%
	CRI	13.067.844,86	3,66%	2,56%	4,6	-	1,31%	1,21%	1,03%	3,59%	11,94%	15,61%	2,38%	-0,86%
	Baixo Risco de Crédito													
	BRC SECURITIZADORA	2.965.975,51	0,83%	0,58%	3,4	AAA (Fitch)	1,44%	1,06%	1,33%	3,88%	12,42%	16,70%	2,87%	-0,37%
	Alto Risco de Crédito													
	INFRASEC SECURITIZADORA	10.101.869,35	2,83%	1,98%	5,0	AA (LFRating)	1,27%	1,25%	0,95%	3,51%	11,79%	15,28%	2,24%	-1,00%
VIII	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	7.499.474,08	2,10%	1,47%	3,2		1,49%	1,11%	1,18%	3,83%	15,12%	19,67%	5,57%	2,33%
	EM COTA	7.499.474,08	2,10%	1,47%	3,2	-	1,49%	1,11%	1,18%	3,83%	15,12%	19,92%	5,57%	2,33%
	Alto Risco de Crédito (**)													
	ÁTICO FIDC (ÁTICO)	7.499.474,08	2,10%	1,47%	3,2	AA (LFRating)	1,49%	1,11%	1,18%	3,83%	15,12%	19,92%	5,57%	2,33%
§ 1º - IV	CÉDULA DE PRODUTO RURAL	775.515,88	0,22%	0,15%	1,2		1,50%	1,14%	1,02%	3,70%	14,81%	19,30%	5,25%	2,01%
	CPR-F	775.515,88	0,22%	0,15%	1,2	-	1,50%	1,14%	1,02%	3,70%	14,81%	19,30%	5,25%	2,01%
	Risco de Credito Especulativo													
	USINAS ITAMARATI	775.515,88	0,22%	0,15%	1,2	A- (LFRating)	1,50%	1,14%	1,02%	3,70%	14,81%	19,30%	5,25%	2,01%

OBS.: O critério de avaliação por faixa de risco foi definido pelo comitê de investimentos da Fundação.

(*) Resgate Final em 02/09/2015.

(**) Resultado da Reclasseificação, com base no modelo de avaliação de "Risco de Crédito" desenvolvido internamente pela Diretoria de Finanças, tomando-se por base os modelos utilizados pelas Agências Estrangeiras.

Gráfico 8 – Rentabilidade Nominal – No Trimestre



No mesmo trimestre do ano de 2014 a carteira de NTN – B foi construída visando somente permitir atingir, pelo ativo, a mesma *duration* do passivo do plano. Neste contexto não havia parte da carteira precificada a mercado, entretanto, no início de 2015 a situação de mercado estava absolutamente diferente. A curva de juros apresentava aspecto absolutamente incongruente com a que se deve observar, no padrão é esperado que a taxa se inicie crescente e côncava em relação ao eixo do tempo (x), para atingindo determinado patamar se tornar quase que paralela ao mesmo eixo até a sua data mais longínqua, mas, o que se via era o oposto, taxa decrescente e convexa em sua parte inicial. Esse comportamento distorcido, com taxa de curto prazo superior ao de longo prazo, foi produzido pelas diversas inconsistências da política econômica. Assim, não restava outra alternativa a não ser a de serem realizadas inversões nos prazos mais curtos e ao mesmo tempo deixando as aplicações marcadas a mercado. Como se observa, aí reside o principal motivo para a existência do resultado inferior ao do exercício passado, entretanto, tão logo esteja corrigida a curva de juros internas, as taxas de curto prazo se situarão abaixo da de longo, produzindo ganho substancial para que se realize novamente o alongamento das aplicações, desde que no novo ALM se constate a necessidade de tal procedimento.

Como a carteira de NTN-B é disparada a que possui maior concentração de recursos, o seu resultado impacta consideravelmente o resultado de todo o segmento, logo, é absolutamente normal que a rentabilidade da Renda Fixa se situe como apresentada no gráfico.

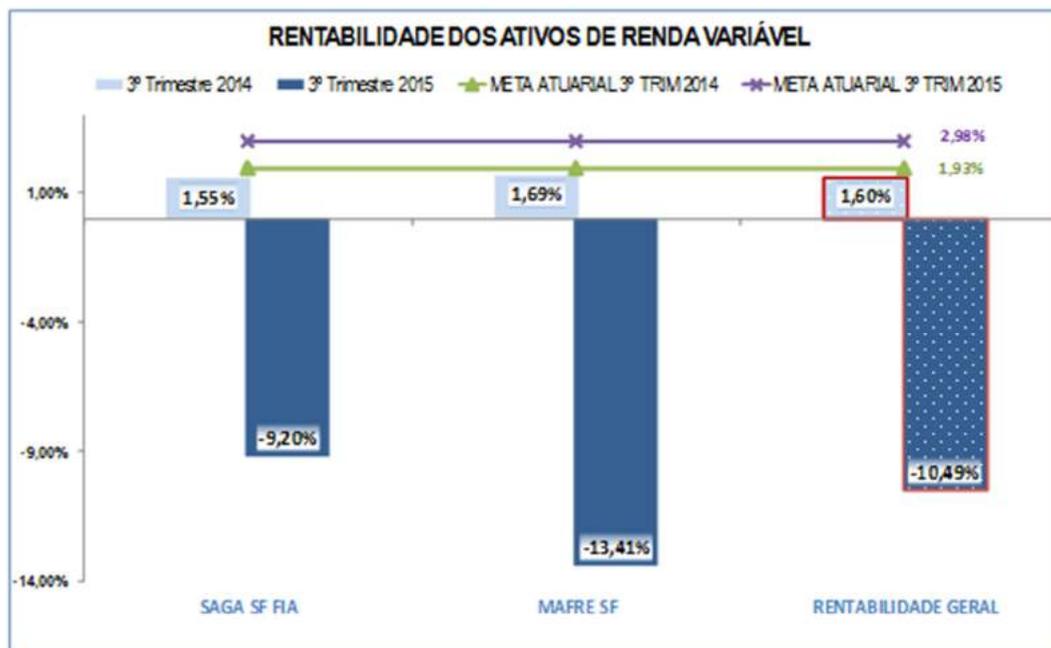
2.2.3.2 Renda Variável

Nesse segmento estão alocados 14,87% do total dos Ativos de Investimentos:

Quadro 5 – Alocação de Recursos

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL			jul/15	ago/15	set/15	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
													S/CDI e IbrX-50	S/META
Art. 19	RENDA VARIÁVEL	75.955.546,82	100,00%	14,87%	-	-	-2,69%	-6,17%	-1,97%	-10,49%	-7,54%	-14,92%	1,02%	-20,34%
I	Ações de Emissão de Companhias Abertas	75.955.546,82	100,00%	14,87%	-	-	-2,69%	-6,17%	-1,97%	-10,49%	-7,54%	-14,92%	1,02%	-20,34%
	FUNDOS	75.955.546,82	100,00%	14,87%	-	-	-2,69%	-6,17%	-1,97%	-10,49%	-7,54%	-14,92%	1,02%	-20,34%
	SAGA SF FIA	53.395.718,84	70,30%	10,45%	-	-	-2,59%	-5,58%	-1,28%	-9,20%	-8,68%	-15,05%	-0,12%	-21,48%
	MAPFRE SF	22.559.827,98	29,70%	4,42%	-	-	-2,92%	-7,51%	-3,56%	-13,41%	-8,01%	-17,49%	0,56%	-20,81%

Gráfico 9 – Rentabilidade Nominal - Segmento de Renda Variável - No Trimestre



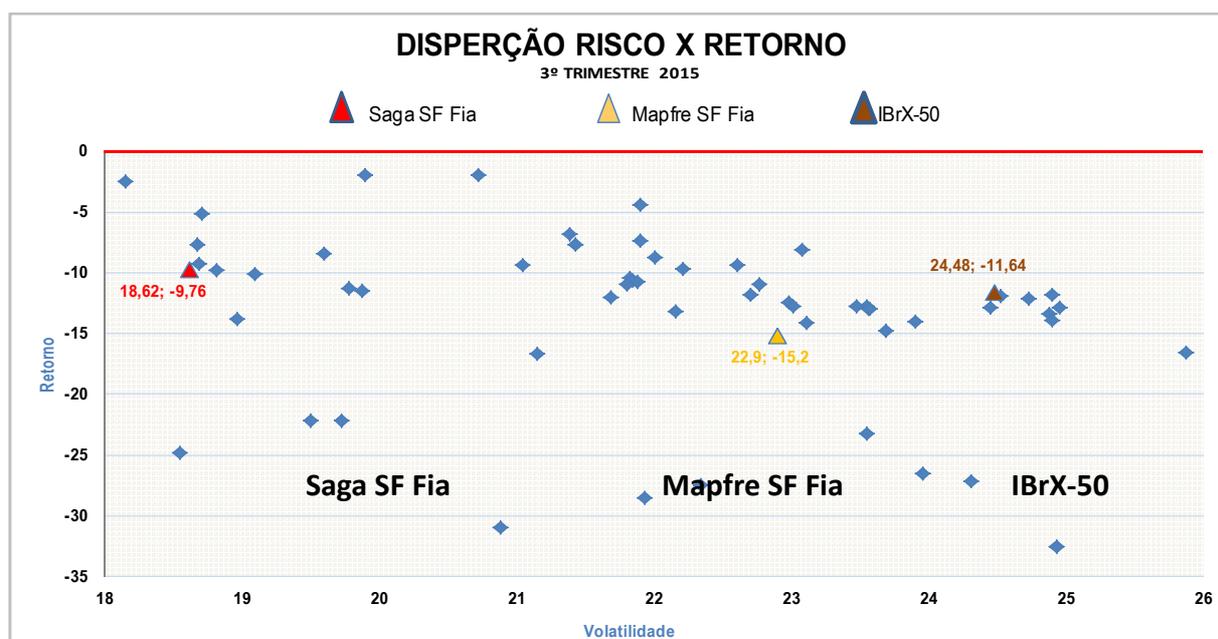
2.2.3.3 Fundos de Investimentos em Ações – FIA's

O segmento de Renda Variável corresponde, aproximadamente, 15% dos recursos alocados do plano BD. No trimestre, o segmento registrou variação negativa de 10,49%, contra o desempenho negativo do IBrX-50 de 14,31%. No ano, variação negativa de 7,54%, contra a variação negativa do **Benchmark (IBrX-50)** de 8,56%, resultado de uma atitude de defesa dos portfolios, dada as interpretações negativas quanto ao cenário político econômico.

No acompanhamento interno dos Fundos Exclusivos-FIA's, segundo a relação **Risco versus Retorno**, utiliza-se de dados coletados desde 30/04/2014, quando ocorreu a troca de gestores, até 30/09/2015. Promove-se, então, a seleção da amostra da Indústria de Fundos tendo por base os seguintes parâmetros: o valor de patrimônio entre R\$ 20 e 60 milhões; constar do regulamento atendimento à Resolução 3.792; volatilidade superior a 18; classificação ANBIMA como FIA's; Correlação de no mínimo 80% com o IBR – 50. O resultado da aplicação do filtro é a identificação de 61 fundos, relacionados na tabela mais adiante apresentada.

Dispondo em gráfico os resultados dos fundos selecionados, tem-se o seguinte resultado:

Gráfico 10 – Dispersão Risco X Retorno



O melhor desempenho foi de -1,97% para uma volatilidade de 20,72, e o pior desempenho foi de -32,52% com uma volatilidade de 24,93%. O Fundo Saga SF obteve desempenho de -9,76 e volatilidade de 18,62% e o Mapfre SF desempenho de -15,20% e volatilidade de 22,9%, enquanto o Benchmark obteve desempenho de -11,64 e volatilidade 24,48.

Convém ressaltar sobre a amostra que todos os fundos apresentaram desempenho negativo. Em relação ao Fundo SAGA SF observa – se no gráfico que seu desempenho está situado em um quadrante onde encontram Fundos com as menores volatilidades. O Fundo MAPFRE SF distancia deste quadrante, contudo, apresenta volatilidade menor que o do Benchmark.

Em termos de desempenho, apenas 43% da amostra superaram o Benchmark e 57% ficaram abaixo do mesmo. Na avaliação das relações retorno sobre unidade de risco, a mesma fica prejudicada uma vez que os Fundos que compõe a amostra todos apresentaram desempenho negativo.

No resultado final da análise, os gestores Saga e Mapfre têm confirmada a estratégia definida pela São Francisco, ceder parte da rentabilidade em troca de uma atitude voltada à diminuição do risco. Entretanto deve ser ressaltada, ainda, que parte da perda de rentabilidade está associada aos custos envolvidos na administração que, como antevisto em nossas argumentações à Previc, a segregação em grupo econômico distinto, entre gestor, administrador e custodiante, acarretaria a perda da “Economia de Escala”, uma vez que a taxa de administração consome parte significativa dos resultados das gestões. Cabe também deixar anotado que o Benchmark não possui custos, tendo sua rentabilidade expressa somente em função das cotações das ações que o compõem.

Ante o acompanhamento que estamos empreendendo e a interatividade com as gestões dos fundos, percebe-se a melhora no desempenho do Fundo SAGA SF, evoluiu da posição 44 para a 29 nesse trimestre e, o Mapfre uma retração, saindo da posição 46 para 48, entretanto, cabe mencionar que este último teve uma reestruturação em suas equipes em que estamos aguardando reunião para alinharmos estratégias e expectativas.

Quadro 6 – FIA’s da Amostra Seleccionada

Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Set/15	Volatilidade Anual Mai/14 a Set/15	Retorno x Volatilidade	Patrimônio 30Set15 em moeda original em milhares
1	FIA Sabesprev BBMVvaluation	-1,97	20,72	-9,49	29.311
2	Frg FIA Q	-2,02	19,9	-10,13	42.402
3	Fpriv Quest Gaivotia FIA	-2,54	18,15	-13,97	54.892
4	Previdencia "B" FIA	-4,41	21,9	-20,13	34.939
5	Xp Dividendos FIA	-5,19	18,71	-27,76	24.411
6	FIA Rva Emb II	-6,8	21,39	-31,81	36.645
7	Bradesco FIA Ibrx Ativo Leblon	-7,39	21,9	-33,76	34.730
8	Itau Fof Rpi 30 Master Acoes Ibovativ FI	-7,7	18,68	-41,19	47.714
9	FIA Gap Valor Pernambuco	-7,74	21,43	-36,12	46.361
10	BNB FIA Prev Exd usivo	-8,15	23,08	-35,31	20.540
11	Fachesf Sao Francisco Hte FIA	-8,46	19,6	-43,17	35.441
12	Frg FIA Gap	-8,77	22,01	-39,83	49.457
13	Caixa FIA Cerrado Sustentabilidade	-9,29	18,69	-49,72	47.230
14	Gerdau Previdencia FIA 04	-9,39	21,04	-44,61	40.296
15	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	-9,41	22,61	-41,62	40.012
16	FIA Unice	-9,7	22,21	-43,68	52.394
17	Saga SF FIA	-9,76	18,62	-52,42	53.396
18	Wa Sustentabilidade Empresarial FIA	-9,8	18,82	-52,04	38.391
19	Gerdau Previdencia FIA 03	-10,09	19,09	-52,87	38.170
20	FIA Constelacao	-10,44	21,83	-47,85	58.329
21	Bosch Brasil VIII FIA Previ	-10,67	21,85	-48,82	21.376
22	Ft FEF Cd FIA	-10,81	21,88	-49,38	44.261
23	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	-10,96	21,81	-50,24	50.590
24	Parati Prev FIA	-11,01	22,77	-48,35	38.587
25	ARX Kayapo FIA	-11,27	19,78	-57,01	26.813
26	Fpriv ARX Melro FIA Prev	-11,54	19,88	-58,04	45.648
27	Ibrx-50	-11,64	24,48	-47,56	-
28	Rt Equinox Acoes FI	-11,84	24,9	-47,56	52.843
29	BNP Paribas Master Ibrx FIA	-11,86	22,7	-52,27	53.812
30	Rt Solstice Acoes FI	-11,89	24,52	-48,51	47.905
31	Western Asset Prev Ibrx Alpha Acoes FI	-12	21,69	-55,31	23.143
32	Itau Caixa Acoes FI	-12,13	24,73	-49,03	59.263
33	Santander FI Ibovespa Ativo Instit Acoes	-12,5	22,98	-54,39	26.649
34	FIA Esmeralda	-12,74	23,55	-54,09	48.596
35	Santander FI Ativo II Acoes	-12,74	23,01	-55,37	28.534
36	Luxor Acoes FI	-12,76	23,48	-54,36	31.884
37	HSBC FI em em Acoes Ibovespa Gestao	-12,88	24,45	-52,69	32.456
38	Porto Seguro Prev Priv Master FIA	-12,9	24,95	-51,7	22.974
39	Caixa FIA Brasil Ibovespa	-12,93	23,56	-54,88	33.956
40	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	-12,94	23,57	-54,91	23.136
41	Santander FIA Mirante Ibrx	-13,17	22,16	-59,4	58.668
42	Blackrock Inst Ibovespa FIA	-13,44	24,88	-54,02	27.567
43	Suvinil FIA	-13,8	18,97	-72,76	31.120
44	Porto Seguro Acoes Master FI Prev	-13,94	24,9	-55,97	51.602
45	FIA Multi ply Variable	-14,08	23,9	-58,89	31.517
46	HSBC FIA Salubre	-14,1	23,11	-61,01	40.130
47	FIA Turmalina	-14,75	23,69	-62,28	45.458
48	Mapfre Sf FIA	-15,2	22,9	-66,35	22.560
49	Safra Setorial Bancos FIA	-16,59	25,87	-64,14	21.727
50	Safra Dividendos FIA	-16,69	21,15	-78,88	29.790
51	Az Legan Brasil FIA	-22,14	19,5	-113,51	31.554
52	Itau Acoes Infra Estrutura FI	-22,21	19,73	-112,57	46.161
53	HSBC FIA Ibovespa Valuation	-23,24	23,55	-98,69	47.247
54	Serpros FIA III Ibov Ativo	-24,79	18,55	-133,67	44.698
55	Fachesf Dividendos FIA	-26,48	23,96	-110,5	23.977
56	HSBC FIA Dividendos Master	-27,18	24,31	-111,78	33.477
57	Santander FI Dividendos Top Acoes	-27,42	22,34	-122,74	23.025
58	Sul America Total Return FIA	-28,48	21,93	-129,9	40.792
60	Rodes FIA	-31	20,88	-148,48	30.773
59	Telos Idiv FIA	-32,52	24,93	-130,4	37.015
61	Telos Idiv FIA	-32,52	24,93	-130,4	37.015

2.2.3.4 Investimentos Estruturados

Nesse segmento estão alocados 12,75% do total dos Ativos de Investimentos:

Quadro 7 – Alocação de Recursos

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCÇÃO SEGMENTO	TOTAL			jul/15	ago/15	set/15	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
													S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	65.129.093,04	100,00%	12,75%	12,9		0,49%	0,14%	-0,28%	0,35%	7,65%	7,98%	-1,90%	-5,15%
I	Fundos de Investimento em Participações	59.535.697,39	91,41%	11,65%	12,9		-0,05%	-0,05%	-0,05%	-0,15%	7,05%	6,90%	-2,50%	-5,74%
	ENERGIA PCH JURUENA - FIP - (GESTOR: INFRA ASSET MANAGEMENT)	44.907.082,44	68,95%	8,79%	16,1	-	-0,04%	-0,03%	-0,03%	-0,10%	-0,30%	-0,40%	-9,86%	-13,10%
	ÁTICO GERAÇÃO DE ENERGIA - FIP - (GESTOR: ÁTICO ASSET MANAGEMENT)	14.628.614,95	22,46%	2,86%	2,8	-	-0,08%	-0,08%	-0,12%	-0,28%	38,39%	37,99%	28,84%	25,60%
III	Fundos de Investimento Imobiliário	3.075.605,98	4,72%	0,60%	-		-8,54%	3,10%	-5,83%	-11,20%	-10,00%	-5,32%	-19,55%	-22,80%
	MEMORIAL OFFICE - COINVALORES DTVM	3.075.605,98	4,72%	0,60%	-	-	-8,54%	3,10%	-5,83%	-11,20%	-10,00%	-5,32%	-19,55%	-22,80%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	2.517.789,67	3,87%	0,49%	-		1,09%	1,01%	1,00%	3,13%	9,10%	11,96%	-0,46%	-3,70%
	SAGA SNAKE FIM	2.517.789,67	3,87%	0,49%	-	-	1,09%	1,01%	1,00%	3,13%	9,10%	11,96%	-0,46%	-3,70%

Gráfico 11 – Rentabilidade Nominal Comparada no Trimestre

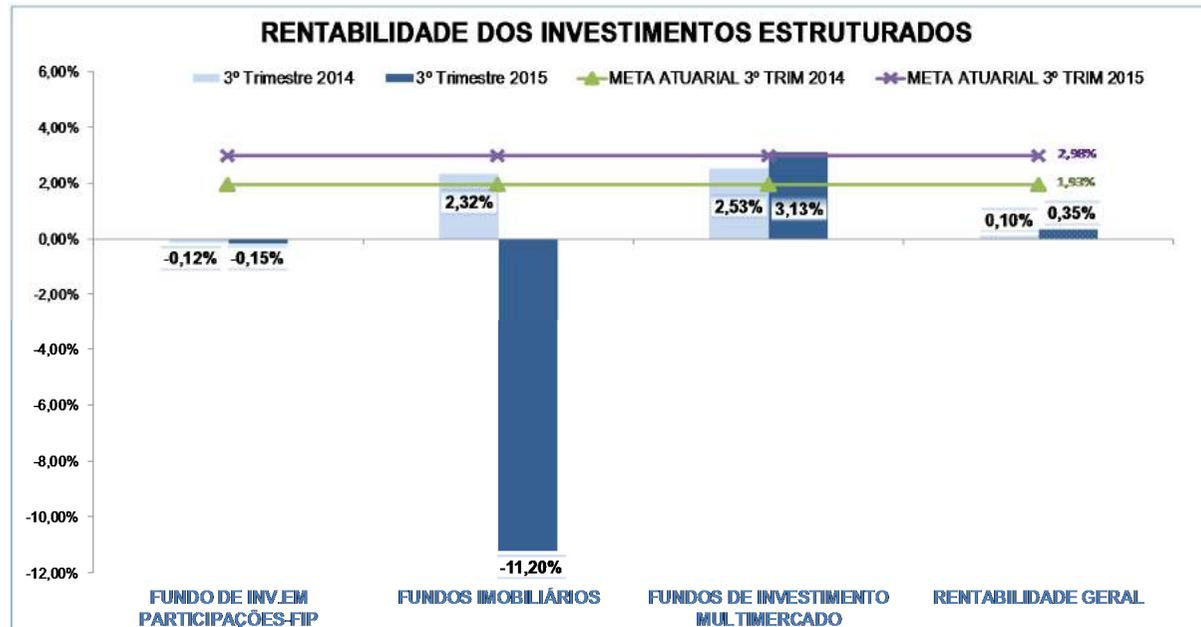
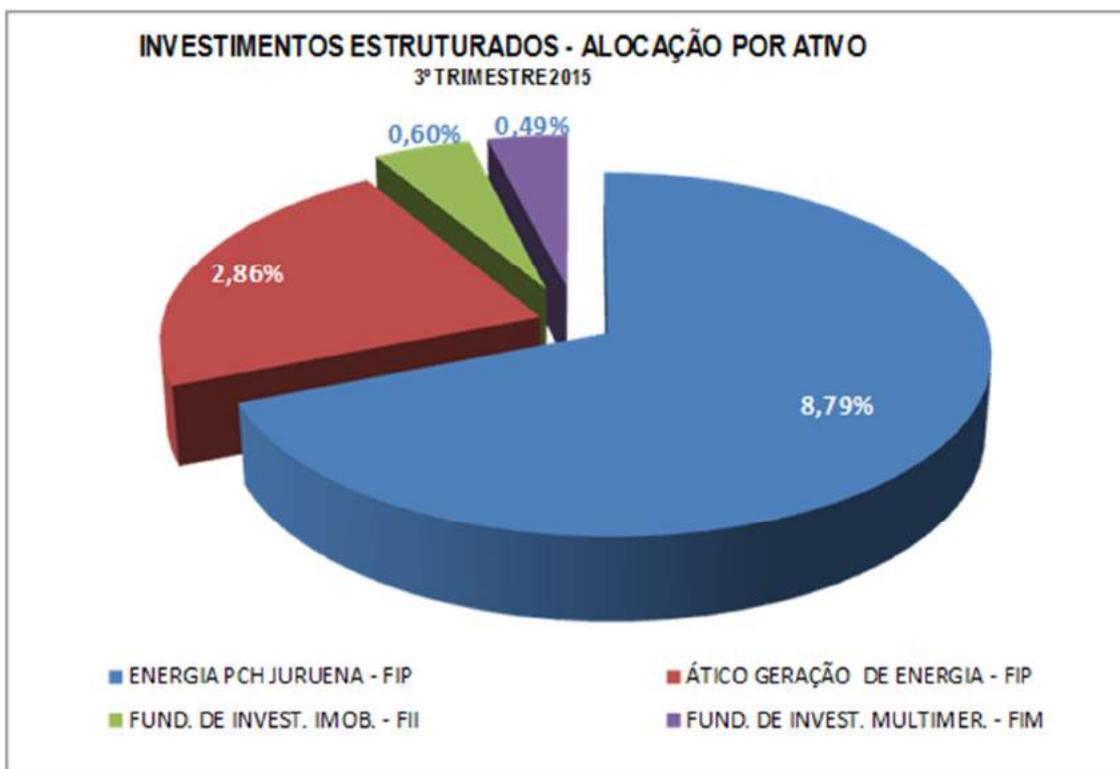


Gráfico 12 – Alocação por Ativos Detidos



FIP Energia PCH (Projeto Juruena):

Em 30 de setembro de 2015, encontrava-se alocado no **FIP Energia PCH** o valor de R\$ 44.907.082,44 ou 8,79% do total dos ativos de investimentos. Ocorrendo a renovação da outorga para as usinas, prevista para 2032, o retorno para os cotistas está estimado em IGP-M + 9,82% a.a. Caso contrário, o retorno previsto é de IGP-M + 4% a.a. Os cotistas em assembleia resolveram por maioria substituir os atuais gestores, retirando a Infra Asset, entregando a gestão a Vince Parters.

A Fundação São Francisco votou contrariamente à forma adotada para se levar a cabo a substituição, pois, não houve discussão do assunto entre os cotistas ou dentro do comitê do fundo. A decisão de substituição, açodada, no entender dos dirigentes da entidade, entretanto, não deve ser vista como negativa, haja vista a necessidade de se proceder a um choque de gestão.

Não deverá haver descontinuidade no processo de tornar os ativos líquidos, visando permitir, de forma mais vantajosa aos cotistas do fundo, a alienação das participações detidas pela carteira do mesmo.

- **Rentabilidade:**

O Fundo registrou no 3º trimestre 2015 e 2014, rentabilidade negativa de 0,10%. Com esse resultado o Fundo acumulou neste exercício desempenho negativo de 0,30%, ante uma meta atuarial de 12,80% no mesmo período, isto é, uma variação negativa de 13,10%.

Somente para salientar, o laudo de avaliação com a qual se produziu a evolução da cota do fundo diz respeito à expectativa de retorno das unidades hidrelétricas, entretanto, especialmente nos exercícios de 2014 e 2015, elas foram afetadas por ações de governo no sentido de exigir que as geradoras arcassem com a diferença do custo de geração, produzidas pela utilização de outras fontes, mormente as

térmicas. No caso de Juruena a conta de 2014 atingiu a cifra de R\$ 40 milhões, aspecto não previsto no estudo citado, logo, não era previsto a sua ocorrência. A Infra ingressou com ações judiciais contra o Operador Nacional do Sistema, demonstrando a improcedência da aplicação, mas, não somente Juruena, todas as empresas do setor. Neste diapasão receberam liminarmente ganhos em suas pretensões, porém, enquanto aguardava o julgamento do mérito, o próprio governo promoveu encontro em que pretende compor um acordo e a imediata retirada das ações da mão do poder judiciário.

Outra característica a não permitir o atingimento do referencial de retorno almejado reside na gestão do fundo. Aqui, para deixar em mente, o resultado do fundo é fruto do rendimento dos ativos investidos deduzidos dos custos inerentes à existência da estrutura do veículo, gestão, administração e custódia, associada a outros encargos como taxas de fiscalização, registro, auditoria e outras menores. Mesmo com todos os percalços e custos agregados, o desempenho do investimento deverá no futuro ter melhorado as expectativas, dado que a demanda de energia somente não produziu colapso no país pelo fraco desempenho da economia como um todo. Em outras palavras, a matriz energética do Brasil não conseguirá atender a demanda caso se experimente algum crescimento.

FIP - Geração de Energia - Ático:

- **Companhias Alvos:** as sociedades anônimas, abertas ou fechadas, emissoras de títulos e valores mobiliários, que atuem, direta ou indiretamente, no **setor de geração de energia** e que possam ser objeto de Propostas de Investimento pelo **FUNDO**.
- **Estratégias Para os Projetos:** Atuação em vários Estados brasileiros nas áreas de: UTE Gás; Eólica, Hidro; Comercialização e Biomassa, incorporando a cada projeto alta gestão corporativa.
- **Rentabilidade Alvo:** IPCA + 10,50% ao ano. Seu prazo de existência está programado para 7 (sete) anos, sendo: 4 (quatro) anos em investimento e 3 (três) anos para desinvestimento. Contabilizado o tempo como demonstrado, o investimento deve ser finalizado em 2018. Os resultados positivos são produzidos apenas nas reavaliações, tendo em vista que ainda se está no prazo dos investimentos, ou seja, sem geração líquida de caixa para distribuição.

O Fundo registrou rentabilidade negativa de 0,28% no 3º trimestre de 2015, contra rentabilidade positiva de 39,13% no 2º trimestre. No acumulado o desempenho é positivo em 37,99%, que retirada a meta atuarial produz variação positiva de 25,60%.

Fundo de Investimento Imobiliário - Memorial Office Building:

No decorrer de 2014 o Comitê de Investimento deliberou pela alienação das cotas do fundo, mesmo abaixo do valor contábil. Ocorre que a liquidez do ativo em bolsa, dado o cenário de alta de juros de curto e médio prazo, é bastante reduzida, e vem dificultando a venda do total das cotas.

O Fundo registrou no 3º trimestre de 2015 rentabilidade negativa de 11,20%, contra rentabilidade negativa de 1,48% no 2º trimestre. Com esse resultado, acumula no ano, desempenho negativo de 10,00%, ante a meta atuarial de 12,80%, variação negativa de 22,80%, e isso graças ao recebimento do resultado produzido pelos alugueis. Como o fundo é precificado a mercado, o aumento das taxas de juros dos títulos públicos trouxe o aumento das taxas para todos os ativos, assim, necessariamente, para que ocorra a elevação, o impacto teria que ser direto via redução do preço de negociação. Assim, enquanto em 31/12/2014 as cotas valiam R\$ 122,81, agora, em 30/09/2015 passaram a valer R\$ 102,00, uma perda de 16,94%.

Fundo de Investimento Multimercado - Saga Snake:

Trata-se de um Fundo Multimercado utilizado somente com vista à administração das disponibilidades. Seu desempenho próximo de 102% do CDI e a disponibilização dos recursos em D+1 dia, são os motivos principais para seu uso. Ponto relevante, ainda, reside no fato de que a alocação de recursos nele é próxima de zero.

As aplicações do plano no Fundo registraram rentabilidade positiva de 3,13% no 3º trimestre de 2015, ante 2,88% no 2º trimestre. Acumulando no ano desempenho positivo de 9,10%, variação negativa de 3,70% quando deduzido da meta atuarial. Entretanto, deve-se levar em consideração que esse desempenho não é absolutamente representativo no todo do investimento do plano, dado que em diversas datas o valor investido nele aproximou-se de 0 (zero), sendo isto um dos motivos a fazer com que o retorno se mantenha inferior a meta. Elucidativamente a cota do fundo variou 3,44% no trimestre, contra 3,43 do CDI, ou seja, desempenho comparado de 100,29%, porém, não foi o que as nossas aplicações renderam, motivada exclusivamente pela movimentação de recursos realizada, haja vista servir o veículo como meio de facilitar a gestão do fluxo de caixa.

2.2.3.5 Imóveis

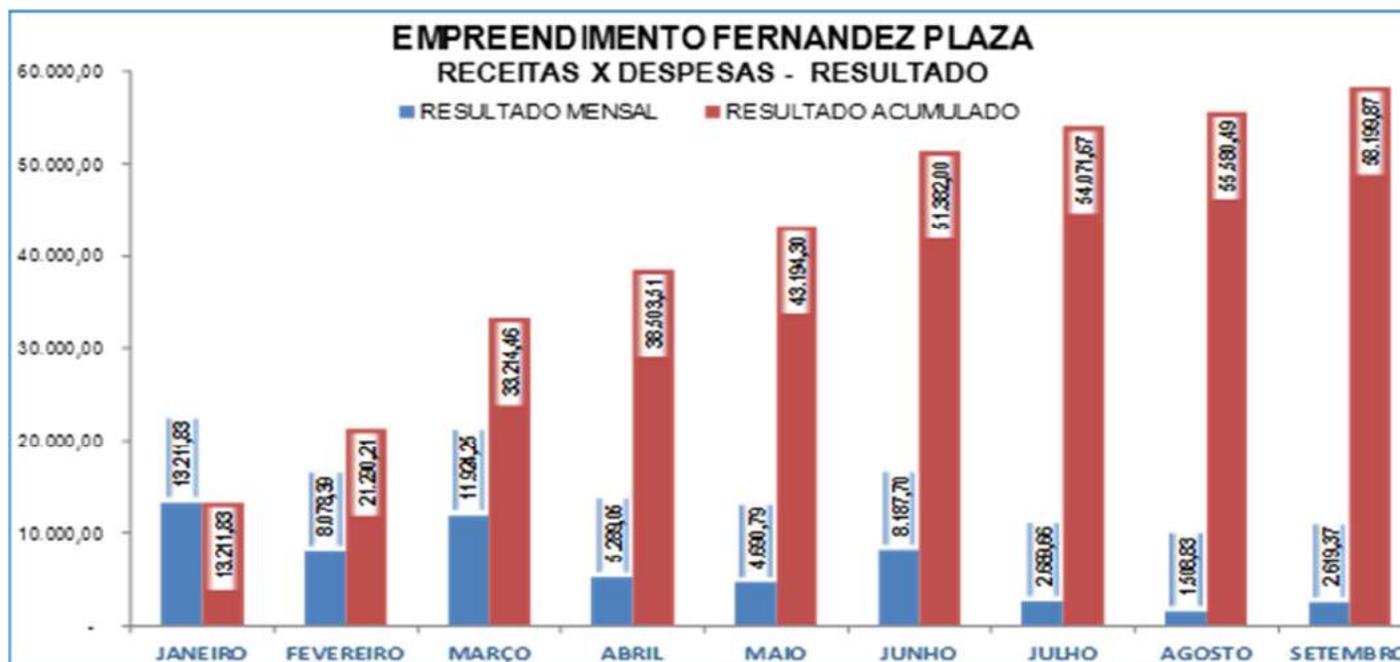
Nesse segmento estão alocados 1,44% do total dos Ativos de Investimentos. A administração da carteira imobiliária prende-se exclusivamente a posição já existente, constituída por 56 salas comerciais no Edifício Fernandez Plaza, em Salvador - BA, não havendo novas aplicações no segmento. A definição contida na Política de Investimento do Plano é a de promover a alienação do imóvel, desde que as condições de mercado assim permitam.

Quadro 8 – Alocação de Recursos

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCÇÃO SEGMENTO	TOTAL			jul/15	ago/15	set/15	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
													S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 22	IMÓVEIS	7.348.629,14	100,00%	1,44%	-	-	0,04%	0,01%	-0,03%	0,02%	-1,84%	51,18%	-11,40%	-14,64%
II	Imóveis para Aluguel e Renda	7.348.629,14	100,00%	1,44%	-	-	0,04%	0,01%	-0,03%	0,02%	-1,84%	51,18%	-11,40%	-14,64%
	FERNANDEZ PLAZA	7.348.629,14	100,00%	1,44%	-	-	0,04%	0,01%	-0,03%	0,02%	-1,84%	51,18%	-11,40%	-14,64%

O 3º trimestre de 2015 apresentou rentabilidade positiva de 0,02% contra -0,05% no 2º trimestre de 2014. O desempenho do segmento no período se deve ao elevado índice de desocupação das salas, o que em última análise provoca mais despesas para o investimento, já que o plano arca com as taxas de condomínio e administração das unidades desocupadas.

Gráfico 13 – Acompanhamento do Resultado



Quadro 9 – Taxa de Ocupação e Ocorrências

FERNANDEZ PLAZA - OCORRÊNCIAS NO TRIMESTRE								
QUANTIDADE SALAS OCUPADAS	TAXA DE OCUPAÇÃO	ALUGUEL - R\$ -		IPTU -R\$ -		CONDOMÍNIO - R\$ -		TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
		RECEBIDO	EM ATRASO	RECEBIDO	EM ATRASO	RECEBIDO	EM ATRASO	
33	58,93%	67.269,32	9.495,00	24.019,06	3.723,19	44.836,80	6.132,58	7.454,57

QUANTIDADE SALAS DESOCUPADAS	TAXA DE DESOCUPAÇÃO	IPTU - R\$ -	CONDOMÍNIO - R\$ -
23	41,07%	15.702,58	35.902,32

Encerrado o 3º trimestre de 2015, a “taxa de ocupação” de 58,93%, contra 60,71% registrada no encerramento do 2º trimestre de 2015%, representa queda de 1,78%, motivada pela desativação de escritórios e pequenas empresas, com as quais havia contrato de locação com a entidade. Segundo o administrador (José Alberto Imóveis Ltda.) a retração da demanda continua acentuada para a região, devido ao elevado desaquecimento das atividades econômicas da cidade, associada à concorrência de novos empreendimentos, com espaços físicos modernos e novos atrativos para os ocupantes. Importante identificar que o administrador está em busca de novos interessados nos espaços disponíveis, atendendo as condições previstas no Contrato de Intermediação de Locação e Administração de Imóveis firmados com a São Francisco.

2.2.3.6 Operações com Participantes - Empréstimos

Nesse segmento estão alocados 12,75% do total dos Ativos de Investimentos:

Quadro 10 – Alocação de Recursos

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCÇÃO SEGMENTO	TOTAL			jul/15	ago/15	set/15	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
													S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 23	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	5.759.035,06	100,00%	1,13%	-	2,15%	1,93%	1,71%	5,90%	20,90%	29,21%	11,35%	8,11%	
I	Empréstimos	5.759.035,06	100,00%	1,13%	-	2,15%	1,93%	1,71%	5,90%	20,90%	29,21%	11,35%	8,11%	

Quadro 11 – Concessões

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS					
PERÍODO: JULHO A SETEMBRO 2015 - R\$ -					
MÊS	SIMPLES		EMERGÊNCIA		TOTAL
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	
JULHO	27	335.799,75	6	62.896,15	398.695,90
AGOSTO	10	116.191,90	1	1.039,31	117.231,21
SETEMBRO	9	118.189,77	3	25.856,84	144.046,61
TOTAL	46	570.181,42	10	89.792,30	659.973,72

O valor médio mensal de concessão de R\$ 219.991,24 desse trimestre, contra R\$ 87.563,68 do 2º trimestre de 2015, representa crescimento de 39,80%, ou ainda, em termos de valor médio por participante, o trimestre encerra com R\$ 11.785,00 contra R\$ 12.509,00 do trimestre anterior, uma variação de – 5,79.

Quadro 12

SALDOS QUANTITATIVOS DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS										
CONTRATOS FIRMADOS		QTD. MUTUÁRIOS		QTD. MUTUARIOS C/+3 PREST. VENCIDAS		QTD. NEGOCIAÇÕES ADM		MONTANTE INADIMPLIDO		
Até Trim.		Até Trim.		Até Trim.		Até Trim.		Até Trim.		Var. %
Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	
405	400	358	358	29	34	16	19	R\$ 1.964.442,00	R\$ 2.021.911,00	2,93%

Quadro 13

COMPOSIÇÃO DO SALDO LÍQUIDO			
DESCRIÇÃO	POSIÇÃO NO FECHAMENTO DO		
	Anterior	Atual	%
SALDO ANTERIOR	7.767.209,00	7.749.460,00	-0,23%
LIQ. ACRES. DO TRIM.	-17.749,00	321.806,00	-
VAL. CARTEIRA	7.749.460,00	8.071.266,00	4,15%
PROV. PERDA	-1.931.280,00	-2.258.989,00	16,97%
VAL. LIQ. CART	5.818.180,00	5.812.277,00	-0,10%

No segundo trimestre foram revistos os saldos de todos os contratos para implantação do sistema voltado ao controle por acordo de dívidas. Esse procedimento resultou no reconhecimento de se ter lançados acréscimos indevidos em vários contratos antes de sua implantação, assim, procedido os ajustes pertinentes, resultou no acréscimo líquido negativo apontado no quadro acima, relativamente ao segundo trimestre deste exercício.

Importante ressaltar que a “Provisão para Perda” está relacionada à exigência determinada pela Resolução 8 do CNPC de 2011 e segundo os termos nela especificados, mas, é mais que pouco provável a sua efetiva ocorrência, haja vista que o recebimento só ocorrerá em algum momento mais a frente; ou por saída do participante com o pedido de resgate de sua reserva ou pela sua entrada em benefício. No primeiro caso há cláusula contratual em que o participante consignou a sua reserva como garantia do mútuo, no segundo devido ao conseqüente lançamento em folha de benefício do valor mensal das prestações, devidamente atualizada. A base de cálculo do montante a provisionar consiste nos valores vencidos e a vencer, e sobre eles incide percentual definido de acordo com o tempo de inadimplência.

No montante registrado como inadimplido, quadro 11, a regra é o exato valor não pago pelo mutuário na data do vencimento da obrigação. Como se observa, a inadimplência é um valor real, não pago e atualizado pelos índices contratuais, enquanto a Provisão é um valor estimado segundo uma regra preestabelecida, logo, se trata de um lançamento prudencial e nada mais.

O número de contratos firmados reduziu de um trimestre para o outro tendo em vista que uns poucos participantes com dois contratos ativos promoveram a novação de seus mútuos com a consolidação das dívidas num único contrato.

Em que pese haver um valor expressivo de concessão pode-se verificar pela evolução do saldo da carteira, praticamente manutenção do valor investido de um trimestre para outro, é consequência das novações, ou seja, contrato novo quitando contrato antigo. No ano o que se observa consolidadamente ter se creditado na conta dos participantes R\$ 896.039,55, contra o total bruto concedido de R\$ 1.652.285,08, a diferença refere-se a quitações de saldo devedor de contrato vigente e outros encargos. Em nove meses a média mensal de valores creditados é de R\$ 99.560,00 e ainda, comparando com a quantidade de operações realizadas o valor médio mensal por mutuário é de R\$ 1.276,00 o que demonstra a afirmação de que as concessões na média se dão para mutuários já tomadores de empréstimos, desejosos de obter qualquer valor em crédito, mesmo sendo ele por vezes inferior a R\$ 500,00.

Gráfico 14 – Demanda Acumulada

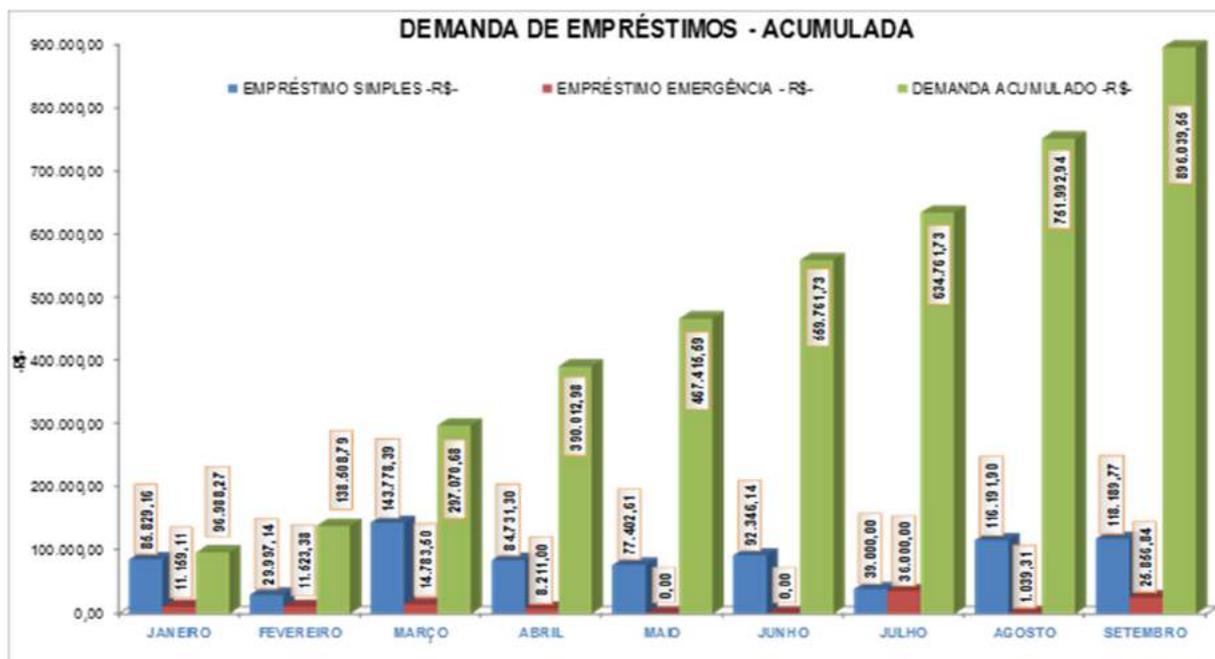
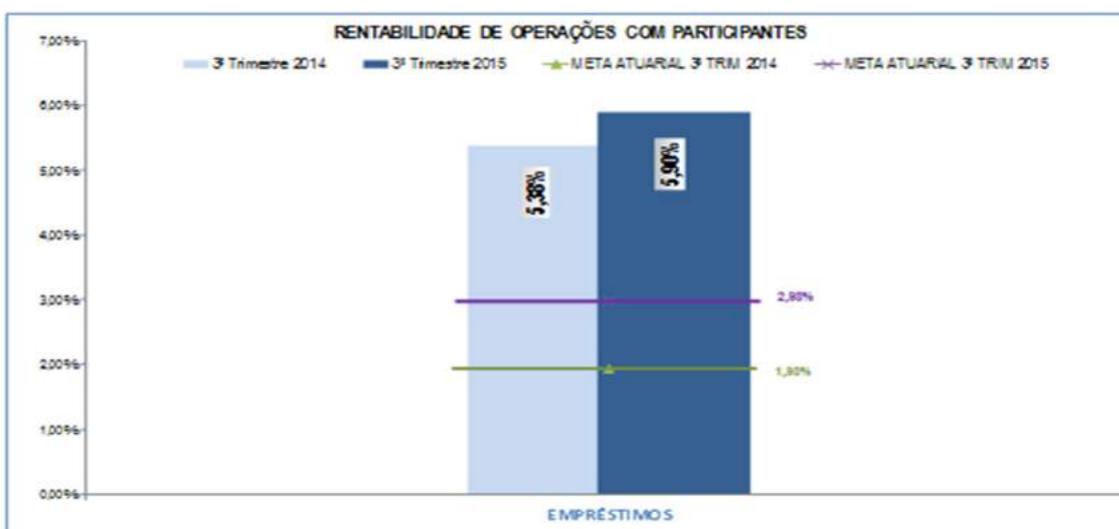


Gráfico 15 – Rentabilidade



A rentabilidade nominal de 5,90%, no 3º trimestre, permitiu que a carteira superasse a meta em 2,98%. No ano acumulando 20,90% contra a meta atuarial de 12,80%, resulta na variação positiva de 8,11%, ou seja, ganho acima da meta.

2.2.4 Controle de Avaliação de Riscos

Instrução PREVIC Nº 02, de 18 de maio de 2010.

Artigo 15 - A EFPC deve elaborar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apuração da DNP, para cada vez que for observada uma das situações relacionadas a seguir, justificativa técnica e relatório de providências adotadas quanto à manutenção ou não dos ativos que compõe os recursos do Plano.

- I- DNP de segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos; ou
- II- DNP de segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses.

2.2.4.1 Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela **Divergência Não Planejada - DNP** é definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a taxa mínima atuarial definida para o Plano.

Assim, apurada a **Divergência Não Planejada - DNP** foi verificada que no encerramento do **3º trimestre de 2015** as Regras I e II, prevista na legislação vigente, apurada mensalmente por doze meses consecutivos e acumulada nos últimos trinta e seis meses, respectivamente, foram negativas para os Segmentos: - **Investimentos Estruturados; e, Renda Variável**. Ante a constatação, há por definição da norma, a obrigatoriedade de elaboração de justificativa técnica, devidamente atestada pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ. Antes das devidas explicações, cumpre ainda esclarecer: - o processo de cálculos da DNP é realizado pelo Banco Custodiante (Itaú-Unibanco S/A), segundo cláusula do contrato de prestação de serviços, porém, a entidade elabora minuciosa averiguação quanto a sua consistência, como continuidade do seu controle interno.

- Quadro 14 -

Cálculo do DNP acumulada para o período de 36 meses							
	Segmento de Renda Fixa	Segmento de Renda Variável	Segmento de Investimentos Estruturados	Segmento de Investimentos no Exterior	Segmento de Imóveis	Segmento de Operações com participantes	Total Plano
Período: 31/10/2012 - 30/09/2015	0,7990%	-58,8293%	-32,0810%		20,2547%	35,9073%	-14,1000%

2.2.4.1.1 Segmento de Renda Variável:

O mercado acionário apresentou desempenho abaixo da meta, motivado diretamente pelos aspectos conjunturais de curto e longo prazo, já comentado em diversos relatórios. Sinteticamente os contínuos embates e ajustes da economia brasileira, às divergências políticas ocorridas no Congresso Nacional, aliada a fraca popularidade do governo, dificultam a criação de expectativas favoráveis entre os agentes econômicos e investidores.

As medidas cabíveis de gestão de médio e longo prazo já foram tomadas: - a troca do referencial de mercado: - substituição do Ibovespa para o Índice Brasil - IBRX-50; e, redução do valor investido em R\$ 6 milhões, em abril de 2014.

▪ Estratégia:

Considerada adequada para os objetivos do Plano no longo prazo, segue a concentração definida no ALM. Os desempenhos gerados pelos aspectos conjunturais estão impactando o resultado global da estratégia. Portanto, não há ação de imediato será tomada, dado que as gestões dos fundos estão devidamente ajustadas à Política de Investimento, estabelecida nos Regulamentos dos Fundos, e mais, os retornos gerados, analisado na relação Risco X Retorno, estão aderentes àqueles obtidos pelos demais players, ou seja, dentro das expectativas de mercado, como foi apresentado no item próprio.

2.2.4.1.2 Segmento de Investimentos Estruturados:

O segmento de Investimentos Estruturados é composto pelos seguintes Fundos:

- **Energia PCH-FIP:** Detentor de 68,95% dos valores investidos no Segmento constitui-se, assim, como o maior responsável pela geração de retorno para do Segmento. Está se buscando alternativas para o seu desinvestimento, prejudicada pela conjuntura do setor e da economia como um todo.
- **Ático – Geração de Energia:** Representa 22,46% do Segmento e suas cotas foram atualizadas em função das reavaliações das ações da Bolt Energia S/A, principal ativo do Fundo, obtendo desempenho de 39,13%, registrada no 2º trimestre. O resultado do Fundo no ano é de 38,39%, para uma meta de 12,80%, o que corresponde, aproximadamente, 300% da mesma. Seu desempenho está acima da meta e condizente com as expectativas do gestor, contudo, em processo de investimento e seu desinvestimento está previsto para ocorrer em 2017/2018, sem alteração de cronograma.
- **Fundo de Investimento Imobiliário - Memorial Office:** Corresponde a 4,72% do Segmento e sua cotação e realizada em Bolsa, marcado a “mercado”. Mesmo com as receitas geradas a partir dos aluguéis do imóvel, lastro do fundo, suas cotas vêm apresentando perdas de desempenho, motivadas pela diminuição da taxa de ocupação, 75% neste trimestre antes 79%, e retomada da alta dos juros, o que torna os ativos atrelados a juros mais atrativos do que os Fundos de Investimentos Imobiliários-FII. Estes aspectos não são restritos apenas ao Memorial Office, outros Fundos também sofreram desvalorização de suas cotas motivada por estes. O desempenho médio dos FII's nos últimos 36 (trinta e seis) meses foi de -5,22%. O Comitê de Investimento deliberou a alienação das cotas do fundo, contudo, a baixa liquidez dificulta à venda integral, entretanto, as mesmas estão sendo realizadas em lotes fracionados quando possível.

2.2.5 Operações Coursadas

As operações táticas de Renda Fixa realizadas no decorrer no 3º trimestre de 2015, visam atender a alocação estratégia de investimentos ditados pela conjuntura e impactos no mercado. Conforme comentários anteriores, a aposta da São Francisco no 3º trimestre de 2015 continuou concentrada em reinversões em Renda Fixa, face ao ciclo de alta das taxas de juros.

- Quadro 15 -

OPERAÇÕES CURSADAS - TÍTULOS PÚBLICOS - 3º TRIMESTRE 2015						
PLANO I - BD						
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
24/07/2015	NTN-B 2019	6,4692	6,8500	7,0218	6,9500	788.337,08
28/09/2015	NTN-B 2015	6,5574	7,0300	7,2738	6,9500	3.726.600,95
TOTAL.....						4.514.938,03
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
17/08/2015	NTN-B 2023	6,8429	7,0487	7,4039	6,9200	9.059.006,17
09/09/2015	NTN-B 2035	7,2984	7,4516	7,7993	7,3800	3.990.312,52
	NTN-B 2050	7,2391	7,4150	7,7437	7,3500	4.288.690,68
28/09/2015	NTN-B 2023	7,0470	7,7980	8,1395	7,3800	3.742.089,79
TOTAL.....						21.080.099,16

Os recursos das operações realizadas são oriundos de vencimento de ativos e realocados em títulos de risco soberano.

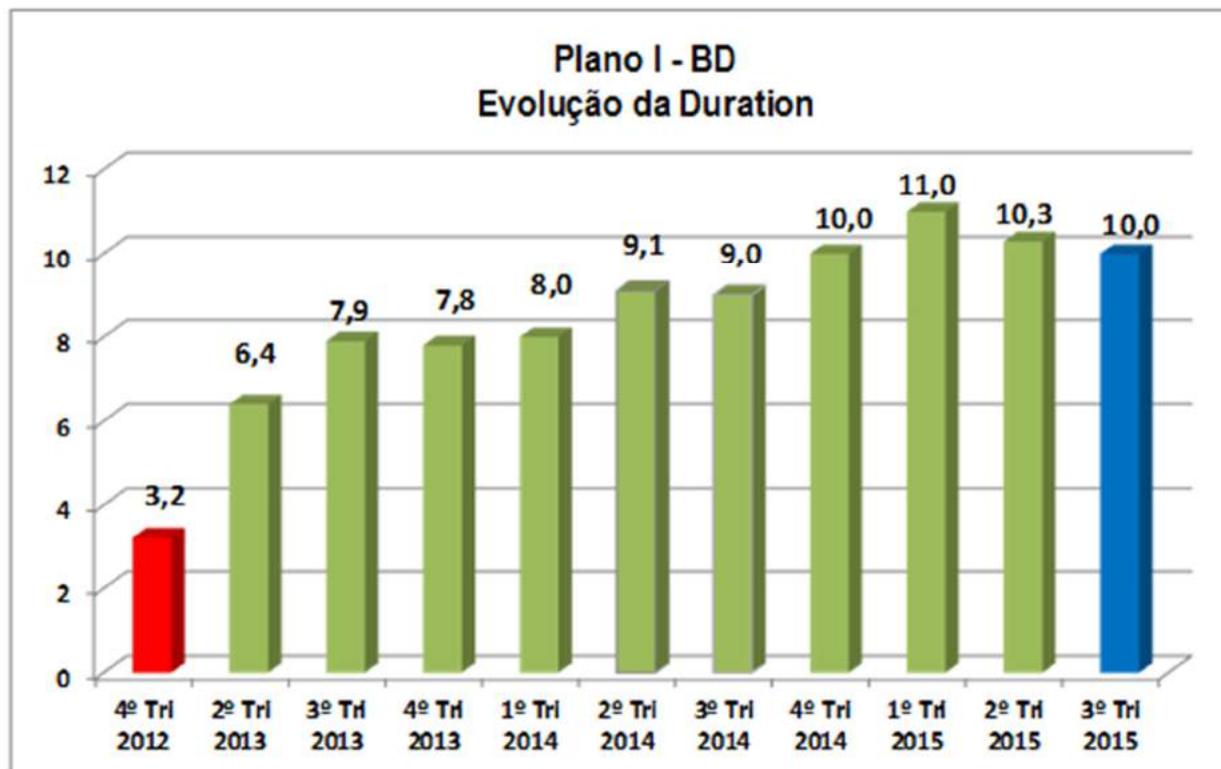
As taxas negociadas na compra das NTN-B's ficaram dentro do intervalo indicativo do relatório disponibilizado pela ANBIMA - "Mercado Secundário de Títulos Públicos", este utilizado como parâmetro para verificação da taxa para atender a Resolução CGPC Nº 21 de 25/09/2007. As operações ficaram em conformidade com o que determina a legislação vigente, e, também, dentro do que o mercado negociava no momento da operação. O relatório da ANBIMA reflete a média dos preços das operações cursadas no mercado no dia da operação, portanto, as taxas das operações não apresentaram divergências em relação ao mercado.

Além das operações não terem saído do intervalo divulgado pela ANBIMA, cumpre, ainda, afirmar que os dados analíticos documentais encontram-se devidamente arquivados na Gerência de Finanças. Os quadros apresentados refletem a síntese a documentação, espelhando com fidedignidade os fatos ocorridos.

2.2.6 Duration

No encerramento do 3º trimestre de 2015 o índice alcançou 10,0 anos contra 9,0 anos no mesmo período de 2014. Mesmo com o comportamento da curva de juros fora do padrão, muitas das aquisições das NTN's foram marcadas para serem levadas a resgate. Nesse rol estão papéis com vencimentos mais curtos (2023 a 2035), entretanto, necessários para atender a exigência do fluxo de caixa do passivo.

- Gráfico 16 -



2.2.7 Acompanhamento Orçamentário:

Quadro 15 - Receitas dos Investimentos

A COMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

3º TRIMESTRE / 2015

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	2.104.570,04	3.130.086,19	67,24%	36.616.040,45	32.206.279,71	113,69%	36.616.040,45	43.110.652,26	84,94%
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	1.036.347,11	1.925.786,50	53,81%	22.027.302,43	20.176.180,23	109,17%	22.027.302,43	27.538.513,73	79,99%
EMISSÃO OU COBRIGAÇÃO DE INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS PELO BACEN	682.745,00	753.714,92	90,58%	9.991.229,20	8.036.241,57	124,33%	9.991.229,20	10.218.914,08	97,77%
COB/RDB	0,00	0,00	NA	81.046,62	77.448,70	104,65%	81.046,62	77.448,70	104,65%
DPGE	656.665,11	513.970,37	127,78%	7.972.871,36	5.726.735,97	139,22%	7.972.871,36	7.112.411,74	112,10%
LF	26.079,89	239.744,55	10,88%	1.937.311,22	2.232.056,90	86,79%	1.937.311,22	3.029.053,64	63,96%
EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	154.381,16	176.696,69	87,37%	1.969.019,54	1.572.224,14	125,24%	1.969.019,54	2.105.994,04	93,50%
DEBENTURES	154.381,16	176.696,69	87,37%	1.969.019,54	1.572.224,14	125,24%	1.969.019,54	2.105.994,04	93,50%
CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DE EMISSÃO DE COMPANHIAS SECURITIZADORAS	133.913,76	134.782,49	99,36%	1.444.318,02	1.259.823,44	114,64%	1.444.318,02	1.671.469,44	86,41%
CRI	133.913,76	134.782,49	99,36%	1.444.318,02	1.259.823,44	114,64%	1.444.318,02	1.671.469,44	86,41%
CÉDULA DE PRODUTOS RURAIS	9.468,24	11.999,09	78,91%	154.015,40	124.859,16	123,35%	154.015,40	153.608,84	100,26%
CPR	9.468,24	11.999,09	78,91%	154.015,40	124.859,16	123,35%	154.015,40	153.608,84	100,26%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	87.714,77	127.106,50	69,01%	1.030.155,86	1.036.951,17	99,34%	1.030.155,86	1.422.152,13	72,44%
FIDC - EM COTA	87.714,77	127.106,50	69,01%	1.030.155,86	1.036.951,17	99,34%	1.030.155,86	1.422.152,13	72,44%
RENDA VARIÁVEL	-1.523.926,19	1.176.506,86	É DESPESA	-7.039.040,29	9.625.660,53	É DESPESA	-7.039.040,29	13.311.711,57	É DESPESA
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	-1.523.926,19	1.176.506,86	É DESPESA	-7.039.040,29	9.625.660,53	É DESPESA	-7.039.040,29	13.311.711,57	É DESPESA
FUNDOS DE AÇÕES	-1.523.926,19	1.176.506,86	É DESPESA	-7.039.040,29	9.625.660,53	É DESPESA	-7.039.040,29	13.311.711,57	É DESPESA
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-186.932,99	398.625,90	É DESPESA	3.940.881,40	3.680.644,66	107,07%	3.940.881,40	4.878.345,53	80,78%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	-32.710,54	292.827,84	É DESPESA	3.942.221,27	2.462.545,06	160,09%	3.942.221,27	3.335.773,70	118,18%
FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	-189.963,90	16.793,56	É DESPESA	-334.541,70	153.881,63	É DESPESA	-334.541,70	205.676,91	É DESPESA
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	35.741,45	89.004,50	40,16%	333.201,83	1.064.217,97	31,31%	333.201,83	1.336.894,92	24,92%
IMÓVEIS	-7.615,89	0,00	É DESPESA	-17.609,92	0,00	É DESPESA	-17.609,92	0,00	É DESPESA
IMÓVEIS PARA ALUGUELE RENDA	-7.615,89	0,00	É DESPESA	-17.609,92	0,00	É DESPESA	-17.609,92	0,00	É DESPESA
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	443.441,17	116.214,26	381,57%	726.756,56	1.045.928,34	69,48%	726.756,56	1.394.571,12	52,11%
EMPRÉSTIMOS	443.441,17	116.214,26	381,57%	726.756,56	1.045.928,34	69,48%	726.756,56	1.394.571,12	52,11%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-224.932,35	-204.268,12	110,12%	-2.002.560,48	-1.694.822,25	118,16%	-2.002.560,48	-2.390.723,39	83,76%
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	-4.114,86	0,00	É DESPESA	31.579,06	0,00	NA	31.579,06	0,00	NA
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	600.488,93	4.617.165,09	13,01%	32.256.046,78	44.863.690,99	71,90%	32.256.046,78	60.304.557,09	53,49%

(i) **NO MÊS:** é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

(ii) **ATÉ O MÊS:** é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

Comentários:

O Fluxo dos Investimentos apresentado no encerramento do 3º Trimestre de 2015 totalizou R\$ 32.256.046,78 contra o valor orçado de R\$ 44.256.046,78, representando 71,90% do previsto. Esse tem como principal reflexo o rendimento do segmento de Renda Variável, esperado R\$ 9,6 milhões de receitas contra a realização de R\$ 7,0 milhões de despesas, uma diferença de R\$ 16,6 milhões. Nos demais segmentos as realizações superam as previsões. Infelizmente essa superação no segmento de Renda Fixa é fortemente impactada pela elevação da taxa de inflação e menos pelo aumento da taxa de juros da carteira, devido ao fato de que o maior volume de ativos adquirido não foi realizado neste ano, mas, em 2014, por taxas menores que as atuais praticadas no mercado.

Noutro ponto há 18,16% de acréscimo da realização sobre a previsão, mas, nesse caso, pesa desfavoravelmente, pois, trata-se do custeio administrativo de investimento. Aqui o desvio foi provocado por incorreção das estimativas, tendo em vista que a apuração depende de uma série de rateios provenientes dos centros de custos e dos planos como definido na peça orçamentária estabelecida em 2014 com vigência para 2015.

2.3 CONTÁBIL

Quadro 1 – Balanço Patrimonial

ATIVO	Exercício Setembro/2015	Exercício Setembro/2014	PASSIVO	Exercício Setembro/2015	Exercício Setembro/2014
DISPONÍVEL	21.411,39	31.896,02	EXIGÍVEL OPERACIONAL	21.115.488,46	13.899.655,99
REALIZÁVEL	529.515.497,55	501.611.474,37	Gestão Previdencial	20.861.385,89	13.650.382,31
Gestão Previdencial	5.315.806,13	4.531.197,69	Investimentos	254.102,57	249.273,68
Gestão Administrativa	12.864.239,21	12.809.134,51	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	733.417,88	733.417,88
Investimentos	511.335.452,21	484.271.142,17	Investimentos	733.417,88	733.417,88
Títulos Públicos	252.344.313,56	188.778.569,45	PATRIMÔNIO SOCIAL	507.688.002,60	487.010.296,52
Créditos Privados e Depósitos	96.819.135,06	125.571.093,76	Patrimônio de Cobertura do Plano	492.832.831,99	472.176.373,84
Fundos de Investimento	148.584.113,94	157.072.441,16	Provisões Matemáticas	530.890.592,39	473.629.332,91
Investimentos Imobiliários	7.348.629,14	5.057.461,62	Benefícios Concedidos	381.694.383,46	348.812.406,49
Empréstimos	5.759.035,06	7.311.350,73	Benefícios a Conceder	317.605.380,12	283.712.236,67
Depos. Jud. Recursais	480.225,45	480.225,45	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(168.409.171,19)	(158.895.310,25)
			Equilíbrio Técnico	(38.057.760,40)	(1.452.959,07)
			Resultados Realizados	(38.057.760,40)	(1.452.959,07)
			(+) Superávit Técnico Acumulado	-	-
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(38.057.760,40)	(1.452.959,07)
			Fundos	14.855.170,61	14.833.922,68
			Fundos Administrativos	12.864.239,21	12.809.134,51
			Fundos dos Investimentos	1.990.931,40	2.024.788,17
TOTAL DO ATIVO	529.536.908,94	501.643.370,39	TOTAL DO PASSIVO	529.536.908,94	501.643.370,39

Quadro 2 – Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

DESCRIÇÃO		Período Setembro/2015	Período Setembro/2014	Variacão (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	473.598.928,52	448.946.924,77	5,49
	1. Adic�es	54.133.871,48	50.920.003,59	6,31
(+)	Contribui�es	21.701.294,04	19.331.188,43	12,26
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	32.256.046,78	31.588.815,16	2,11
(+)	Reversão de Contingência - Gestão Previdencial	176.530,66	-	100,00
	2. Destina�es	(34.899.968,01)	(27.690.554,52)	26,04
(-)	Benefícios	(33.774.344,64)	(26.614.094,35)	26,90
(-)	Custeio Administrativo	(1.125.623,37)	(1.076.460,17)	4,57
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	19.233.903,47	23.229.449,07	(17,20)
(+/-)	Provisões Matemáticas	36.718.672,85	(23.143.395,13)	(258,66)
(+/-)	Superávit / Déficit Técnico do Exercício	(17.484.769,38)	46.372.844,20	(137,70)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	492.832.831,99	472.176.373,84	4,37
	C) Fundos não previdenciais	14.855.170,61	14.833.922,68	0,14
(+/-)	Fundos Administrativos	12.864.239,21	12.809.134,51	0,43
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.990.931,40	2.024.788,17	(1,67)

Quadro 3 – Demonstrac o do Ativo Líquido

DESCRIÇÃO	Período Setembro/2015	Período Setembro/2014	Variacão (%)
1. Ativos	529.536.908,94	501.643.370,39	5,56
Disponível	21.411,39	31.896,02	(32,87)
Receb�vel	18.180.045,34	17.340.332,20	4,84
Investimento	511.335.452,21	484.271.142,17	5,59
Títulos Públicos	252.344.313,56	188.778.569,45	33,67
Créditos Privados e Depósitos	96.819.135,06	125.571.093,76	(22,90)
Fundos de Investimento	148.584.113,94	157.072.441,16	(5,40)
Investimentos Imobiliários	7.348.629,14	5.057.461,62	45,30
Empréstimos	5.759.035,06	7.311.350,73	(21,23)
Depos.Jud. Recursais	480.225,45	480.225,45	-
2. Obriga�es	21.848.906,34	14.633.073,87	49,31
Operacional	21.115.488,46	13.899.655,99	51,91
Contingencial	733.417,88	733.417,88	-
3. Fundos não Previdenciais	14.855.170,61	14.833.922,68	0,14
Fundos Administrativos	12.864.239,21	12.809.134,51	0,43
Fundos dos Investimentos	1.990.931,40	2.024.788,17	(1,67)
5. Ativo Líquido (1-2-3)	492.832.831,99	472.176.373,84	4,37
Provisões Matemáticas	530.890.592,39	473.629.332,91	12,09
Superávit/Déficit Técnico	(38.057.760,40)	(1.452.959,07)	2.519,33

Quadro 4 – Demonstração das Provisões Técnicas

DESCRIÇÃO	Período Setembro/2015	Período Setembro/2014	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	516.672.669,73	488.834.235,88	5,69
1. Provisões Matemáticas	530.890.592,39	473.629.332,91	12,09
1.1. Benefícios Concedidos	381.694.383,46	348.812.406,49	9,43
Benefício Definido	381.694.383,46	348.812.406,49	9,43
1.2. Benefício a Conceder	317.605.380,12	283.712.236,67	11,95
Benefício Definido	317.605.380,12	283.712.236,67	11,95
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(168.409.171,19)	(158.895.310,25)	5,99
(-) Déficit equacionado	(168.409.171,19)	(158.895.310,25)	5,99
(-) Patrocinador(es)	(70.373.078,60)	(66.677.718,32)	5,54
(-) Participantes	(30.110.148,52)	(32.594.410,43)	(7,62)
(-) Assistidos	(67.925.944,07)	(59.623.181,50)	13,93
2. Equilíbrio Técnico	(38.057.760,40)	(1.452.959,07)	2.519,33
2.1. Resultados Realizados	(38.057.760,40)	(1.452.959,07)	2.519,33
(-) Déficit Técnico Acumulado	(38.057.760,40)	(1.452.959,07)	2.519,33
3. Fundos	1.990.931,40	2.024.788,17	(1,67)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.990.931,40	2.024.788,17	(1,67)
4.Exigível Operacional	21.115.488,46	13.899.655,99	51,91
4.1. Gestão Previdencial	20.861.385,89	13.650.382,31	52,83
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	254.102,57	249.273,68	1,94
5. Exigível Contingencial	733.417,88	733.417,88	-
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	733.417,88	733.417,88	-

2.3.1 Notas Explicativas:
2.3.1.1 Realizável
2.3.1.1.1 Gestão Previdencial

Foram constituídas provisões de contribuições a receber no valor de:

- a) Patrocinador – R\$ 936 mil;
- b) Participantes – R\$ 1.134 mil;
- c) Sobre 13º Salário – R\$ 1.758 mil;
- d) Outros recursos a receber – R\$ 176 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de setembro/2015 para serem liquidadas no mês de outubro/2015, as quais respeitam o regime de competência, com exceção das de 13º que serão liquidadas só em dezembro.

O valor provisionado de R\$ 176 mil refere-se a um depósito recursal à Ação rescisória 201400629305 que em 18 de dezembro de 2014 foi distribuída junto ao Tribunal de Justiça de Sergipe.

No dia 21 de setembro do corrente ano, foi extinta a ação rescisória que tramita em Aracajú, devido a um acordo celebrado entre as partes e, com isso, deverá ser expedido alvará judicial para levantamento do depósito recursal. Seguindo a recomendação da AudiLink, foi revertido o valor que antes estava contabilizado em “depósitos judiciais / recursais” e aguarda-se o pagamento em “outros recursos a receber”, como manda a legislação do CFC.

2.3.1.1.2 Gestão Administrativa

O valor apropriado corresponde integralmente à participação do Plano no Fundo Administrativo. Houve um decréscimo de 0,75% na conta, saindo de R\$ 12.961 mil em janeiro de 2015 para R\$ 12.864 mil no mês.

2.3.1.1.3 Investimentos

Os registros do Programa de Investimento estão detalhados no quadro abaixo, para melhor entendimento:

-Quadro 5 -

Plano Benefício Definido	set/15	set/14
Investimentos	511.335	484.271
Títulos Públicos	252.344	188.779
Créditos Privados e Depósitos	96.819	125.571
Instituições Financeiras	66.736	97.023
Companhias Abertas	29.307	27.760
Companhias Fechadas	0	788
Outros Emissores	776	0
Fundos de Investimento	148.584	157.072
Direitos Creditórios/Fundos de Investimentos	7.500	7.401
Ações	75.955	90.196
Multimercado	2.517	144
Participações/FIP	59.536	55.695
Imobiliário	3.076	3.636
Investimentos Imobiliários	7.349	5.058
Empréstimos	5.759	7.311
Depos.Jud. Recursais	480	480

No quadro acima, destaca-se em relação ao total do Programa de Investimentos, os Títulos Públicos Federais - NTN/B que correspondem a 49,35%; os créditos privados e depósitos com 18,93% e os Fundos de Investimentos com 29,06%.

2.3.1.2 Exigível Operacional
2.3.1.2.1 – Gestão Previdencial

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, pagamentos de benefícios e resgates de reserva, estando composta dos seguintes registros:

- a) Retenções a Recolher (IR S/Benefícios) – R\$ 179 mil;
- b) Contribuição Para Custeio do PGA – R\$ 109 mil;
- c) Credores Diversos De Benefícios – R\$ 18.558 mil.

Os IR S/Benefícios tiveram como base de cálculo os benefícios pagos dentro do mês de setembro 2015, que por determinação legal, devem ser recolhidos (repassados a Receita Federal) no mês de outubro.

As contribuições p/Custeio são representadas pela taxa de carregamento, atualmente em 10% das contribuições vertidas para o Plano de Benefícios (definido no plano de custeio pelo atuário), liquidados no mês de outubro/2015.

Na conta de Credores Diversos de Benefícios foi provisionado o valor de R\$ 18.558 mil referente às reservas de poupança dos ex-participantes do Plano de Benefícios I que ainda não efetuaram o resgate, conforme relatório emitido pela Gerência de Benefícios.

2.3.1.2.2 - Gestão dos Investimentos

- a) Investimentos Imobiliários – R\$ 29 mil;
- b) Custeio Administrativo Dos Investimentos – R\$ 218 mil.

Merece destaque o registro relativo ao valor de R\$ 218 mil, correspondente à provisão para a cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração). O montante foi apurado com base nos gastos incorridos com a gestão administrativa dos investimentos, apropriado até o mês setembro/2015 e será liquidado em outubro/2015.

2.3.1.3 Exigível Contingencial

O valor de R\$ 733 mil representa o montante de demandas ajuizadas. Para a maioria delas foram realizados depósitos judiciais registrados no ativo, à conta de depósitos judiciais, em respeito às definições legais.

2.3.1.4 Contribuições e Benefícios

Do quadro “DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO” se destacam conforme quadros a seguir:

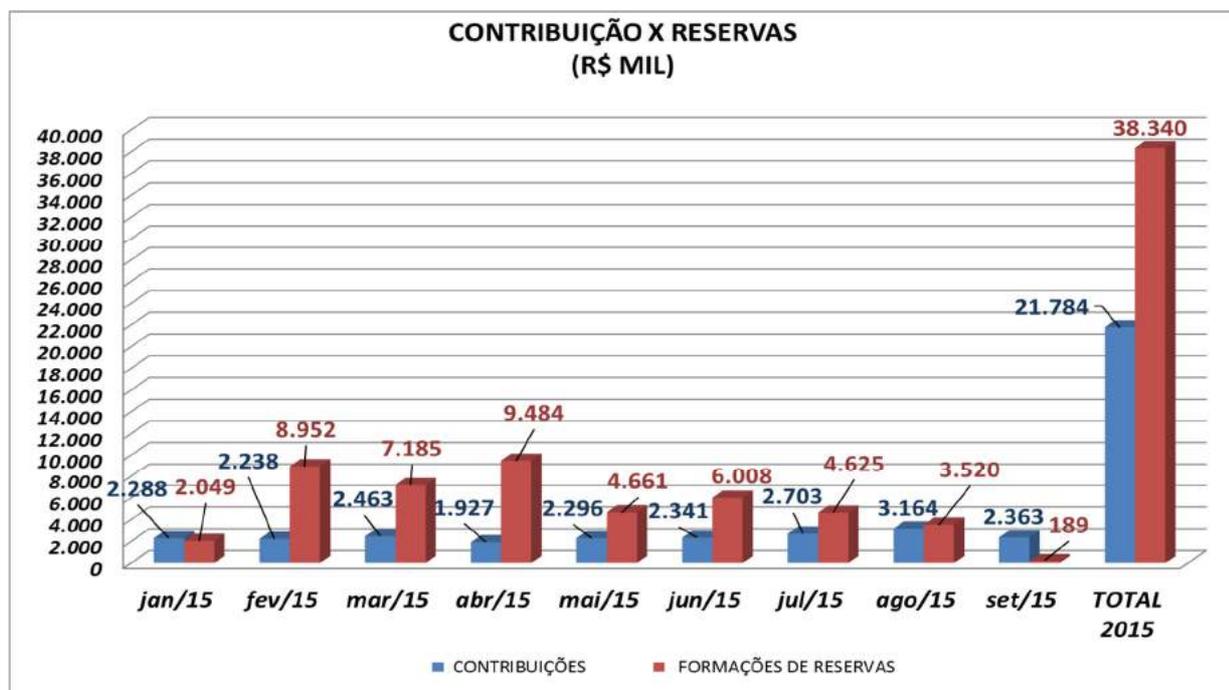
Quadro 6 – Contribuições Em R\$ mil

CONTRIBUIÇÕES											
DEFINIÇÃO	dez/14	jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15	ago/15	set/15	TOTAL 2015
Patrocinadores	970,43	910,46	872,87	996,36	492,84	914,51	882,72	1.020,08	1.282,59	922,77	8.295,20
Normal	501,61	499,03	476,10	550,73	470,47	514,02	478,28	489,51	625,47	453,46	4.557,07
Adicional	468,82	411,43	396,76	445,63	22,37	400,50	404,44	530,57	657,11	469,32	3.738,13
Participantes Ativos	1.075,86	1.119,54	1.106,39	1.207,25	1.079,95	1.123,11	1.105,82	1.259,74	1.477,42	1.155,63	10.634,84
Normal	681,07	685,47	676,95	737,69	661,99	693,78	676,34	673,39	821,47	644,25	6.271,33
Adicional	394,79	434,07	429,44	469,56	417,96	429,33	429,47	586,35	655,96	511,38	4.363,51
Participantes Assistidos	248,71	258,02	258,40	259,28	354,39	258,64	352,89	423,02	404,09	285,10	2.853,83
Normal	160,51	156,28	156,51	157,04	251,94	156,66	250,90	282,30	275,51	156,66	1.843,80
Adicional	88,21	101,74	101,89	102,23	102,46	101,98	101,99	140,73	128,58	128,43	1.010,03
TOTAL	2.295,00	2.288,02	2.237,65	2.462,89	1.927,18	2.296,26	2.341,43	2.702,85	3.164,10	2.363,50	21.783,87

Quadro 7 – Formação de Reservas Em R\$ mil

FORMAÇÕES DE RESERVAS												
DEFINIÇÃO	dez/14	Dez/14 (Movimento)	jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15	ago/15	set/15	TOTAL 2015
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	359.866,71	7.663,89	63,51	4.417,04	4.812,37	4.732,21	2.297,72	2.758,19	2.030,51	1.505,06	788,93	21.827,67
Benefício Definido estruturado em regime de capitalização	359.866,71	7.663,89	63,51	4.417,04	4.812,37	4.732,21	2.297,72	2.758,19	2.030,51	1.505,06	788,93	21.827,67
Valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos	328.036,14	6.737,65	319,28	4.007,64	4.515,17	4.278,36	2.167,04	2.531,67	1.646,26	1.373,65	813,40	19.387,11
Valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos	31.830,57	916,24	382,79	409,40	297,20	453,84	130,69	226,51	384,25	131,41	24,48	2.440,56
BENEFÍCIOS A CONCEDER	292.758,57	1.333,59	1.985,59	4.535,23	2.372,52	4.751,85	2.363,44	3.250,11	2.594,43	2.015,28	978,36	32.213,52
Benefício Definido estruturado em regime de capitalização - programado	282.654,63	2.344,09	1.927,53	4.389,48	2.257,65	4.599,24	2.293,16	3.149,57	2.516,58	1.957,43	956,09	31.413,46
Valor atual dos benefícios futuros programados	314.226,23	2.351,37	1.955,64	4.687,04	2.455,57	4.909,19	2.347,31	3.293,25	2.588,59	1.966,86	857,27	32.427,44
(-) Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	- 12.917,78	1.957,81	- 11,50	- 121,75	- 80,98	- 126,82	- 22,15	- 58,79	- 29,46	- 3,86	40,43	- 414,88
(-) Valor atual das contribuições futuras dos participantes	- 18.663,83	2.737,65	- 16,61	- 175,81	- 116,94	- 183,13	- 31,99	- 84,89	- 42,54	- 5,58	- 58,39	- 599,10
Benefício Definido estruturado em regime de capitalização - não programado	10.103,94	1.010,50	58,06	145,75	114,87	152,61	70,27	100,53	77,85	57,86	22,27	800,06
Valor atual dos benefícios futuros não programados	14.283,38	1.616,28	35,44	158,01	113,40	164,96	49,01	90,26	57,96	29,66	19,75	678,96
(-) Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	- 1.710,05	252,69	9,26	- 5,02	0,60	- 5,05	8,70	4,20	8,14	11,54	17,19	49,55
(-) Valor atual das contribuições futuras dos participantes	- 2.469,39	353,09	13,37	- 7,25	0,87	- 7,30	12,56	6,07	11,75	16,66	24,83	71,55
TOTAL	652.625,28	8.987,49	2.049,10	8.952,27	7.184,89	9.484,05	4.661,16	6.008,29	4.624,94	3.520,34	189,43	38.339,77

Gráfico 1 – Comparativo de Contribuições e Reservas



As variações apresentadas dizem respeito às comparações do mês contra o seu precedente. Nas contribuições, o procedimento empregado para se apurar os valores relativos ao mês é possivelmente o responsável direto, uma vez que a entidade desconhece previamente, com segurança, o valor da folha dos empregados participantes do plano; essa questão é derivada da centralização do seu fazimento (SIAP).

2.3.1.5 Resultado do Exercício

O Resultado do exercício constitui um superávit no ano de R\$ 221 mil.

- Quadro 8 -

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO PLANO BD			
DEFINIÇÃO	set/15	set/14	%
A) RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	- 20.572.991,02	- 47.825.803,27	-57,0%
1- CONTRIBUIÇÕES	20.575.670,67	18.254.728,26	12,71%
(+) Patrocinadores	R\$ 8.660.390,52	R\$ 7.729.212,60	12,05%
(+) Participantes Ativos	R\$ 10.620.087,84	R\$ 9.476.361,73	12,07%
(+) Participantes Assistidos	R\$ 2.420.815,68	R\$ 2.125.614,10	13,89%
(-) Custeio	-R\$ 1.125.623,37	-R\$ 1.076.460,17	4,57%
2- DESTINAÇÕES	-R\$ 33.774.344,64	-R\$ 26.614.094,35	26,90%
(-) Benefícios	-R\$ 33.774.344,64	-R\$ 26.614.094,35	26,90%
3- INVESTIMENTOS	R\$ 32.256.046,78	R\$ 31.588.815,16	2,11%
(+) Renda Fixa	R\$ 35.585.884,59	R\$ 28.795.684,19	23,58%
(+) Renda Variável	-R\$ 2.068.003,03	R\$ 3.312.753,96	-162,43%
(+) Imóveis	-R\$ 17.609,92	-R\$ 113.576,02	-84,50%
(+) Empréstimos (*)	R\$ 758.335,62	R\$ 1.445.204,00	-47,53%
(-) Custeio	-R\$ 2.002.560,48	-R\$ 1.851.250,97	8,17%
4- REVERSÃO DE CONTINGÊNCIA (**)	R\$ 176.530,66	-	0,00%
(+) Ações de Benefícios	R\$ 176.530,66	-	0,00%
5- FORMAÇÕES DE RESERVAS	R\$ 36.718.672,85	-R\$ 23.143.395,13	-258,66%
(+) Benefícios Concedidos	R\$ 21.827.669,65	R\$ 11.922.519,68	83,08%
(+) Benefícios a Conceder	R\$ 14.891.003,20	-R\$ 35.065.914,81	-142,47%
6- RESULTADO SUPERAVITÁRIO (1+2+3+4-5) DO EXERCÍCIO	-	R\$ 46.372.844,20	
7- RESULTADO DEFICITÁRIO (1+2+3+4-5) DO EXERCÍCIO	- 17.484.769,38	-	0,00%
B) RESULTADO ACUMULADO DO EXERCÍCIO (A+7)	-R\$ 38.057.760,40	-R\$ 1.452.959,07	2519,33%

(*) Receita obtida pela reversão de provisões para perda, somadas as Receitas efetivas do Exercício.

(**) Valor referente ao depósito judicial da ação rescisória – processo nº 2014006293305 e que por recomendação da auditoria independente, foi feito a reversão no mês de setembro/2015.

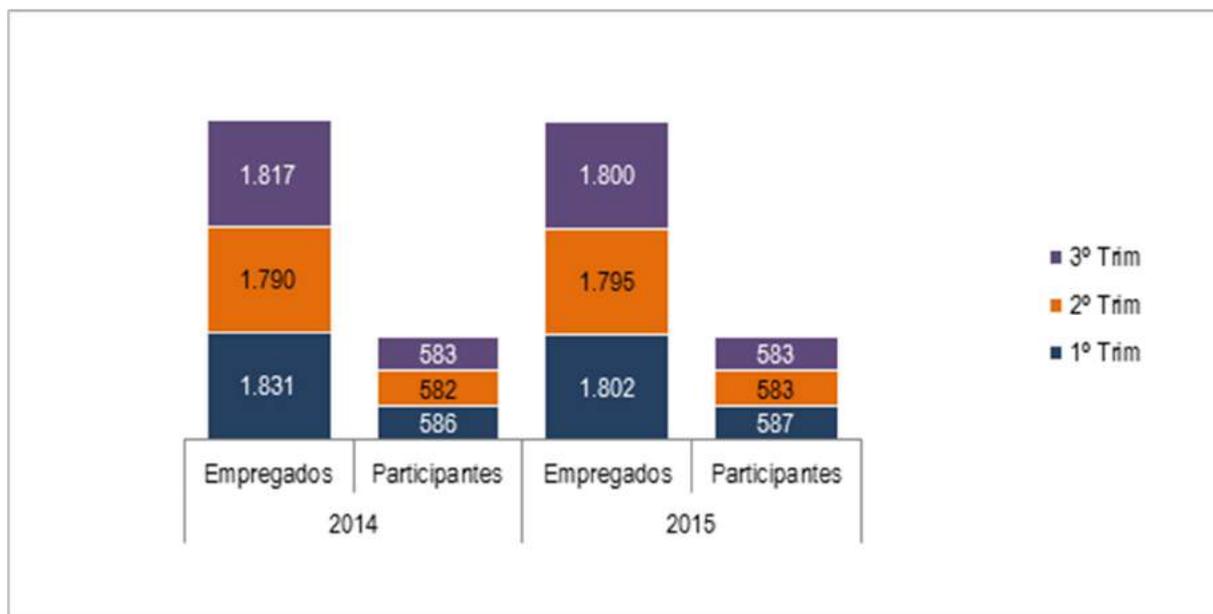
Observação:

O resultado contido no quadro acima na letra A – Resultado Anterior na coluna set/14 – refere-se ao resultado do acumulado de dezembro de 2013; na coluna set/15 o valor se refere ao resultado apurado em dezembro de 2014, portanto, quanto comparado ao acumulado no exercício atual a - letra D - em setembro de 2015 teve uma redução de mais de 57%.

3. PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV

3.1 PREVIDENCIAL

Gráfico 1 – Social – Empregados X Participantes



No último trimestre, houve 4 pedidos de inscrição no plano e 4 participantes requereram o cancelamento de inscrição, onde 1 se desligou da Patrocinadora.

Gráfico 2 – Empregados X Participantes (PBI e CODEPREV)

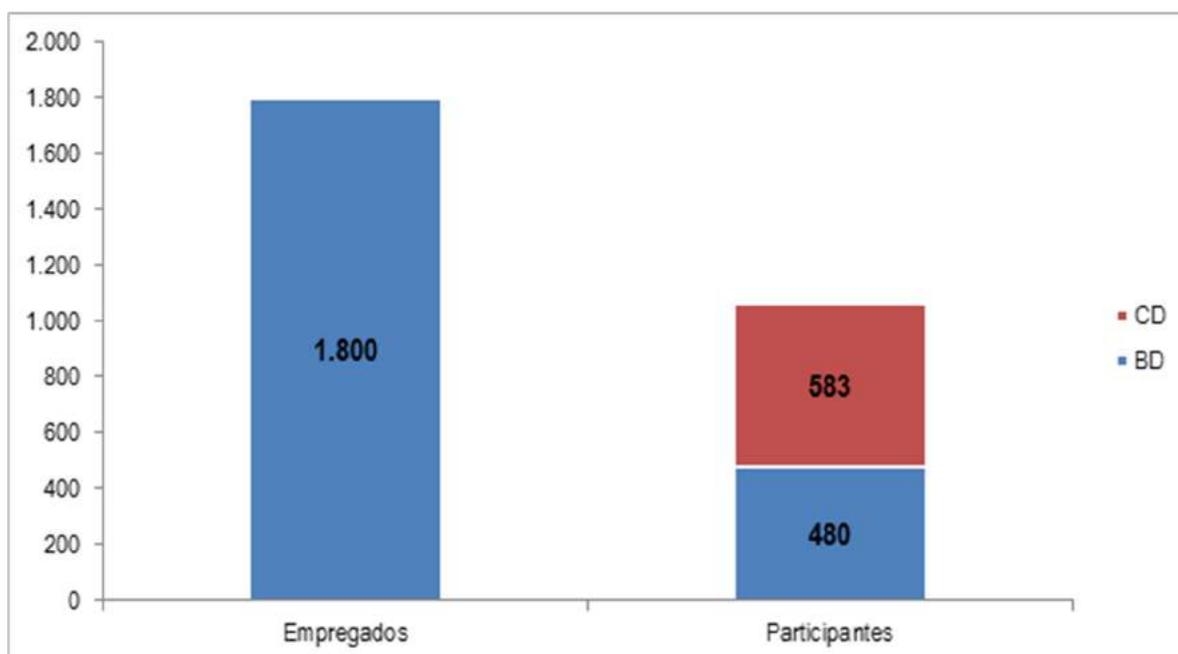
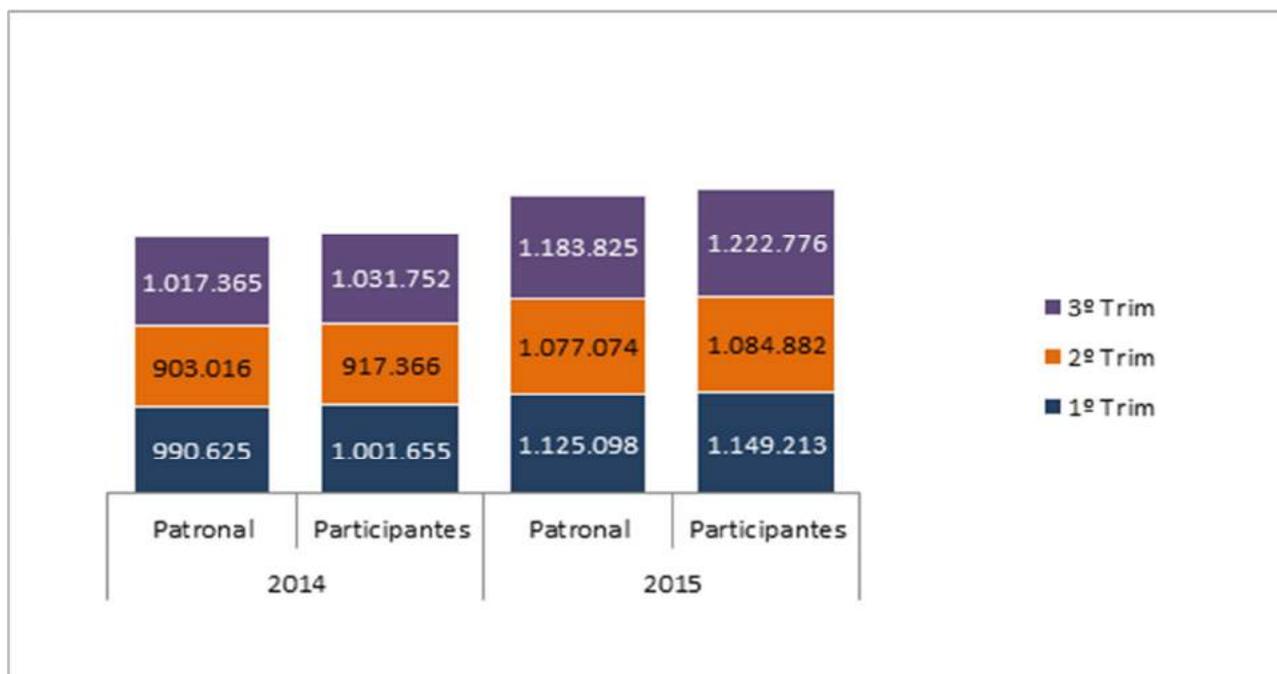


Gráfico 3 – Contribuições Participantes X Patronais – Em Mil Reais



17 participantes do Codeprev contribuem com percentuais acima do limite de contribuição da patrocinadora que é de 8%.

3.1.1 Despesas Previdenciárias (CODEPREV)

No 3º trimestre de 2015 foram gastos com Resgate de Contribuições um total de R\$ 51.955,70.

3.2 INVESTIMENTO

3.2.1 Enquadramento Legal

As inversões dos recursos conforme quadro abaixo, correspondem às decisões estratégicas e táticas de investimentos. O objetivo de alcançar rentabilidade compatível com a “Taxa Indicativa do Plano” (INPC+3,50%), premissa veiculada no simulador de adesão, considerada como objetivo primário da gestão está cotejada no quadro. No entanto, a SÃO FRANCISCO busca obter uma rentabilidade maior, tendo como referência aquela indicada na Política de Investimento, que é INPC + 5,50% a.a. A estrutura atual dos investimentos está concentrada nos Segmentos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados. Assim, no encerramento do **3º Trimestre de 2015**, as alocações estavam em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2015/2019, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Os Investimentos acumularam no 3º Trimestre 2015 o valor total de R\$ 17.835.156,29 contra R\$ 9.855.191,97 em dezembro de 2014, registrando um crescimento nominal no período de 80,97%.

Quadro 1 – Alocação de Recursos

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA				DURATION	RATING	RENTABILIDADE								
			ALOCÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO	CONCENTRAÇÃO EMIÇÃO			jul/15	ago/15	set/15	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO		
																	S/CDI	S/REFERÊNCIA *	S/TAXA INDICATIVA
Art. 18	RENDA FIXA	17.785.501,06	100,00%	99,72%	100%	100%	100%		8,6		1,39%	0,51%	0,91%	2,83%	12,20%	14,13%	12,20%	0,10%	1,69%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	17.785.501,06	100,00%	99,72%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	8,6		1,39%	0,51%	0,91%	2,83%	12,20%	14,13%	12,20%	0,10%	1,69%
	NOTAS DO TESOUREIRO NACIONAL - NTN-B	17.785.501,06	100,00%	99,72%	-	-	-	100,00%	8,6	Soberano	1,39%	0,51%	0,91%	2,83%	12,20%	14,13%	12,20%	0,10%	1,69%
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	49.655,23	100,00%	0,28%	0%	20%	20%		-		1,07%	1,22%	0,99%	3,32%	9,30%	12,38%	9,30%	-2,80%	-1,20%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	49.655,23	100,00%	0,28%	0,00%	10,00%	10,00%		-		1,07%	1,22%	0,99%	3,32%	9,30%	12,38%	9,30%	-2,80%	-1,20%
	SAGA SNAKE FIM	49.655,23	100,00%	0,28%					-		1,07%	1,22%	0,99%	3,32%	9,30%	12,38%	9,30%	-2,80%	-1,20%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		17.835.156,29		100,00%					8,6		1,39%	0,52%	0,90%	2,83%	12,07%	13,90%	12,07%	-0,04%	1,56%

- (*) Referência: INPC + 5,50% a.a.

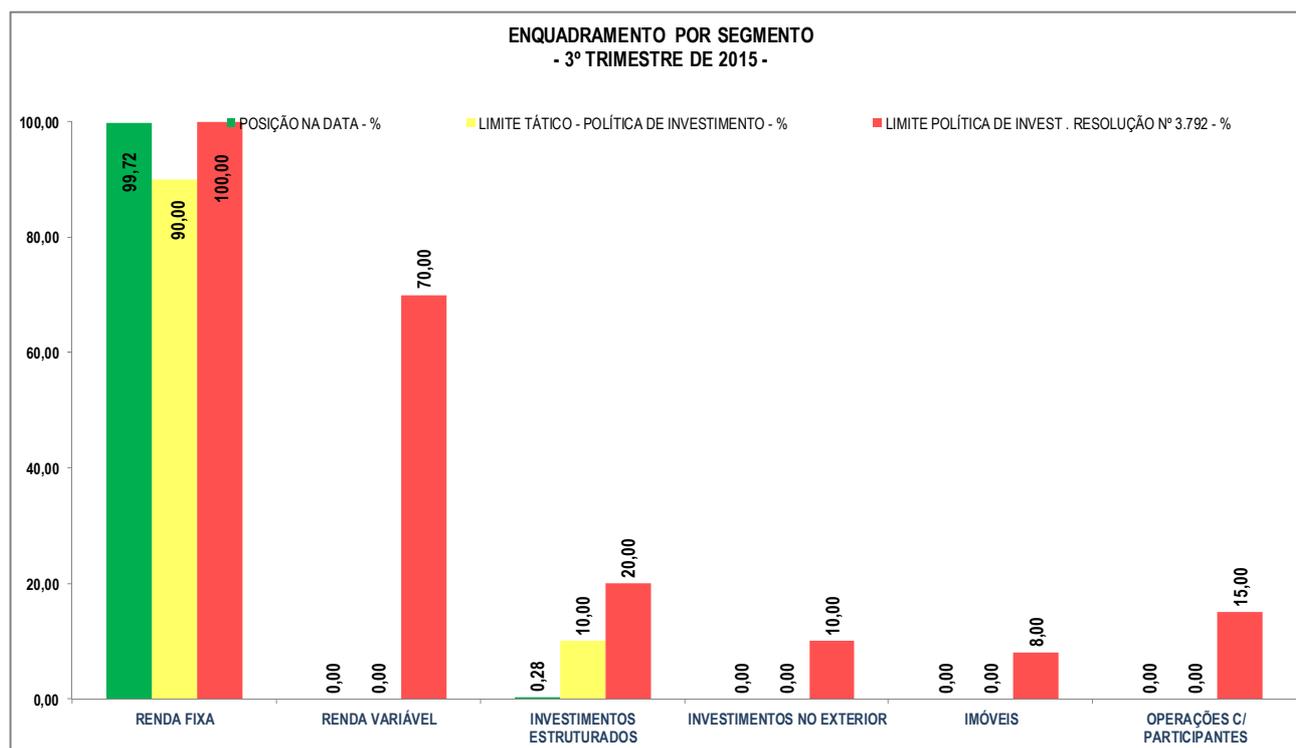
3.2.2 Acompanhamento dos Ativos

3.2.2.1 Enquadramento – Política de Investimento

- Quadro 2 -

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2014 X 2015 - PLANO DE BENEFÍCIOS II - CD							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	31.12.2014 (R\$)	% DE ALOCAÇÃO (RESOL Nº 3.792)	30.09.2015 (R\$)	% DE ALOCAÇÃO (RESOL Nº 3.792)	LIMITES TÁTICOS	LIMITE LEGAL	LIMITES SUPERIOR
					MÁXIMO - %	MÁXIMO - %	MÁXIMO - %
RENDA FIXA	9.852.361,17	99,97	17.785.501,06	99,72	90,00	100,00	100,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00	0,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	2.830,80	0,03	49.655,23	0,28	10,00	20,00	10,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	0,00
TOTAL PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	9.855.191,97	100,00	17.835.156,29	100,00	-	-	-
(+) Disponível - Conta 11	13.876,93		15.164,43				
(-) Exigível de Investimentos	0,00	↑ 80,97%	-2.947,64				
TOTAL DO ATIVO DE INVESTIMENTO	9.869.068,90		17.847.373,08				

Gráfico 1 - Por Segmento em Comparação com a Alocação Tática da Política de Investimento



Na condução da gestão do plano para os 2 (dois) primeiros anos de existência, devido ao pequeno valor acumulado e as condições mercadológicas, não houve programação voltada a assunção de riscos de crédito e a volatilidade dos ativos bursáteis. No entanto, havendo alterações julgadas perceptíveis, no sentido da retomada econômica, o plano já acumula reservas totais que permitem a redistribuição da macro alocação, com a correspondente incorporação de mais riscos.

3.2.2.2 Rentabilidade

A rentabilidade nominal no 3º trimestre de 2,83%, contra 4,29% no 2º trimestre de 2015, acumula no ano desempenho positivo de 12,07%, que descontada a “Taxa Indicativa de Simulação” dos nove primeiros meses do ano 11,07%, resulta acima dessa referência em 1,00%. A segunda referência utilizada (INPC +5,5% a.a. sem defasagem do índice) acumula 12,67%, não foi atingida em face de dois aspectos relevantes: - o descolamento entre o INPC e o IPCA (apontado na introdução do relatório no tópico sobre a inflação) e a elevação da taxa de juros de mercado que contribuiu para diminuir o resultado dos ativos não precificados para serem levados a vencimento.

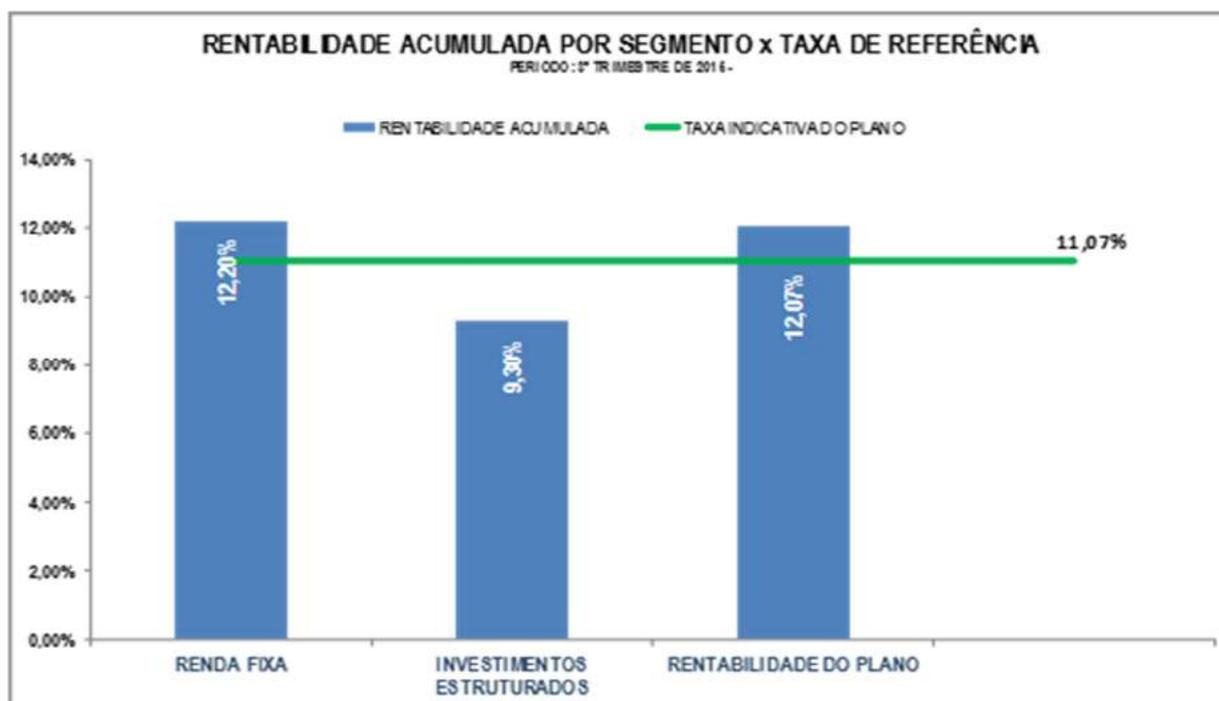
Devido ao fato de vários participantes, mesmo a entidade não concordando, fazerem comparação com o desempenho do CDI (9,60%), aponta-se o resultado desse índice, que atingiu o patamar de 125,73.

- Quadro 3 -

RENTABILIDADE DO PLANO II/CD - CODEPREV				
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	RENTABILIDADE - 3º TRIMESTRE 2015			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,91%	2,83%	12,20%	14,13%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,99%	3,32%	9,30%	12,38%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,90%	2,83%	12,07%	13,90%
TAXA INDICATIVA DO PLANO (**)	0,80%	2,23%	11,07%	13,76%
TAXA DE REFERÊNCIA (*)	0,96%	2,71%	12,67%	15,95%
DIVERGÊNCIA S/TAXA INDICATIVA	0,10%	0,60%	1,00%	0,14%

(*) - TAXA INDICATIVA DO PLANO : INPC + 3,50% a.a. - (**) - TAXA DE REFERÊNCIA: INPC + 5,50% a.a.

Gráfico 2 - Rentabilidade Acumulada Por Segmento - Ano



3.2.2.3 Operações Cursadas

Cumprindo a Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, demonstrasse abaixo as taxas das operações, as quais, se antecipa, respeitaram o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela ANBIMA - “Mercado Secundário de Títulos Públicos”, podendo ser observado no quadro abaixo.

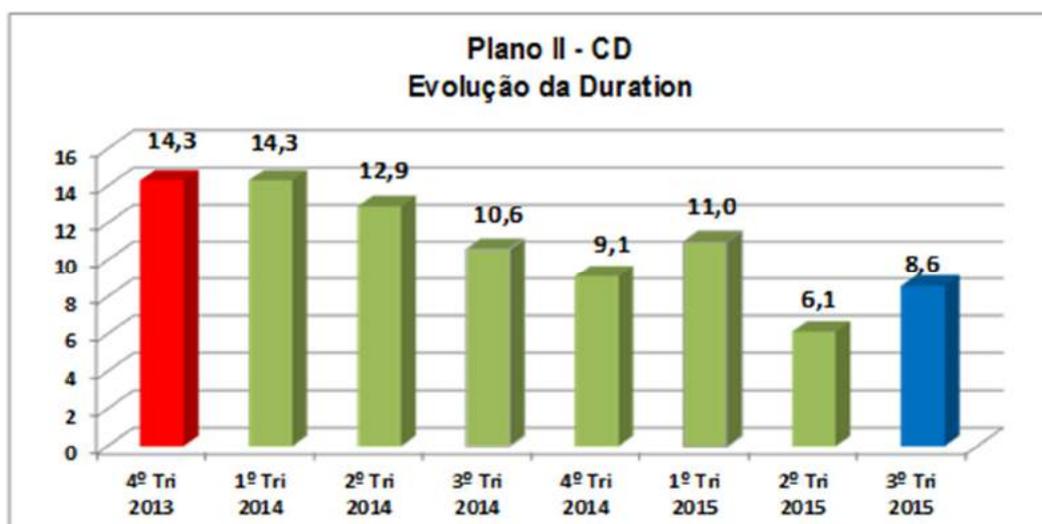
- Quadro 4 -

OPERAÇÕES CURSADAS - TÍTULOS PÚBLICOS -3º TRIMESTRE 2015						
PLANO II - CD / CODEPREV						
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
03/07/2015	NTN-B 2016	7,0113	7,2238	7,5024	7,1400	1.345.723,74
09/09/2015	NTN-B 2050	7,2391	7,4150	7,7437	7,3500	898.475,04
TOTAL.....						3.949.540,62
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
17/08/2015	NTN-B 2023	6,8429	7,0487	7,4039	6,9200	864.982,29
TOTAL.....						2.176.469,14

3.2.2.4 Duration

A evolução do “Duration” do Plano no encerramento do 3º trimestre de 2015 alcançou 8,6 anos contra 10,6 anos no mesmo período de 2014. A redução observada deveu-se a realização de operações de arbitragem entre os vencimentos curtos e longos, além de compra líquida dos vencimentos curtos. A estratégia para o momento de crise atual permitiu reduzir a volatilidade dos preços dos ativos a mercado e, conseqüentemente, do valor da cota do plano, além, claro, de agregar performances. Assim que o ambiente permitir, fazendo com que a curva de juros da economia se comporte dentro do padrão, operações de arbitragens serão possíveis no sentido inverso, alongando o *duration* novamente. Mesmo promovendo o encurtamento do prazo médio nesse momento, é somente devido ao aspecto conjuntural, mas, reafirma-se a intenção de mantê-lo acima dos 5 (cinco) anos.

- Gráfico 3 -



3.2.3 Acompanhamento Orçamentário

As receitas de investimentos projetadas para o exercício de 2015 registradas em “Valor Orçado” aparecem confrontadas com as efetivamente apuradas, registradas como “Valor Realizado”. O Fluxo dos Investimentos no encerramento do 3º trimestre de 2015 fechou com valor realizado de R\$ 1.523.062,00 contra o valor orçado de R\$ 1.044.769,40, maior em 145,78%. São responsáveis pelo desvio: - a alta da inflação estimada atualmente para superar os 9% no ano, enquanto a premissa era de pouco mais de 7% para o ano; alta das taxas de juros que possibilitaram a arbitragem entre vencimentos de NTN's; e, as compras líquidas, nas quais as taxas de aquisição superaram consideravelmente as utilizadas nas projeções.

Quadro 5 – Receitas dos Investimentos

ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS DOS INVESTIMENTOS									
3º TRIMESTRE / 2015									
SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	158.263,57	71.425,25	221,58%	1.521.254,19	809.779,92	187,86%	1.521.254,19	1.115.694,26	136,35%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	158.263,57	71.425,25	221,58%	1.521.254,19	809.779,92	187,86%	1.521.254,19	1.115.694,26	136,35%
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	158.263,57	71.425,25	221,58%	1.521.254,19	809.779,92	187,86%	1.521.254,19	1.115.694,26	136,35%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1.345,67	69.380,73	1,94%	27.992,43	300.988,54	9,30%	27.992,43	564.523,28	4,96%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	1.345,67	69.380,73	1,94%	27.992,43	300.988,54	9,30%	27.992,43	564.523,28	4,96%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-2.947,64	-7.026,54	41,95%	-26.184,62	-65.999,06	39,67%	-26.184,62	-90.012,80	29,09%
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	156.661,60	133.779,44	117,10%	1.523.062,00	1.044.769,40	145,78%	1.523.062,00	1.590.204,74	95,78%
(I) NO MÊS: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.									
(II) ATÉ O MÊS: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.									

3.3 CONTÁBIL
Quadro 1 – Balanço Patrimonial

ATIVO	Exercício Setembro/2015	Exercício Setembro/2014	PASSIVO	Exercício Setembro/2015	Exercício Setembro/2014
DISPONÍVEL	15.164,43	7.324,36	EXIGÍVEL OPERACIONAL	25.810,22	23.820,29
			Gestão Previdencial	22.862,58	23.820,29
REALIZÁVEL	18.597.242,79	7.913.674,91	Investimentos	2.947,64	-
Gestão Previdencial	762.086,50	638.275,60	PATRIMÔNIO SOCIAL	18.586.597,00	7.897.178,98
Investimentos	17.835.156,29	7.275.399,31	Patrimônio de Cobertura do Plano	16.738.453,04	7.056.032,87
Títulos Públicos	17.785.501,06	7.273.995,32	Provisões Matemáticas	16.738.453,04	7.056.032,87
Fundos de Investimento	49.655,23	1.403,99	Benefícios a Conceder	16.738.453,04	7.056.032,87
			Fundos	1.848.143,96	841.146,11
			Fundos Previdenciais	1.848.143,96	841.146,11
TOTAL DO ATIVO	18.612.407,22	7.920.999,27	TOTAL DO PASSIVO	18.612.407,22	7.920.999,27

Quadro 2 – Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

DESCRIÇÃO	Período Setembro/2015	Período Setembro/2014	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	10.522.007,41	1.670.837,21	100,00
1. Adic�es	8.394.896,36	6.386.001,59	31,46
(+) Contribui�es	6.871.834,36	5.858.463,01	17,30
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.523.062,00	527.538,58	188,71
2. Destina�es	(330.306,77)	(159.659,82)	106,88
(-) Resgate de Contribui�o	(123.995,35)	(14.627,66)	747,68
(-) Custeio Administrativo	(206.311,42)	(145.032,16)	42,25
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	8.064.589,59	6.226.341,77	29,52
(+/-) Provisões Matemáticas	7.327.845,85	5.599.571,67	30,86
(+/-) Fundos Previdenciais	736.743,74	626.770,10	17,55
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	18.586.597,00	7.897.178,98	135,36

Quadro 3 – Demonstrac o do Ativo Líquido

DESCRIÇÃO	Período Setembro/2015	Período Setembro/2014	Variacão (%)
1. Ativos	18.612.407,22	7.920.999,27	134,98
Disponível	15.164,43	7.324,36	107,04
Receb�vel	762.086,50	638.275,60	19,40
Investimento	17.835.156,29	7.275.399,31	145,14
Títulos Públicos	17.785.501,06	7.273.995,32	144,51
Fundos de Investimento	49.655,23	1.403,99	3.436,72
2. Obriga�es	(25.810,22)	(23.820,29)	8,35
Operacional	(25.810,22)	(23.820,29)	8,35
5. Ativo Líquido (1-2-3)	18.586.597,00	7.897.178,98	135,36
Provisões Matemáticas	16.738.453,04	7.056.032,87	137,22
Fundos Previdenciais	1.848.143,96	841.146,11	119,72

Quadro 4 – Demonstração das Provisões Técnicas

DESCRIÇÃO	Período Setembro/2015	Período Setembro/2014	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	18.612.407,22	7.920.999,27	134,98
1. Provisões Matemáticas	16.738.453,04	7.056.032,87	137,22
1.2. Benefício a Conceder	16.738.453,04	7.056.032,87	137,22
Contribuição Definida	16.738.453,04	7.056.032,87	137,22
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	8.272.899,65	3.505.345,32	136,01
Saldo de Contas - parcela participantes	8.465.553,39	3.550.687,55	138,42
3. Fundos	1.848.143,96	841.146,11	119,72
3.1. Fundos Previdenciais	1.848.143,96	841.146,11	119,72
4. Exigível Operacional	25.810,22	23.820,29	8,35
4.1. Gestão Previdencial	22.862,58	23.820,29	(4,02)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2.947,64	-	100,00

A dinâmica contábil do plano difere da do Plano I (BD) somente no tocante a apuração das contribuições. Como se trata de um plano em cotas, só há registro das contribuições efetivamente recebidas, dessa forma, não estão apropriadas as contribuições sobre o 13º salário, a serem vertidas em dezembro de 2015.

Cabe descortinar que a formação da cota do plano é apurada mensalmente e, sua utilização se dá como segue: - valores recebidos são convertidos em cotas pela cota de fechamento; valores pagos em resgates são convertidos pela cota de abertura.

O Conselho Deliberativo definiu na forma de apuração da cota: - cota de abertura se refere aquela apurada no mês anterior ao fato; - cota de fechamento se dará na apuração da cota do mês em curso.

3.3.1 Notas Explicativas

3.3.1.1 Realizável

3.3.1.1.1 Gestão Previdencial

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 375 mil;
- b) Participantes – R\$ 383 mil.

As provisões foram constituídas para serem liquidadas no mês de dezembro do corrente ano.

3.3.1.1.2 Investimentos

Os registros estão detalhados no quadro abaixo em R\$ mil conforme o balancete, para melhor entendimento:

- Quadro 5 -

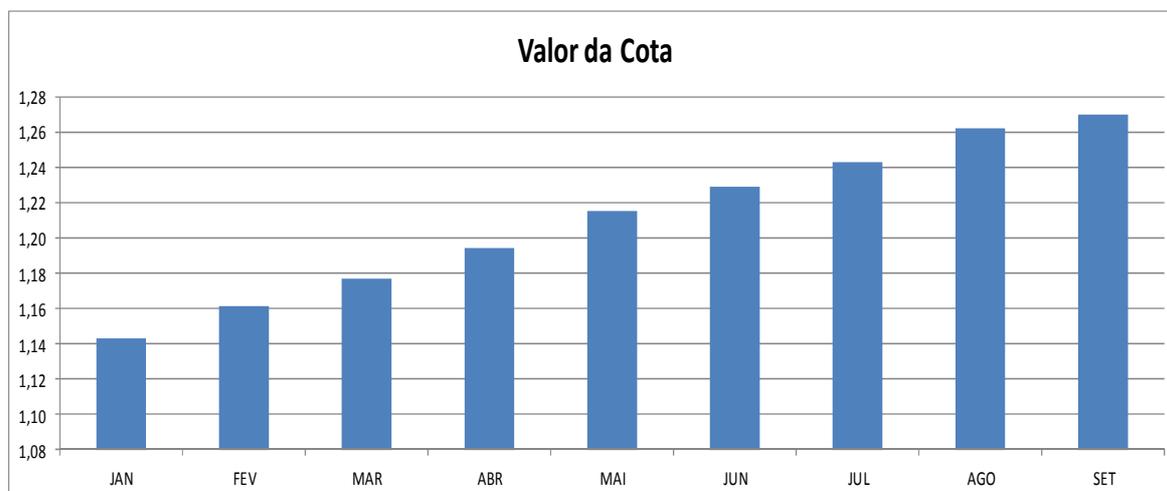
Plano Codeprev	set/15	set/14
Investimentos	17.835	7.275
Títulos Públicos	17.785	7.274
Fundos de Investimento	50	1
Multimercado	50	1

Os investimentos em Títulos Públicos continuam fundamentalmente como único ativo. A posição em Fundo de Investimento é fundamentalmente conjuntural, tendo em vista o fluxo de recursos. Visivelmente a área de investimento não vem considerando ampliar a alocação nessa modalidade. Tão logo haja recursos viáveis para a aquisição de Títulos Públicos, o investimento neles cresce e no fundo diminui. A precificação dos Títulos Públicos está seguindo a curva de compra, indicando a intenção da entidade de levar a resgate.

Quadro 6 – Evolução da Cota Patrimonial Em 2015

EVOLUÇÃO DA COTA 2015			
MÊS	VALOR	VARIAÇÃO % MENSAL	VARIAÇÃO % ACUMULADA
JAN	1,14	-2,14	-2,14%
FEV	1,16	1,55	-0,62%
MAR	1,18	1,41	0,77%
ABR	1,19	1,45	2,24%
MAI	1,22	1,73	4,01%
JUN	1,23	1,16	5,21%
JUL	1,24	1,13	6,40%
AGO	1,26	1,49	7,99%
SET	1,27	0,63	8,67%

Gráfico 1 – Valor da Cota



Quadro 7 – Apuração do Resultado do Exercício

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO CODEPREV			
DEFINIÇÃO	set/15	set/14	%
A) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.111.400,22	214.376,01	418%
1- CONTRIBUIÇÕES	6.665.522,94	5.713.430,85	17%
(+) Patrocinadores	3.397.660,92	2.908.481,05	17%
(+) Participantes Ativos	3.467.645,05	2.949.981,96	18%
(+) Participantes Autopatrocinados	6.528,39	-	0%
(-) Custeio	- 206.311,42	- 145.032,16	42%
2- DESTINAÇÕES	- 123.995,35	- 14.627,66	100%
(-) Resgate de Contribuições	- 123.995,35	- 14.627,66	100%
3- INVESTIMENTOS	1.523.062,00	527.538,58	189%
(+) Renda Fixa	1.521.254,19	500.877,82	204%
(+) Renda Variável	27.992,43	26.660,76	5%
(-) Custeio	- 26.184,62	-	100%
4- FORMAÇÕES DE RESERVAS	7.327.845,85	5.599.571,67	31%
(+) Benefícios a Conceder	7.327.845,85	5.599.571,67	31%
B) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDOS (1+2+3-4)	736.743,74	R\$ 626.770,10	18%
C) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL (A+B)	1.848.143,96	841.146,11	120%

Chama a atenção, o fato, da formação do Fundo Coletivo de Risco, tendo em vista que sua apreciação é vital para os participantes, porquanto cobre as contribuições a serem vertidas nos casos em que haja invalidez do indivíduo. Em função da capitalização gerada e do nível de adesão vis a vis à idade média dos participantes, o plano de custeio foi alterado e, a contribuição para o fundo foi reduzida de 14,56% para 10% no exercício anterior, em relação à contribuição total dos participantes e patrocinadoras.

4. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

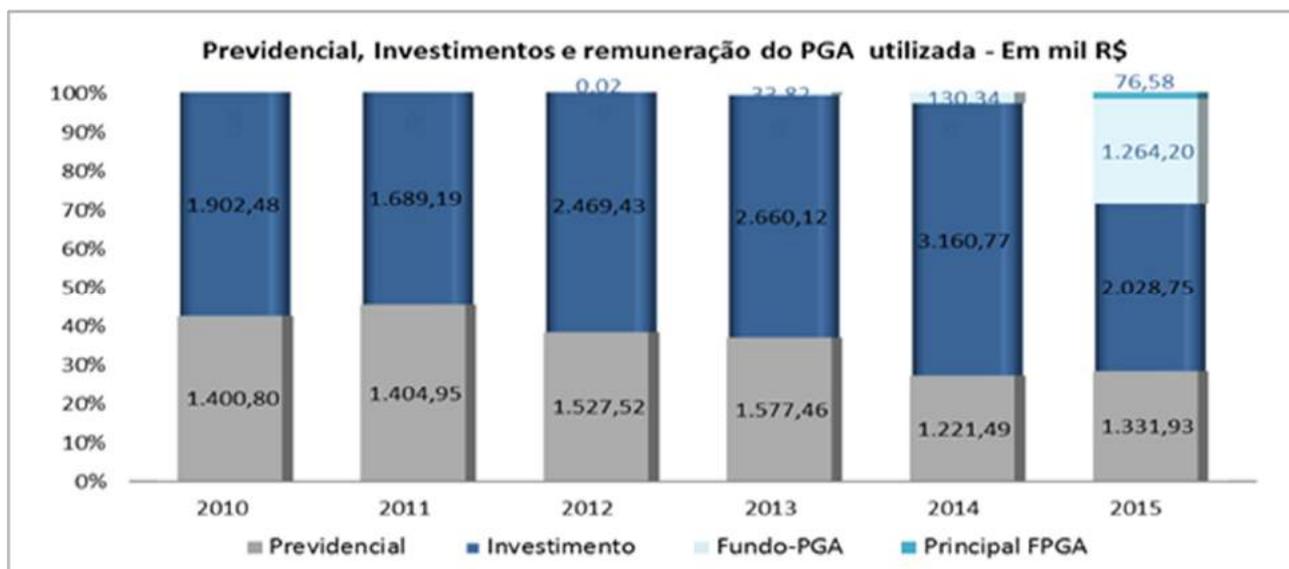
4.1 ADMINISTRAÇÃO

O Plano de Gestão Administrativa - PGA da São Francisco tem por finalidade a gestão de planos de benefícios previdenciais, com a prestação de serviços na gestão administrativa previdencial e administrativa de investimento.

Gráfico 1 – Recursos Recebidos



Gráfico 2 – Demonstrativo Histórico das Receitas



As receitas do PGA são compostas exclusivamente por recursos procedentes das fontes definidas em seu Regulamento: taxas de carregamento sobre as contribuições aos Planos I e II, conforme definidas nos Planos de Custeio; reembolso das despesas com gestão dos investimentos; taxa de administração do Programa de Empréstimos a Participantes e rentabilidade do Fundo Administrativo.

As despesas de gestão dos investimentos, objeto de reembolsos ao PGA, encontram-se registradas na conta contábil 4.2.2. A sua formação advém da sistemática de rateio de despesas administrativas entre gestão previdencial e gestão de investimentos acrescido das despesas diretas da gestão dos investimentos.

A rentabilidade do Fundo Administrativo é proveniente dos recursos investidos pelo próprio PGA, e que estão contabilizados no seu realizável, portanto, ativos que formam o citado Fundo. Até o momento, os recursos nele existente foram constituídos integralmente pelo Plano I, tendo em vista que o Plano II encontra-se em fase inicial de acumulação de reservas e não há sobras para a formação de fundos específicos.

Gráfico 3 – Despesas Realizadas

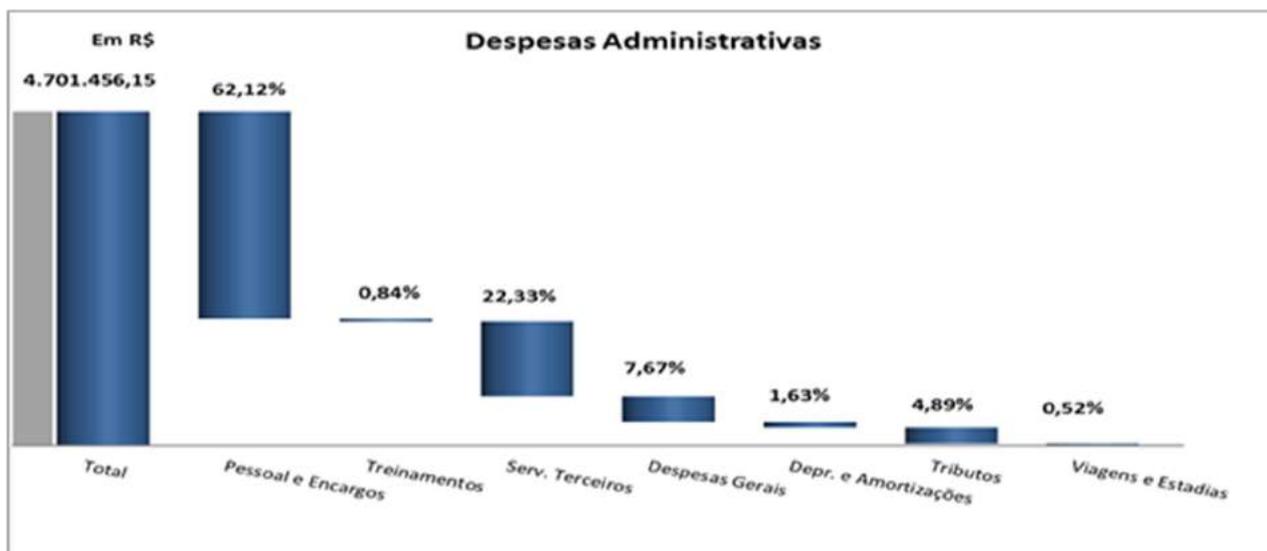
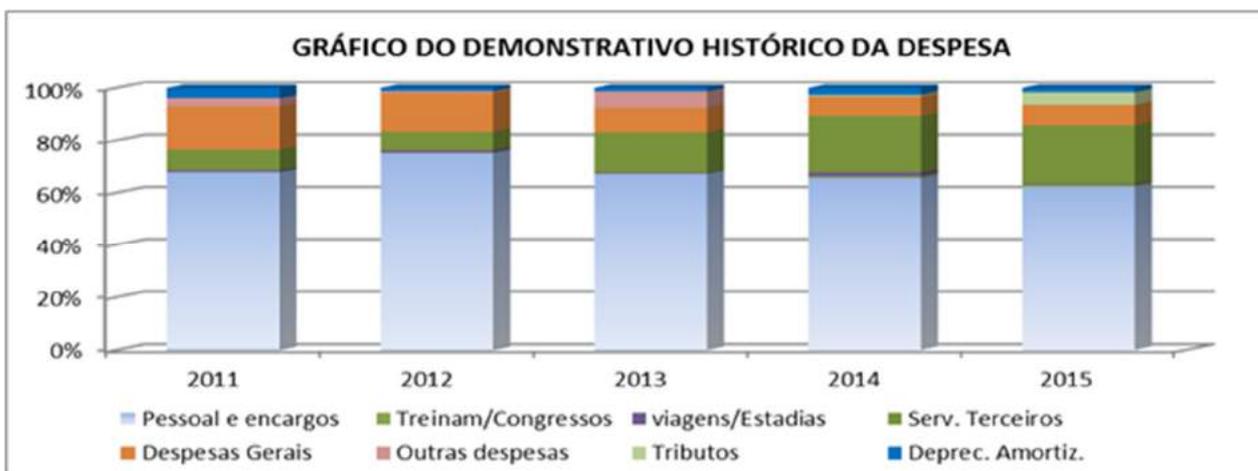


Gráfico 4 – Demonstrativo Histórico da Despesa

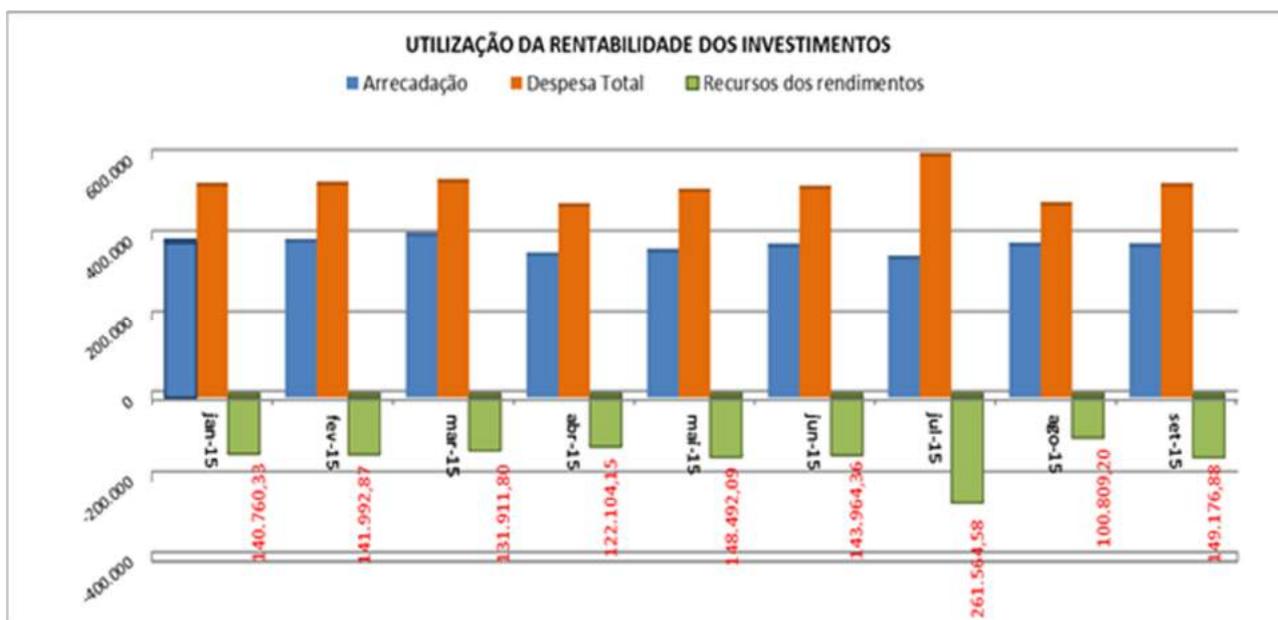


Quadro 1 – Acompanhamento do Custeio

DESCRIÇÃO	ADM PREVIDENCIAL	%	ADM INVESTIMENTOS	%	RESULTADO APLICAÇÃO	TOTAL	%
Receita	1.331.934,79	28,80	2.028.745,10	43,87	1.284.199,58	4.644.879,47	100
Despesa	2.896.759,38	57,38	2.004.896,79	42,84		4.901.656,17	100
Diferença	-1.364.824,57	(29,03)	24.048,31	0,51	1.284.199,58	-76.576,70	(1,88)

A soma da receita arrecadada mais os rendimentos obtidos das aplicações financeiras do Fundo Administrativo não foram suficientes para cobrir os gastos do trimestre, sendo necessária a utilização de recursos do montante principal do Fundo. Neste trimestre os rendimentos das aplicações do PGA foram significativamente inferiores aos recebidos nos meses anteriores, resultando em uma receita inferior a despesa, conforme demonstrado no Quadro 1.

Gráfico 5 – Participação do Rendimento dos Investimentos



Neste trimestre foi necessária a utilização de recursos do rendimento das aplicações e do próprio Fundo Administrativo para fazer face aos gastos da entidade. Esses valores estão representados no gráfico acima pelas colunas situadas abaixo da linha zero.

Quadro 2 – Custeio – Base de Cálculo e Limites Legais

DADOS DOS PLANOS PARA O CUSTEIO ADMINISTRATIVO		LIMITE DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO (RES./CGPC 29/2009)	VALOR LIMITE
Soma das contribuições e dos benefícios	R\$ 62.471.468	9%	R\$ 5.622.432,16
Montante dos recursos garantidores	R\$ 539.578.028	1%	R\$ 5.395.780,28
		TRANSFERÊNCIA P/O CUSTEIO 1º SEMESTRE	
Valor transferido para o custeio administrativo p/fins de controle do limite	3.360.679,89	5,38	
(Soma das receitas previdenciais e de investimentos)		0,62	

Relativamente ao quadro acima, os limites a serem observados de 9% (taxa de carregamento), incidente sobre a soma das receitas e das despesas previdenciais, ou de 1% (taxa de administração), incidente sobre a soma dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios I e II, dizem respeito ao valor anual, porém, o seu acompanhamento em cada trimestre visa antecipar eventuais desvios e possibilitar o ajuste dentro do exercício. Ressalte-se que, nos termos o art. 7º da Resolução CGPC/Nº 29/2009, os recursos oriundos do Fundo Administrativo não são computados para verificação do limite do custeio administrativo. Dessa forma, o valor do custeio a ser utilizado para fins análise desses limites é de R\$ 3.360.679,89.

Quadro 3 – Acompanhamento Orçamentário

DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS	ORÇADO		REALIZADO		DIFERENÇA	
	(R\$)	%	(R\$)	%	(R\$)	%
3º Trimestre DE 2015						
PESSOAL E ENCARGOS	2.960.325,27	63,69	2.920.709,49	62,12	39.615,78	1,36
DIRIGENTES	821.552,85	17,68	867.237,55	18,45	(45.684,70)	-5,27
PESSOAL PRÓPRIO	2.138.772,42	46,02	2.053.471,94	43,68	85.300,48	4,15
TREINAMENTO E CONGRESSOS	37.900,47	0,82	39.403,29	0,84	(1.502,82)	-3,81
VIAGENS E ESTADIAS	55.886,65	1,20	24.310,01	0,52	31.576,64	129,89
SERVIÇOS DE TERCEIROS	799.736,69	17,21	1.052.374,24	22,38	(252.637,55)	-24,01
DESPESAS GERAIS	467.474,32	10,06	558.251,43	11,87	(90.777,11)	-16,3
TAFIC - PLANO I	29.000,00	0,62	29.000,00	0,62	-	0
TAFIC - PLANO II	606,25	0,01	606,25	0,01	-	0
TRIBUTOS	213.293,99	4,59	229.954,22	4,89	(16.660,23)	-7
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	113.251,25	2,44	76.801,44	1,63	36.449,82	47,46
TOTAL	4.647.868,86	100	4.701.468,16	104	(63.687,60)	-1,16

O Quadro acima mostra os valores acumulados até o 3º trimestre.

As contas que apresentaram percentuais acima da projeção orçamentária estão expressas nas rubricas:

- **Tributos:** A estimativa baseada na média anual anterior se verificou abaixo do realizado neste semestre;
- **Serviços de terceiros:** Os desembolsos relevantes registrados na conta Serviços de Terceiros no primeiro trimestre refletem a maior parte do percentual apresentado. No segundo trimestre verificou-se apenas a diferença de 24,01%, referentes aos gastos que superaram os valores orçados, os quais estão demonstrados abaixo:

✓ **Serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica:**

SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS	Serviços advocatícios referentes à ação rescisória, referente ao Processo nº 2014.111.0155-9 - 11ª Vara Cível da Comarca de Aracaju-SE.	R\$ 11.570,00
JUIZ DA 19ª VARA CÍVEL DE BRASÍLIA	Pagamento de despesas com sucumbências e custas processuais referente ao Processo nº 2011.01.1.058011-7	R\$ 13.794,66
Advogado dos participantes referente ao processo nº 2014.111.0155-9	Despesa com honorários de sucumbência referente ao Processo nº 2014.111.0155-9 – 11ª Vara Cível da Comarca de Aracaju-SE.	R\$ 115.700,00

✓ **Cursos e Seminários Realizados no Trimestre:**

CURSOS E SEMINÁRIOS	Inscrição de Conselheiros da São Francisco no curso de Formação de Dirigentes das EFPC.	R\$ 10.080,00
36º CONGRESSO DA ABRAPP	Inscrição de Dirigentes, Gerentes e Conselheiros da São Francisco.	R\$ 16.559,34

- **Dirigentes:** A conta “*dirigentes*” apresentou uma diferença de 5,56 % acima do projetado devido à contabilização da remuneração do diretor de finanças que, por ser funcionário da São Francisco, mas ocupa um cargo de diretoria, tem sua remuneração deduzida desta conta sendo que o orçamento para esta despesa foi efetuado em pessoal próprio. Sobrando uma quantia de R\$ 85.300,48 que seria destinado a esta despesa.

Pela execução orçamentária, a despesa acumulada no 3º trimestre encerrou com um valor total acima do projetado, em 1,15% ou o equivalente a R\$ 53.587,50.

4.2 INVESTIMENTO

4.2.1 Enquadramento

O Plano de Gestão Administrativa - PGA objetiva a cobertura dos gastos com a administração da SÃO FRANCISCO, necessários às gestões dos Planos de Benefícios.

Quadro 1 – Alocação de Recursos

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE								
			ALOCÇÃO SEGMENTO	TOTAL			jul/15	ago/15	set/15	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO		
													S/CDI	S/REFERÊNCIA *	S/TAXA INDICATIVA
Art. 18	RENDA FIXA	10.771.572,23	100,00%	96,94%	11,7		1,47%	0,38%	0,79%	2,66%	12,17%	16,04%	12,17%	0,07%	1,67%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	10.771.572,23	100,00%	96,94%	11,7		1,47%	0,38%	0,79%	2,66%	12,17%	16,04%	12,17%	0,07%	1,67%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	10.771.572,23	100,00%	96,94%	11,7	Soberano	1,47%	0,38%	0,79%	2,66%	12,17%	16,04%	12,17%	0,07%	1,67%
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	339.968,65	100,00%	3,06%	-		1,13%	1,22%	1,02%	3,41%	9,41%	12,48%	9,41%	-2,69%	-1,09%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	339.968,65	100,00%	3,06%	-		1,13%	1,22%	1,02%	3,41%	9,41%	12,48%	9,41%	-2,69%	-1,09%
	SAGA SNAKE FIM	339.968,65	100,00%	3,06%	-		1,13%	1,22%	1,02%	3,41%	9,41%	12,48%	9,41%	-2,69%	-1,09%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		11.111.540,88	100,00%	6,6	6,6		1,45%	0,41%	0,80%	2,68%	12,03%	15,84%	12,03%	-0,07%	1,52%

- (*) Referência: INPC + 5,50% a.a.

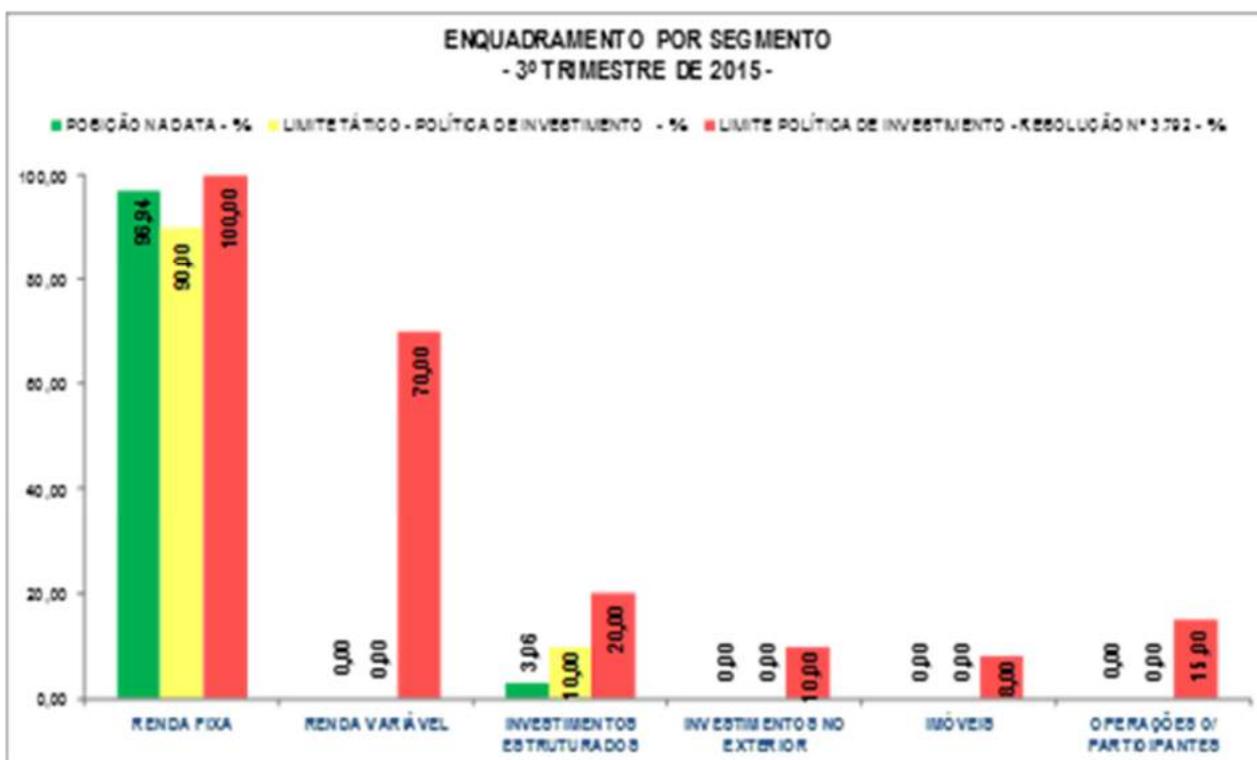
O **Enquadramento** corresponde diretamente às decisões estratégicas e táticas de investimentos, as quais objetivaram alcançar rentabilidade compatível com a “Taxa de Referência do Plano” (INPC+5,50%), bem assim, com riscos compatíveis com os compromissos de cobertura dos gastos administrativos. A estrutura de investimento está concentrada nos Segmentos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados, encontrando-se no encerramento do Segundo Trimestre de 2015, em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2015/2019, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Os Investimentos acumularam no 3º Trimestre 2015 o valor total de R\$ 11.111.540,88 contra R\$ 11.025.269,68 em dezembro de 2014, registrando um crescimento nominal no período de 1,28%.

- Quadro 2 -

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2014 X 2015 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	31.12.2014 (R\$)	% DE ALOCAÇÃO (RESOL. Nº 3.792)	30.09.2015 (R\$)	% DE ALOCAÇÃO (RESOL. Nº 3.792)	LIMITES	LIMITE LEGAL	LIMITE
					MÁXIMO - %	MÁXIMO - %	MÁXIMO - %
RENDA FIXA	10.446.853,83	94,75	10.771.572,23	96,94	90,00	100,00	100,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00	0,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	578.415,85	5,25	339.968,65	3,06	10,00	20,00	10,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	0,00
TOTAL PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	11.025.269,68	100,00	11.111.540,88	100,00	-	-	-
(+) Disponível - Conta 11	83.855,16	↑ 0,78%	28.063,35				
(-) Exigível de Investimentos	0,00		0,00				
TOTAL DO ATIVO DE INVESTIMENTO	11.109.124,84		11.139.604,23				

- Gráfico 1 -



4.2.2 Rentabilidade

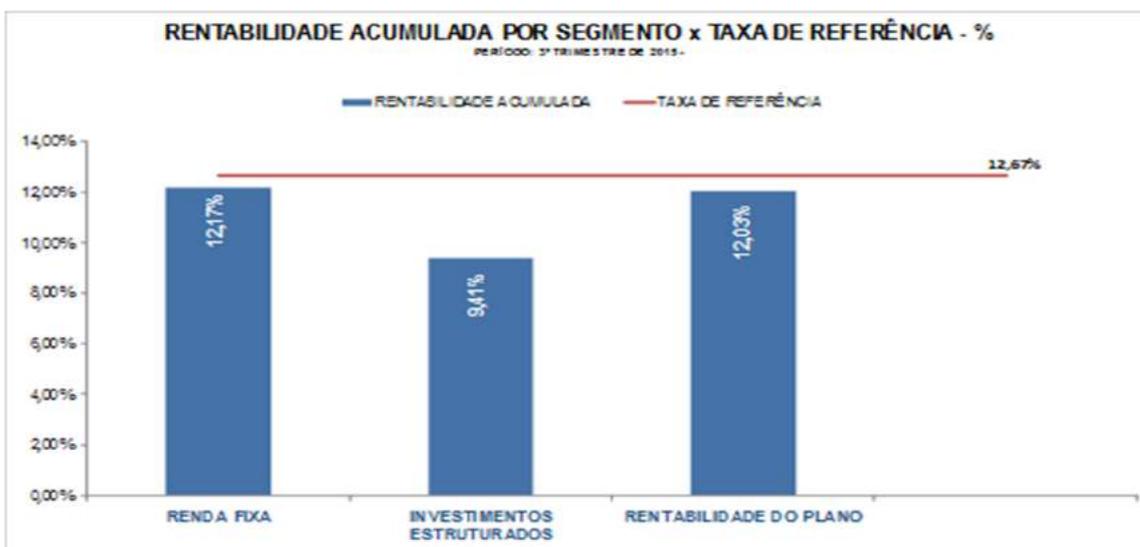
No 3º trimestre atingiu 2,68% ante 3,74% no 2º trimestre de 2015, acumulando no ano um desempenho positivo de 12,03%, que descontada a “Taxa de Referência” (INPC sem defasagem+5,50% a.a.) 12,67%, acumula nos nove primeiros meses do ano resultado de 0,64% menor.

- Quadro 3 -

RENTABILIDADE DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA				
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	RENTABILIDADE - 3º TRIMESTRE 2015			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,79%	2,66%	12,17%	16,04%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1,02%	3,41%	9,41%	12,48%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,80%	2,68%	12,03%	15,84%
TAXA DE REFERÊNCIA (*)	0,96%	2,71%	12,67%	15,95%
DIVERGÊNCIA S/TAXA DE REFERÊNCIA	(0,16%)	(0,03%)	(0,64%)	(0,11%)

(*) - TAXA DE REFERÊNCIA : INPC + 5,50% a.a.

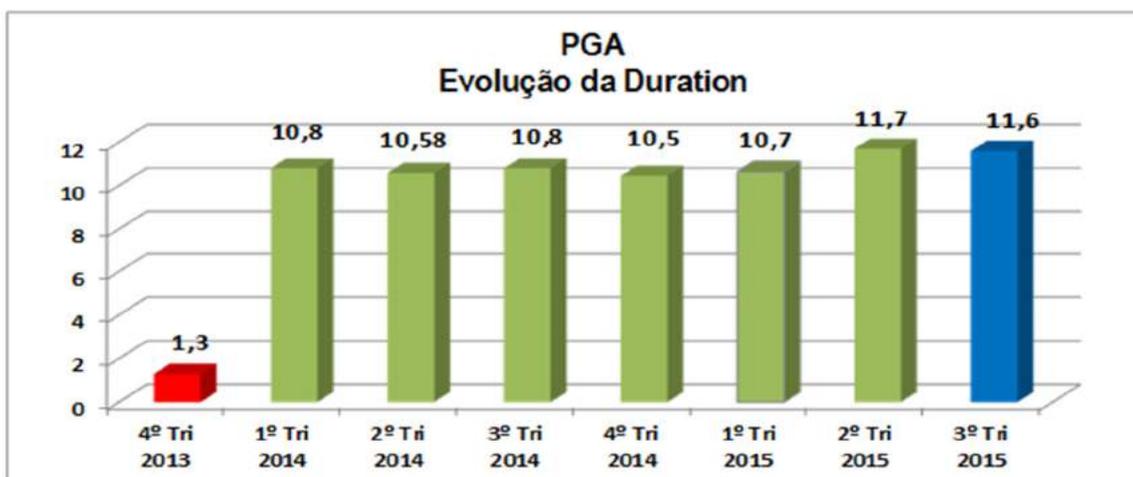
- Gráfico 2 -



4.2.3 Duration

No encerramento do 3º trimestre de 2015 o “Duration” alcançou 11,6 anos contra 10,8 anos no mesmo período do ano anterior.

- Gráfico 3 -



4.2.4 Acompanhamento Orçamentário

O Fluxo dos Investimentos no encerramento do 3º trimestre de 2015 possui valor realizado de R\$ 1.264.199,56 contra o valor orçado de R\$ 1.098.309,82 ou 115,10%, maior que o projetado. O desvio foi provocado pela diferença entre a inflação utilizada na projeção, apontando para algo superior a 7% para 2015, e a atualmente realizada, a qual aponta para variação superior a 9%. Contribui também a elevação dos juros dos títulos de renda fixa, principalmente as NTN's, haja vista que a compra levada a efeito supera sobremaneira a utilizada no cenário prospectivo em que foi realizado o orçamento.

Quadro 1 – Receitas dos Investimentos

ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS DOS INVESTIMENTOS									
3º TRIMESTRE / 2015									
SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	84.546,87	86.323,74	97,94%	1.225.246,76	931.451,24	131,54%	1.225.246,76	1.192.848,80	102,72%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	84.546,87	0,00	NA	1.225.246,76	931.451,24	131,54%	1.225.246,76	1.192.848,80	102,72%
NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - NTN-B	84.546,87	0,00	NA	1.225.246,76	931.451,24	131,54%	1.225.246,76	1.192.848,80	102,72%
EMISSÃO OU COBRIGAÇÃO DE INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS PELO BACEN	0,00	86.323,74	0,00%	0,00	0,00	NA	0,00	0,00	NA
CDB	0,00	86.323,74	0,00%	0,00	0,00	NA	0,00	0,00	NA
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	4.391,45	32.514,68	13,51%	38.952,80	166.858,58	23,34%	38.952,80	256.833,56	15,17%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	4.391,45	32.514,68	13,51%	38.952,80	166.858,58	23,34%	38.952,80	256.833,56	15,17%
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	88.938,32	118.838,42	74,84%	1.264.199,56	1.098.309,82	115,10%	1.264.199,56	1.449.682,36	87,21%
(I) NO MÊS: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.									
(II) ATÉ O MÊS: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.									

4.3 CONTÁBIL
Quadro 1 – Balanço Patrimonial

ATIVO	Exercício Setembro/2015	Exercício Setembro/2014	PASSIVO	Exercício Setembro/2015	Exercício Setembro/2014
DISPONÍVEL	28.063,35	23.244,07	EXIGÍVEL OPERACIONAL	628.712,82	529.790,76
			Gestão Administrativa	628.712,82	529.790,76
REALIZÁVEL	14.863.274,18	13.843.042,26			
Gestão Administrativa	3.751.733,30	2.684.337,43			
Investimentos	11.111.540,88	11.158.704,83	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	4.603.604,60	3.530.756,73
Títulos Públicos	10.771.572,23	10.172.650,98	Gestão Administrativa	4.603.604,60	3.530.756,73
Fundos de Investimento	339.968,65	986.053,85			
			PATRIMÔNIO SOCIAL	12.864.239,21	12.809.134,51
PERMANENTE	3.205.219,10	3.003.395,67			
Imobilizado	3.169.855,81	2.998.999,05	FUNDOS	12.864.239,21	12.809.134,51
Diferido	35.363,29	4.396,62	Fundos Administrativos	12.864.239,21	12.809.134,51
TOTAL DO ATIVO	18.096.556,63	16.869.682,00	TOTAL DO PASSIVO	18.096.556,63	16.869.682,00

Quadro 2 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – BD

DESCRIÇÃO	Período Setembro/2015	Período Setembro/2014	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.392.371,98	4.246.395,65	3,44
1.1. Receitas	4.392.371,98	4.246.395,65	3,44
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.125.611,94	1.085.627,03	3,68
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.978.512,19	1.819.714,85	8,73
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	24.048,29	31.536,12	(23,74)
Resultado Positivo dos Investimentos	1.264.199,56	1.309.517,65	(3,46)
2. Despesas Administrativas	4.468.948,68	4.067.479,67	9,87
2.1. Administração Previdencial	2.490.436,51	2.232.415,79	11,56
Pessoal e encargos	1.534.655,90	1.486.613,49	3,23
Treinamentos/congressos e seminários	27.806,61	16.296,32	70,63
Viagens e estadias	15.130,49	36.438,98	(58,48)
Serviços de terceiros	565.498,01	349.500,81	61,80
Despesas gerais	181.038,60	146.722,39	23,39
Depreciações e amortizações	37.824,68	55.747,20	(32,15)
Contingências	-	51.924,78	(100,00)
Tributos	128.482,22	80.171,82	60,26
Despesas Específicas - TAFIC	-	9.000,00	(100,00)
2.2. Administração dos Investimentos	1.978.512,17	1.835.063,88	7,82
Pessoal e encargos	1.178.318,77	1.113.671,98	5,80
Treinamentos/congressos e seminários	11.023,35	12.595,92	(12,48)
Viagens e estadias	8.814,85	16.331,34	(46,02)
Serviços de terceiros	470.457,19	394.348,11	19,30
Despesas gerais	145.041,67	136.942,16	5,91
Depreciações e amortizações	37.824,66	56.536,38	(33,10)
Tributos	98.031,68	84.637,99	15,82
Despesas Específicas - TAFIC	29.000,00	20.000,00	45,00
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(76.576,70)	178.915,98	(142,80)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(76.576,70)	178.915,98	(142,80)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	(76.576,70)	178.915,98	(142,80)

Quadro 3 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – CODEPREV

DESCRIÇÃO	Período Setembro/2015	Período Setembro/2014	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	
1. Custeio da Gestão Administrativa	232.507,47	135.865,30	71,13
1.1. Receitas	232.507,47	135.865,30	71,13
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	206.322,85	135.865,30	51,86
Custeio Administrativo dos Investimentos	26.184,62	-	100,00
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	-	-	
Resultado Positivo dos Investimentos	-	-	
Outras Receitas	-	-	
2. Despesas Administrativas	232.507,47	80.374,40	189,28
2.1. Administração Previdencial	206.322,85	80.374,40	156,70
Pessoal e encargos	191.171,50	39.673,64	381,86
Treinamentos/congressos e seminários	423,44	1.992,00	(78,74)
Viagens e estadias	230,41	3.416,33	(93,26)
Serviços de terceiros	8.611,67	27.021,21	(68,13)
Despesas gerais	2.746,99	2.543,18	8,01
Depreciações e amortizações	576,05	967,68	(40,47)
Contingências	-	-	
Tributos	1.956,54	4.620,36	(57,65)
Despesas Específicas - TAFIC	606,25	140,00	333,04
2.2. Administração dos Investimentos	26.184,62	-	-
Pessoal e encargos	16.563,32		100,00
Treinamentos/congressos e seminários	149,89		100,00
Viagens e estadias	134,26		100,00
Serviços de terceiros	5.191,26		100,00
Despesas gerais	2.086,06		100,00
Depreciações e amortizações	576,05		100,00
Tributos	1.483,78		100,00
Despesas Específicas - TAFIC	-		100,00
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	-	55.490,90	(100,00)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	-	55.490,90	(100,00)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	-	55.490,90	(100,00)

O Plano é destinado a demonstrar como a empresa Fundação São Francisco é gerida e quais partes compõem seu patrimônio empresarial.

Como empresa prestadora de serviço de formação especial, haja vista seu exclusivo objeto social, todo o valor nele existente é detido pelos planos que a entidade gere. Em função dessa peculiaridade, o fundo existente, para ser constituído, possui seu resultado apurado em função das diretrizes orçamentárias fixadas pelo Conselho Deliberativo, objetivando demonstrar as receitas e gastos incorridos nos serviços de administração dos Planos de Benefícios I e II.

4.3.1 Custeio

O quadro abaixo estampa claramente o fato de a administração da Entidade guardar respeito estrito a legislação no tocante a relação máxima permitida para o custeio administrativo retirado dos planos de benefícios.

Quadro 4 – Valores do Custeio Administrativo e Seus Limites (R\$ mil)

DESCRIÇÃO	VALORES APROPRIADOS R\$ mil	LIMITES LEGAIS R\$ mil	
		TAXA CARREGAMENTO 9%	TAXA ADMINISTRATIVA 1%
Recursos Garantidores	539.578		5.396
Recursos Previdenciais (Receita+Despesa)	62.471	5.622	
		LIMITES APURADOS %	
Custeio Arrecadado do Exercício	3.361	5,38	0,62
Custeio Previdencial	1.332		
Custeio Investimento	2.029		

Quadro 5 – Avaliação do Custeio X Gastos (R\$ mil)

Custeio Total				
	Descrição	Valor	Despesas / Receitas em %	%DESPESA EM RELAÇÃO A RECEITA TOTAL
<i>Receita</i>	<i>Taxa de Carregamento</i>	1.331,93	29%	
	<i>Taxa de Administração</i>	2.028,75	44%	
	<i>Fluxo dos Investimentos</i>	1.264,20	27%	
	Total	4.624,88	100%	
<i>Despesa</i>	<i>Previdencial</i>	2.696,76	55%	58%
	<i>Investimentos</i>	2.004,70	41%	43%
	<i>Provisão PIS/CONFINS/CSLL</i>	215,06	4%	5%
	Total	4.916,51	100%	106%

O total do custeio transferido dos planos até setembro/2015 para o PGA foi de R\$ 3.360 mil correspondendo a 5,38% do total dos Recursos Previdenciais, o limite legal é de no máximo 9%.

Ainda sobre o custeio, deve-se observar seu comportamento frente ao realizável o que relativamente representa 0,62%. Portanto, inferior ao limite imposto pela Resolução/CGPC/ nº 29, de 31 de agosto de 2009, que determinou o máximo de 1% como taxa de administração.

Registre-se que o Conselho Deliberativo, quando da apreciação da peça orçamentária para o exercício de 2015, definiu que o limite do custeio administrativo deve ser o correspondente à taxa de carregamento, ou seja, 9% da soma das receitas e despesas previdenciárias.

Os fundamentos destas notas encontram-se detalhadas nos arts. 22 e 23 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, no art. 2º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, nos arts. 11, inciso VIII, e 25, inciso I, do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e no art. 3º da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006.

4.3.2 Notas Explicativas

4.3.2.1 Realizável

4.3.2.1.1 Gestão Administrativa

- a) Contribuição p/ Custeio do PGA – 131 mil;
- b) Adiantamento a Empregados/Empréstimo Férias/Férias – R\$ 89 mil
- c) Custeio p/ Gastos com Administração dos Investimentos – R\$ 221 mil
- d) Depósitos Judiciais e Recursais – R\$ 3.235 mil

Na letra “a” os registros correspondem ao repasse da taxa de carregamento incidente sobre as contribuições realizadas no mês de setembro/2015, as quais serão liquidadas no mês de outubro.

A letra “b” refere-se à provisão de empréstimo férias paga aos empregados da Fundação. Os valores são pagos em até 10 prestações, descontadas mensalmente na folha dos empregados.

A letra “c” refere-se à apropriação do repasse oriunda do Plano de Benefícios a ser realizado no mês de setembro/2015, item 2.2 letra “c”.

A letra “d” corresponde aos depósitos de PIS, COFINS, IR e Ações Trabalhistas depositados em juízo. Destaque para o PIS e COFINS com os valores de R\$ 376 mil e R\$ 2.802 mil, respectivamente.

4.3.2.1.2 Investimentos

Os investimentos do Programa de Gestão Administrativa - PGA estão distribuídos em R\$ mil da seguinte forma:

- Quadro 6 -

Plano de Gestão Administrativa	set/15	set/14
Investimentos	11.111	11.158
Títulos Públicos	10.771	10.172
Fundos de Investimento	340	986
Multimercado	340	986

4.3.2.2 Exigível Operacional

4.3.2.2.1 – Gestão Administrativa

- a) Contas a Pagar/Fornecedores/Serviços de Terceiros – R\$ 571 mil;
- b) Retenções a Recolher (valores retidos de fornecedores e prestadores de serviço a serem repassados fundamentalmente ao governo) – R\$ 34 mil;
- c) Provisão de Férias/ INSS/FGTS – R\$ 363 mil;

Os valores correspondem a provisões na competência relativamente ao mês de setembro/2015, as quais serão liquidadas em dezembro/2015.

4.3.2.3 Exigível Contingencial

4.3.2.3.1 – Gestão Administrativa

- a) Provisão do PIS – R\$ 376 mil;
- b) Provisão de COFINS – R\$ 2.802 mil
- c) Provisão de IR – R\$ 56 mil
- d) Provisão de CSLL – R\$ 1.367 mil

Os valores especificados nas letras “a”, “b”, “c” e “d”, correspondem a depósitos judiciais registrados no item 1.1. - Gestão Administrativa letra “d”.

Com relação à Provisão de CSLL, o registro foi realizado em função da reclassificação deste, antes existente no Plano de Benefícios em 2012.

Quadro 7 – Receitas X Despesas Administrativas

<i>Custeios Oriundos</i>				<i>Despesas com a Gestão</i>		
<i>Contribuição dos Planos</i>	<i>Investimento dos Planos</i>	<i>Resultado Investimento PGA</i>	<i>Total</i>	<i>Previdencial</i>	<i>Investimentos</i>	<i>Total</i>
1.331,93	2.028,75	1.264,20	4.624,88	2.696,76	2.004,70	4.701,46

As receitas, Taxa de Carregamento e as Taxa de Administração dos Investimentos totalizaram R\$ 3.360 mil, que adicionado do resultado do Fundo Administrativo R\$ 1.264 mil, atinge a cifra de R\$ 4.696 mil.

Os gastos totais distribuídos em Gestão Administrativa Previdencial e Gestão Administrativa dos Investimentos foram de R\$ 4.701 mil, mensurada de acordo com o critério de rateio estipulado pela Diretoria Executiva, aprovado pelo Conselho Deliberativo por ocasião da formulação do orçamento do exercício findo.

O critério de rateio estabelecido em função dos centros de custos, departamentalização organizacional, recebeu um percentual de rateio segundo as atividades praticadas por cada área.

A taxa de carregamento é cobrada sobre as contribuições vertidas aos Planos e tem por finalidade custear as despesas administrativas vinculadas a atividade previdencial. Já a receita dos investimentos advém da mensuração das despesas relacionadas à atividade de investimento acrescida da taxa de administração cobrada por ocasião da concessão dos empréstimos. Com relação a essa última, vem se notando sua redução devido ao menor número de contratos firmados a cada exercício.

Conclusão:

O Fundo Administrativo do Plano de Gestão passou de R\$ 12.961 mil em janeiro de 2015, para R\$ 12.864 mil em junho do corrente ano, o que corresponde a uma variação negativa de 0,75%.